

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história sempre houve cooperação entre pessoas visando atingir determinados objetivos, normalmente relacionados à economia e à sobrevivência, mas, de acordo com registros históricos, foi apenas a partir do século XVIII que o cooperativismo formal e institucionalizado começou a ganhar forma (PINHO, 1966, p.161).

O Cooperativismo é um modelo de organização cujo objetivo principal é o desenvolvimento econômico e social. Os verbetes associativismo e cooperativismo estão interligados de forma inseparável, indicando uma associação de pessoas de determinado seguimento econômico ou social, com finalidade de desempenhar, em benefício comum, alguma atividade econômica (BIALOSKORSKI NETO, 2002).

Os sete princípios cooperativos são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos associados; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Estes princípios são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores<sup>1</sup> à prática (GAWLAK;RATZKE, 2001).

O Cooperativismo surgiu no Brasil no início do século XX, sendo a cooperativa inicialmente definida como um segmento representado por organizações de pessoas que se unem, de forma voluntária, para cobrir necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. As cooperativas são classificadas em treze ramos distintos, de acordo com o setor econômico de sua atividade: Agropecuário; Consumo; Crédito; Educacional; Especial; Habitacional; Infraestrutura; Mineral; Produção; Saúde; Trabalho; Transporte; Turismo e lazer (OCB, 2012).

---

<sup>1</sup> Os valores baseiam-se em ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (OLIVEIRA, 2001, p.319).

O presente estudo foi desenvolvido em uma cooperativa de crédito de livre admissão<sup>2</sup>. Segundo Pinheiro (2008, p.7), estas são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, com concessão de crédito, captação de depósito a vista e a prazo, cheques, prestações de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros através de convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Segundo Polonio (1999, p.23), as principais vantagens obtidas por um membro associado de uma cooperativa de crédito são o acesso a crédito a juros mais baixos e serviços financeiros com taxas menores, apresentando melhores condições de retorno de investimentos e aplicações, além de o associado receber orientação financeira. Este, também chamado de cooperado, possui caráter duplo, ao ser proprietário e usuário dos seus serviços, o que lhe proporciona possibilidade de participação nos resultados, de acordo com as operações na cooperativa (POLONIO 1999, p.23).

Os princípios do cooperativismo partem da premissa que a adesão deve ser voluntária aos preceitos da sua doutrina, que as necessidades dos sócios precisam ser atendidas pela cooperativa. O controle desta deve ser democrático e independente e, se preocupa com o desenvolvimento da comunidade onde está inserido. A aderência dos princípios cooperativos por parte dos associados fortalece o ideal cooperativista, pois representa o diferencial destas com relação às outras instituições financeiras (VALADARES, 2003, p.38).

## **1.1 Problematização da pesquisa**

Pelas vantagens levantadas por Polonio (1999, p.23) com relação ao cooperativismo de crédito, o desejável seria uma maior participação das cooperativas no mercado

---

<sup>2</sup> Livre admissão é um dos critérios de admissão de associados em uma cooperativa de crédito, nas quais coexistem grupos de associados de diversas origens e atividades econômicas, definidos na resolução 3859/2000 - Banco Central do Brasil.

financeiro brasileiro, que segundo informações do Banco Central, foi de apenas 2.2% em junho de 2011.

Diversas causas são apresentadas para explicar a baixa participação no mercado financeiro, entre elas os problemas de gestão, a dificuldade de capitalização e a limitação de atuação da cooperativa, questões estas, relacionadas aos seus próprios princípios e particularidades, que impedem ações estratégicas semelhantes a dos bancos, de diferenciação de taxas e serviços que inflijam direito de igualdade entre os associados (POLONIO, 1999, p.23).

Para Nascimento (2000, p.209), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e gerenciais, pode ser resolvida com a maior participação de todos os envolvidos, e isto passa pelo grau de aderência por parte dos associados aos princípios e valores das cooperativas.

Para Pinheiro (2008, p. 8), apesar do potencial de crescimento do segmento no Brasil e da importância que esse vem adquirindo, ainda é grande o desconhecimento sobre as políticas cooperativistas por parte do público em geral.

Segundo Holzmann (2001), no entanto, a baixa participação de associados nas assembleias, principalmente os de baixo grau de instrução, demanda ações a fim de melhorar a qualidade das informações e da comunicação, visando a integração entre os associados, deles com a cooperativa e vice-versa, para que tornem-se agentes ativos nas assembleias (ARAÚJO; SILVA, 2010, p.4).

A Organização das Cooperativas do Brasil menciona a necessidade de trabalhos educacionais e sociais ao definir este tipo de organização como uma sociedade de pessoas geridas por bases democráticas, que vise não somente suprir os seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais, objetivando a divulgação das políticas cooperativistas, a fim de aumentar a participação adesão aos princípios e valores das cooperativas por parte dos associados (OCB, 2009, p.150).

Sendo assim, para a definição do problema de pesquisa levou-se em consideração a expectativa de investigar a aderência dos associados sobre os princípios que regem o cooperativismo. O problema é expresso, então, pela questão: qual o grau de aderência dos associados com relação aos princípios cooperativistas?

## **1.2 Objetivos**

Com a finalidade de responder à questão problema apresentada foram definidos os seguintes objetivos:

### **1.2.1 Objetivo geral**

Avaliar o grau de aderência dos associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais no que diz respeito aos princípios cooperativistas.

### **1.2.2 Objetivos específicos:**

- (a) identificar o perfil dos associados;
- (b) analisar a compreensão dos associados quanto às doutrinas cooperativistas;
- (c) apurar a existência de ações adotadas pela organização com vistas a divulgar os princípios cooperativistas aos associados.

## **1.3 Justificativa**

A relevância do tema justifica-se pela importância do cooperativismo mineiro, que apresentou, no ano de 2010, uma participação no Produto Interno Bruto (PIB) mineiro de 7,8%, com movimentação econômica de R\$ 22 bilhões de reais, 1.043.210 associados e 33.374 funcionários. O PIB *per capita*, indicador de renda que mede o valor médio do PIB por habitante, foi de R\$ 13.900,75 em 2010 em Minas Gerais, inferior ao PIB do cooperativismo mineiro, que foi de R\$21.077,58 no mesmo ano, demonstrando que o segmento teve média de renda superior em 51,63% à do estado como um todo (OCEMG, 2011, p. 14).

Em 2010 o cooperativismo de crédito apresentou um crescimento de 0,9% no número de cooperativas e 12,7% no número de associados, além de um aumento de 11,9% no número de funcionários (OCEMG, 2011, p.11).

Vergara (2005, p.32) aborda que o autor de um estudo justifica-o ao atribuir-lhe contribuições de ordem prática ou ao estado da arte na área. Neste sentido o presente trabalho poderá trazer como contribuição prática, o fortalecimento da aderência aos princípios cooperativistas por parte dos associados.

Para a sociedade, esta pesquisa poderá favorecer, após a coleta e análise dos dados, a melhoria na qualidade de serviços prestados e a maior aderência acerca do cooperativismo. As cooperativas de crédito oferecem aos seus associados várias vantagens<sup>3</sup>, e há importância social em um estudo que dê tratamento especial à questão, trazendo desenvolvimento na sociedade pesquisada e intensificando a cultura cooperativista, importantíssima no desenvolvimento das pessoas em geral (VALADARES, 2003, p.38).

No que diz respeito às organizações, esta pesquisa poderá oferecer subsídios aos gestores para a criação de estratégias e propostas de mudanças que possam beneficiá-las, em termos de competitividade no mercado em que atuam e divulgação do cooperativismo e seus princípios. Estudos sobre os princípios cooperativos podem ajudar a organização a encontrar a razão dos problemas enfrentados pelas cooperativas, contribuindo para a elaboração de soluções e provocando o desenvolvimento eficiente e eficaz das mesmas (POLONIO, 1999, p.23).

Para a academia, em razão de um levantamento bibliográfico sobre a aderência aos princípios cooperativistas por parte dos associados, esta pesquisa poderá contribuir com o acréscimo de novos conhecimentos para futuras pesquisas e publicações neste campo de estudo. Segundo Pinheiro (2008, p. 8), o cooperativismo é um segmento ainda relativamente pouco estudado no Brasil, necessitando conhecer a

---

<sup>3</sup> Equidade na distribuição e democratização do crédito; presença nas pequenas comunidades aonde os bancos muitas vezes não chegam; processo de crédito voltado para características locais; taxas de juros reduzidas; incentivo à poupança; distribuição dos ganhos sobre o capital e democracia econômica (POLONIO, 1999, p.23).

aderência daqueles que estão envolvidos com a cooperativa a respeito dos princípios que as regem.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, incluindo a introdução, na qual se apresenta o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura da dissertação. Os seguintes capítulos organizam-se da seguinte maneira: no segundo aborda-se o referencial teórico, ou seja, expõe-se o tema da dissertação segundo previamente discutido por outros autores; no terceiro faz-se a contextualização da cooperativa de crédito de livre admissão pesquisada, com a devida caracterização do caso; no quarto desenvolve-se a metodologia; o quinto é dedicado à apresentação e análise dos resultados; no sexto formulam-se as conclusões, acrescidas das limitações e sugestões para novos estudos; por fim são apresentadas as referências bibliográficas, o apêndice e os anexos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Vergara (2005, p. 35), denomina-se referencial teórico o capítulo da dissertação que tem por objetivo apresentar os estudos já realizados por outros autores sobre o tema ou, mais especificamente, sobre o problema de pesquisa.

Além de visitar e revisitar a literatura, é no capítulo destinado ao referencial teórico que o autor do projeto aponta para o leitor as lacunas que percebe na bibliografia consultada, ou as discordâncias que com ela tem ou os pontos que considera precisam ser confirmados. Lacunas percebidas, discordâncias existentes ou pontos a ratificar permitem novas propostas, reconstruções, dão vida ao trabalho científico (VERGARA, 2005, p.34).

No referencial teórico revelam-se as preocupações e preferências teóricas, permitindo maior clareza na formulação do problema, hipóteses e suposições, sinalização de método mais adequado, procedimentos mais pertinentes para coleta e o tratamento dos dados e conteúdo escolhido (VERGARA, 2005, p.35).

### 2.1 Cooperativismo

A palavra cooperativismo se origina de cooperação que vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém. A cooperação, enquanto concepção institucional tem uma dupla relação de interesses sociais e econômicos, e esta definição contribui para o entendimento da forma de gestão organizacional entre vários ramos cooperativistas, bem como define normas e regras de conduta e valores, como os princípios cooperativistas (PINHO, 1966, p.161). Neste sentido o cooperativismo é tido como um dos principais instrumentos para a promoção de desenvolvimento econômico e social, pois gera e distribui renda e promove o capital social nas comunidades que o praticam (BIALOSKORSKI NETO, 2002, p.77:97).

O cooperativismo tem por objetivo a transformação do social pelo econômico utilizando a cooperação, sendo uma forma de integração social, e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo conforme Stefano, Zampier e Grzeszczeszyn (2006, p.7).

A respeito do surgimento do cooperativismo, Correia e Moura (2001, p.5) e Braga (2001) afirmam que a doutrina do cooperativismo teve origem no final do século XVIII e metade do século XIX, na Europa, com indícios, no entanto, de que já na pré-história ocorria a reunião de homens para a realização de caça, pesca e outras tarefas econômicas.

Na Inglaterra, na época da Revolução Industrial, havia muitas fábricas repletas de operários carregados de problemas e necessidades, pois, enquanto as fábricas prosperavam, os operários viviam quase na miséria: muitas horas de trabalho, salários muito baixos, desemprego, fome, etc. Em meio a todos estes problemas alguns operários resolveram reunir-se para procurar uma solução, e sentiram que só através da cooperação poderiam sobreviver à crise. Através da união de 28 tecelões (operários) foi criado, então, um pequeno armazém cooperativo de consumo, a “Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale”. Assim foi lançada, em Rochdale, no ano de 1844, a semente do Cooperativismo (CRUZ, 2000).

Em um período curto de tempo estes tecelões começaram a se profissionalizar, elaborando estratégias como aquisição de casas para os associados, formação de um capital social para emancipação dos trabalhadores e criação de estabelecimentos industriais e agrícolas para a produção de bens indispensáveis a preços baixos. Enquanto a lógica do capitalismo instituía a competição, o novo sistema estimulava a cooperação (SANTOS, 2002, p. 11).

As teorias cooperativistas têm seus estudos a partir da lógica de organização da classe trabalhadora na busca de melhoria das condições sociais e econômicas, fenômeno resultante das mudanças ocorridas na Revolução Industrial, estas decorrentes de mudanças tecnológicas no modelo capitalista (PINHO, 2006, p.180).

Araújo e Silva (2011, p.46) citam que os dez pioneiros que adaptaram as idéias cooperativistas, criando a cooperativa como meio de sobreviver à crise, foram:



- a) John Bellers (1654/1725), um inglês que buscou a organização das cooperativas de trabalho para exterminar o sistema de lucro e as indústrias de exploração;
- b) Charles Gide (1847/1932), de origem francesa, que lecionava em universidades, reconhecido por obras relacionadas à economia política e ao cooperativismo. Contribuindo imensamente para a construção de um conhecimento relacionado à doutrina cooperativista;
- c) Robert Owen (1772-1858), inglês, reconhecido como o pai do cooperativismo. Foi um militante contra o lucro e a concorrência, por considerá-los maléficos;
- d) Willian King (178-1865), médico inglês que se empenhou no cooperativismo de consumo. Buscava um sistema cooperativista internacional;
- e) Philippe Buchez (1792-1865), de origem belga, que procurou estabelecer um cooperativismo de autogestão em relação ao governo ou auxílio externo. Buscou organizar, na França, aquelas que hoje conhecemos como cooperativas de produção;
- f) Louis Blanc (1812-1882), um político nascido na França que lutou pelo direito ao trabalho, à liberdade com educação e à educação moral das pessoas;
- g) Charles Fourier (1772-1858), outro francês, pioneiro das cooperativas de produção e criador dos falanstérios;
- h) Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), também francês, escritor, deputado e contabilista. Lançou obras com traços sociais e econômicos. Concentrava-se na questão do crédito, condenando os juros sobre os empréstimos. Criou a expressão “crédito mútuo” e colocou em voga o princípio da equidade;
- i) William Thompson, médico natural da Irlanda. Pensava numa economia cooperativa e voluntária, com distribuição das riquezas de forma justa;
- j) George Jacob Holyoake (1817-1906), nascido em Birmingham, centro econômico e político da Inglaterra. Foi um socialista-cristão, autor de obras sobre assuntos político-sociais, além de ministrar palestras sobre ajuda mútua e cooperação.

O Cooperativismo, segundo Menegário (2000, p.50), consegue realizar a divisão de ganhos de forma equilibrada e mantém a liberdade dos associados, com base no conceito da ajuda mútua e cooperação, como uma forma de integração social e responsabilidade socioambiental<sup>4</sup>.

Para Rech (2000, p.144-5) o cooperativismo tem características similares no mundo todo, tendo posição a partir das óticas capitalista e socialista; na visão capitalista atenuam-se as características de concentração de capital, e na visão socialista surge como alternativa de uma nova ordem econômica e social.

### **2.1.1 Cooperativismo no Brasil**

O surgimento do cooperativismo no Brasil ocorreu no início do século XX, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em 1902, na pequena localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, surgiu a primeira cooperativa de crédito<sup>5</sup> da América Latina, criada pelo padre suíço Theodor Amstadt (SEBRAE, 2011).

Braga (2001), citado por Araújo e Silva (2011, p. 49), descreve que foram cinco os períodos considerados marcos históricos para o cooperativismo no país:

- a) até 1945: na década de 1930 as cooperativas não tinham forma jurídica, mas as autoridades já as percebiam. Com a “Revolução de 30” ficou transparente tal necessidade. Em dezembro de 1932 foi promulgado o decreto nº 22.239, que possibilitou a constituição e o funcionamento das cooperativas com incentivos fiscais. Foi revogado e restabelecido várias vezes, vigorando até 1966;

---

<sup>4</sup> Cooperativismo possui interligação com a responsabilidade socioambiental, cobrando do governo e lideranças os direitos e responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo, não se limitando somente ao espaço onde atua (ALVES, 2007, p. 249).

<sup>5</sup> Cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, constituídas para prestar serviços aos associados, em regime jurídico próprio, instituído e regulamentado pela Lei nº 5.764, de 1971.

- b) após 1945: em 1951 foi criado o Banco Nacional de Crédito – BNCC, que gerou incentivos fiscais e materiais, já que o país, com o final da Segunda Guerra Mundial, teve novo estímulo com o sistema cooperativista;
- c) década de 1960: com a ditadura militar, que instituiu reformas econômicas no país, tal movimento entrou em declínio. Em 1966 foram regulamentados decretos que levaram a um retrocesso nas vantagens adquiridas anteriormente. As cooperativas de consumo e crédito foram as mais prejudicadas, reduzindo-se em número;
- d) de 1971 à 1988: a lei nº 5.764/71 – ainda em vigor, promulgada em 16 de dezembro de 1971, definiu os requisitos do Sistema Brasileiro de Cooperativismo;
- e) em 1988: foi na Constituição de 1988 que ocorreu a primeira inclusão do termo cooperativismo em um período de forte expansão do sistema cooperativo, o qual durou até a reforma bancária. A desejada autogestão proporciona a independência das cooperativas, as quais passam a ter total autonomia, exceto as cooperativas de crédito, que passam a ser fiscalizadas pelo BACEN<sup>6</sup>.

A representação política do Cooperativismo é organizada da seguinte forma: Aliança Cooperativa Internacional (ACI); ACI Américas; Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop Nacional); Organização das Cooperativas Estaduais (OCE's). A representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à OCB, que se institucionalizou legalmente através da lei federal 5.764/71<sup>7</sup>, de 16/12/1971 (OCEMG, 2010, p.8).

O Quadro 1, a seguir, apresenta as características das cooperativas brasileiras de acordo com a Lei 5.764/71.

---

<sup>6</sup> Banco Central do Brasil: órgão que regula e supervisiona as cooperativas de crédito, com base nos dispositivos da Lei 4.595/1964.

<sup>7</sup> Lei que define a Política Nacional do Cooperativismo é a Lei 5764 de 1971 que institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas: "Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

Quadro 1- Características do cooperativismo brasileiro

<b>Definição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedades de pessoas, de natureza civil;</li> <li>• Forma e natureza jurídica próprias;</li> <li>• Sem finalidade lucrativa.</li> </ul>
<b>Propriedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão voluntária;</li> <li>• Número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;</li> <li>• Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;</li> <li>• “Quorum” para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;</li> <li>• Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.</li> </ul>
<b>Remuneração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;</li> <li>• Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social.</li> </ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Neutralidade política e não discriminação religiosa, racial, social;</li> <li>• Prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos aos empregados da cooperativa.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Brasil, Lei 5764/71.

O cooperativismo possui importância significativa na economia brasileira, sendo um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano ao sustentável, devido aos seus princípios universais de origem e de evolução (MATOS e NINAUT, 2007).

Acerca da expansão do modelo no país, Freitas e Leite (2006, p.11) confirmam sua intensificação nos últimos anos, configurando-se como uma tendência irreversível. Este movimento ganha força devido às transformações ocorridas na estrutura do mercado e nas próprias relações de trabalho, decorrentes principalmente do processo de abertura econômica e de reestruturação produtiva verificado no Brasil a partir dos anos 90.

O Brasil apresentou, no ano de 2010, um total de 6.643 cooperativas distribuídas em todos os estados, com destaque para São Paulo, com 13,7%, Minas Gerais, com 11,6%, Rio Grande do Sul, com 10,9%, e Bahia, com 9.9%. A TAB.1 apresenta a distribuição das cooperativas nos estados brasileiros (OCEMG, 2011, p.10).

Tabela 1 - Distribuição das cooperativas nos estados brasileiros

<b>Estado</b>	<b>Número de Cooperativas</b>	<b>Estado</b>	<b>Número de Cooperativas</b>
Acre	51	Paraíba	121
Alagoas	101	Pernambuco	212
Amazonas	131	Piauí	54
Amapá	61	Paraná	237
Bahia	659	Rio de Janeiro	452
Ceará	158	Rio Grande do Norte	108
Distrito Federal	169	Rondônia	129
Espírito Santo	141	Roraima	70
Goiás	221	Rio Grande Do Sul	728
Maranhão	244	Santa Catarina	262
Minas Gerais	772	Sergipe	61
Mato Grosso do Sul	106	São Paulo	911
Mato Grosso	154	Tocantins	54
Pará	276	Total de Cooperativas	6.643

Fonte: OCEMG, 2011, p. 10

No ano de 2010 as cooperativas apresentaram um total de 9.016.527 associados e 298.182 empregados em todo o Brasil (OCEMG, 2011, p.10).

Tabela 2 - Números do cooperativismo no estado de Minas Gerais em 2010

<b>Itens</b>	<b>Cooperativas</b>
Cooperativas	772
Associados	1.043.210
Participação feminina quadro social	15%
Participação feminina na diretoria	9%
Empregados	33.374
Salário médio de empregados em cooperativas	R\$1.334,11
Crescimento de cooperativas	0,9%
Crescimento de associados	12,7%
Crescimento de empregados	11,9%
Participação no PIB de Minas Gerais	7,8%

Fonte: OCEMG, 2011, p. 11-14

Os números do cooperativismo no estado de Minas Gerais, referentes ao ano de 2010, são apresentados na TAB. 2, destacando a pequena participação no quadro social e na diretoria por parte do público feminino. A participação do cooperativismo mineiro no PIB é de 7.8%, apresentando um crescimento de cooperativas, associados e empregados em relação ao ano de 2009. Com sua gestão participativa e autonomia dos associados, as cooperativas têm demonstrado significativa expansão no Brasil (ARAÚJO; SILVA, 2011, p.43).

## 2.2 Princípios cooperativistas

As cooperativas possuem sete princípios, quais sejam: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade (STEFANO; ZAMPIER; GRZESZCZESZYN, 2006).

Desde a formação da “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, acreditava-se que, na organização da cooperativa, “[...] as dificuldades poderiam ser superadas, desde que fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios.” (GAWLAK; RATZKE, 2004, p.18).

Quadro 2- Evolução dos princípios cooperativistas propostos pela ACI

<b>Princípios originais de Rochdale (1844)</b>	<b>Revisão de 1937 (Paris)</b>	<b>Revisão de 1966 (Viena)</b>	<b>Revisão de 1995 (Manchester)</b>
1. Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos.	1. Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos.	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racional e social).	1. Adesão voluntária e livre.
2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática pelos membros.
3. Distribuição de parte do excedente proporcional às compras.	3. Distribuição de parte do excedente proporcional às compras.	3. Distribuição das sobras ao(s): a) desenvolvimento da cooperativa; b) serviços comuns; c) associados pró rata das operações.	3. Participação econômica dos membros.
4. Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito.	4. Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito.	4. Taxa limitada de juros ao capital social.	4. Autonomia e independência.
5. Promoção da educação.	--	5. Educação cooperativista permanente.	5. Educação, formação e informação.
6. Vendas à vista, sem crediário.	--	6. Cooperação entre cooperativas.	6. Intercooperação.
7. Neutralidade política e religiosa.	--	7. Neutralidade social, política, religiosa e racial.	7. Interesse pela comunidade.

Fonte: ACI, 2011.

O Quadro 2 apresentou a evolução dos princípios cooperativistas<sup>8</sup> propostos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), apresentando os princípios originais de Rochdale e as revisões realizadas nos anos de 1937, 1966 e 1995.

Os “Pioneiros de Rochdale” praticavam os seguintes princípios básicos:

Livre adesão e livre saída de seus associados; democracia nos direitos e deveres dos associados; compras e vendas à vista na cooperativa; juro limitado ao capital investido; retorno proporcional; operação com terceiros; formação intelectual dos associados; devolução desinteressada dos ativos líquidos. (CRÚZIO, 2002, p.25).

De acordo com Rech (2000), em 1995, na Inglaterra, durante a comemoração do centenário de fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), no Congresso Internacional em Manchester, foram discutidos e ampliados o conceito, os valores e os princípios do cooperativismo adotados pela instituição (MACHADO, 2006, p.30).

Com base na revisão de 1995, os três primeiros princípios representam a dinâmica interna da cooperativa, que trata a questão da associação das pessoas à cooperativa, do controle democrático e participação econômica por parte do associado e os três últimos dizem respeito às condutas que intensificam as relações externas da cooperativa. O quarto princípio complementa os três primeiros e afirma a responsabilidade da cooperativa perante os três últimos, por apresentar independência e autonomia dos associados (ACI, 2011).

Por apresentarem, em sua essência, ideais socialistas, alguns desses princípios vêm sendo modificados ou abandonados ao longo do tempo diante da necessidade de adaptação às transformações capitalistas, conforme apresentado no Quadro 2.

Autores como Jank e Nassar (1995, p.13-32) e Zylbersztajn (1994, p.23-32) acreditam que a solução para aumentar a participação de mercado das cooperativas seria reformar<sup>9</sup> os princípios do cooperativismo e adotar estratégias de gestão semelhantes às dos bancos. Os autores acreditam que a essência socialista de alguns princípios cooperativos impede o crescimento das organizações, defendendo

---

<sup>8</sup> São as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática OCB (2009, p.150).

<sup>9</sup> Última revisão dos princípios cooperativistas ocorreu no ano de 1995 (ACI, 2011).

que estes devem ser adaptados para que as cooperativas consigam competir em um mundo globalizado e capitalista.

Outros autores, como Schneider (2007, p.13) e Alves (2003, p.37), acreditam que a doutrina cooperativista traz mais vantagens do que desvantagens, e que seus princípios podem levar à maior competitividade, defendendo que a relação de compromisso entre cooperativa e cooperado não pode basear-se apenas na força do estatuto, devendo ser construída pela confiança de que a cooperativa é capaz de satisfazer as necessidades de seus membros.

As alterações nos princípios cooperativistas promovidas por discussões pela ACI não modificaram a idéia inicial dos “Pioneiros de Rochdale”, mas reforçaram as características do movimento cooperativo. As alterações nos princípios foram e serão importantes sempre que necessárias para acompanhar a evolução dos tempos; o essencial é manter os princípios embasados nos valores da cooperação. As cooperativas têm dificuldades de aplicar todos os princípios cooperativistas, mas não os pode perder de foco (MACHADO, 2006, p.43).

Os princípios que foram aprovados em Manchester e que devem nortear a prática do cooperativismo nos diversos países em que ela existe são de acordo com (STEFANO; ZAMPIER; GRZESZCZESZYN, 2006), devidamente definidos por VALADARES, 2002a, p.21-22), apresentados nas próximas subseções.

### **2.2.1 Adesão voluntária e livre**

No princípio de adesão voluntária e livre, as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de gênero, sociais, raciais, políticas e religiosas (VALADARES, 2002a, p.21-22).

As pessoas não são obrigadas a fazer parte do quadro social da cooperativa. Segundo Cançado (2005, p.5): “[...] o princípio da adesão livre e voluntária está relacionado à liberdade individual de cada um.” Consoante Crúzio (2002), é



importante que a existência de objetivos comuns seja um critério para a adesão, pois não faz sentido a entrada de um novo associado que não possua os mesmos objetivos da cooperativa. Por isso, o objeto de funcionamento deve estar claro no estatuto. Quanto à saída do associado, pode ser de maneira voluntária, através de um pedido formal de demissão, ou de maneira involuntária, através de sua eliminação da sociedade (MACHADO, 2006, p.36).

### **2.2.2 Gestão democrática pelos membros**

O segundo princípio é o de gestão democrática pelos membros, e rege que as cooperativas sejam organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas de primeiro grau<sup>10</sup> (singulares) os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto), e as cooperativas de grau superior (centrais, federações e confederações) são também organizadas de forma democrática (VALADARES, 2002a, p.21-22).

O princípio da gestão democrática diz respeito à ativa participação dos associados. Reunidos em assembléia, deverão discutir e votar as políticas adotadas, objetivos gerais e específicos, e metas a curto, médio e longo prazo. Segundo a Lei 5.764/71 (BRASIL, 1971), só não pode votar e ser votado nas assembléias o cooperado que estabelecer vínculo empregatício com a organização. Esta restrição ocorre até que as contas relativas ao exercício em que ele deixou o cargo sejam aprovadas.

A tomada de decisão na cooperativa é democrática, o que traz vantagens e desvantagens. As desvantagens são a demora do processo e a possibilidade de formação de grupos rivais dentro da organização, o que pode inviabilizar o próprio processo de tomada de decisão. A vantagem é que, por ser democrática, traz comprometimento ao quadro social, pois, quando se participa do processo de tomada de decisão, passa-se a ser corresponsável por sua implementação e por

---

<sup>10</sup> As sociedades cooperativas são classificadas como singulares, ou de 1 grau, as destinadas à prestação direta de serviços aos associados; cooperativas centrais e federações de cooperativas, ou de 2 grau, aquelas constituídas por cooperativas singulares; confederações de cooperativas, ou de 3 grau, as constituídas por cooperativas centrais e federações de cooperativas (BRASIL, 1971).

seus resultados. Isto não acontece em uma empresa mercantil. (MACHADO, 2006, p.37).

Os princípios de adesão voluntária e livre e gestão democrática vêm sofrendo críticas, e existe pressão para que sejam reformulados na tentativa de imprimir a racionalidade econômica e administrativa nas cooperativas, buscando eficácia interna e externa e permitindo que alcancem maior competitividade em relação às empresas não cooperativas (ACI, 2011).

### **2.2.3 Participação econômica dos membros**

O terceiro princípio é a participação econômica dos membros, que contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é normalmente propriedade comum da cooperativa. Os associados recebem uma remuneração limitada ao capital integralizado como condição de sua adesão, e destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos: desenvolvimento de suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades aprovadas pelos associados (VALADARES, 2002a, p.21-22).

Para fazer parte de uma cooperativa, o associado tem que integralizar um número mínimo de quotas-partes, previsto em estatuto. As cooperativas podem remunerar ou não o capital. Nos casos em que decidam remunerar, podem fazê-lo em até 12% ao ano. Esta é uma forma de incentivar o aumento do capital social de cada associado e da própria cooperativa (MACHADO, 2006, p.38).

Sobre este princípio, Cançado (2005, p.7) comenta:

A ação da cooperativa tem duas faces, a econômica e a social. Sem o econômico, o social fica prejudicado ou talvez até impraticável, porém quando só existe o econômico, não existe mais cooperativa. O princípio da participação econômica dos membros tem como objetivo valorizar o trabalho e o homem, fazer com que ele se aproprie dos resultados do seu próprio trabalho, eliminando assim a figura do atravessador.

Existe uma taxa administrativa, relativa às atividades realizadas pelos associados, através da cooperativa, chamado de ato cooperativo. Ocorrendo “sobras” anuais esta deve ter seu destino decidido em Assembleia Geral, sendo descontados das sobras, os fundos de reservas obrigatórios e o restante podem ser rateados, usado para melhoria dos serviços prestados pela cooperativa ou ter qualquer outro destino decidido pela maioria dos associados presentes à Assembleia. Segundo a Lei 5764/71, art. 4º, VII) o rateio das sobras aos associados é proporcional às operações do associado com a cooperativa naquele período (MACHADO, 2006, p.39).

Caso a cooperativa não consiga cobrir suas despesas com a taxa administrativa, no final do exercício ela pode usar os recursos do Fundo de Reserva e se este não for suficiente pode dividir igualmente entre os associados, através de chamada de capital, ou ainda dividir proporcionalmente às transações efetuadas por estes com a cooperativa como dispõe a Lei 5.764/71, em seu art. 80 (MACHADO, 2006, p.39).

#### **2.2.4 Autonomia e independência**

O quarto princípio é o de autonomia e independência<sup>11</sup>, segundo o qual as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua e controladas pelos seus associados. Caso firmem acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorram à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados, mantendo a autonomia das cooperativas (VALADARES, 2002a, p.21-22).

Este princípio assegura a autonomia da própria cooperativa enquanto organização. Todas as ações e parcerias realizadas pela cooperativa não devem criar vínculos ou obrigações que limitem suas decisões. O princípio de autonomia e independência está diretamente relacionado com o da gestão democrática, pois possibilita que a

---

<sup>11</sup> Como os associados possuem completa autonomia sobre si mesmos e a organização, é também deles a responsabilidade sobre a gestão da cooperativa e, assim, têm o poder sobre as decisões e o controle da cooperativa, sem que seja necessária a interferência externa para a eficiência e consecução de seu objetivo social, desde que participem efetivamente do processo decisório (ARAÚJO; SILVA, 2010, p.3,4).

participação do associado nas decisões não seja direcionada por entidades externas à cooperativa (MACHADO, 2006, p. 39).

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas. (ACI, 2011, p.2).

Segundo Meloni (2005), a principal vantagem das cooperativas de crédito está no fato de terem mais autonomia na gestão administrativa. Apesar de serem fiscalizadas pelo Banco Central, podem captar recursos de seus associados por meio dos depósitos a vista e a prazo, fornecer diferentes modalidades de crédito e atuar como repassadores de recursos oficiais de crédito, especialmente as cooperativas de crédito rural.

### **2.2.5 Educação, formação e informação**

O quinto princípio é o de educação, formação e informação, e rege que as cooperativas promovam a educação e a formação dos seus membros e colaboradores, informando o público em geral, sobretudo os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (VALADARES, 2002a, p.21-22).

Cançado (2005, p.9) comenta sobre este princípio:

Deve ser entendido como uma condição de crescimento continuado do associado como pessoa (Educação) e como profissional (Formação), além do acesso deste associado a todas as informações relativas à cooperativa (Informação).

O princípio da educação, formação e informação na cooperativa, quando bem aplicado é o principal instrumento para o sucesso de uma organização cooperativista. Os pioneiros de Rochdale tiveram um cuidado especial com o quinto princípio, e instituíram que, das sobras que eventualmente tivessem as cooperativas, parte seria destinada ao fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES), objetivando investir recursos na educação e na formação dos associados,

disseminando doutrina, valores, e os próprios princípios aqui descritos (ARAÚJO; SILVA, 2011, p.48).

Segundo Koslovski (1987, p.11 apud CANÇADO, 2005), os Comitês de Educação devem ser constituídos, para promover a educação cooperativista. As principais características desses Comitês, ainda segundo o autor, seriam: difundir os princípios do cooperativismo entre os associados; esclarecer os associados quanto a seus direitos e deveres; incumbir-se ou colaborar na promoção das Assembléias Gerais, debatendo anteriormente a pauta; promover o cooperativismo junto a outras entidades, autoridades e público em geral; e coordenar a utilização dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Desta maneira, estes órgãos podem ser considerados veículos para a aplicação prática dos princípios (MACHADO, 2006, p. 40).

### **2.2.6 Intercooperação**

O sexto princípio é o de intercooperação, segundo o qual as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus associados e dão mais força ao movimento cooperativo com trabalho em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (VALADARES, 2002a, p.21-22).

Segundo Cançado (2005, p.2):

As cooperativas são, por excelência, o espaço onde a cooperação interna (intra-organização e intra-movimento) fortalece a organização para que ela possa competir no mercado. O princípio da intercooperação amplia esta cooperação a nível macro, possibilitando às cooperativas, devidamente acompanhadas pelas OCE's, OCB e Centrais, uma atuação mais efetiva, com um horizonte de resultados mais interessante.

A intercooperação é um princípio cooperativista que visa fortalecer o movimento cooperativo, através do trabalho conjunto das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Segundo Crúzio (2002, p. 34), as cooperativas podem “[...] obter maior economia, a partir da distribuição de produtos em conjunto com cooperativas do mesmo segmento ou com outras de âmbito local, estadual, nacional ou internacional.” Este princípio pode fortalecer as cooperativas, uma vez que

possibilita a mobilização das cooperativas na defesa de seus interesses (MACHADO, 2006, p. 41).

### 2.2.7 Interesse pela comunidade

O sétimo princípio trata do interesse pela comunidade, sendo incluído como princípio cooperativista em 1995, na reunião da ACI. As cooperativas, sendo organizações constituídas de pessoas, tendem a estar vinculadas estreitamente à comunidade de residência de seus associados. Segundo a ACI (2011, p.2): “As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.” Através do “Dia C”<sup>12</sup> as cooperativas mineiras colocam em prática o interesse pela comunidade.

O princípio, porém, não deve ser confundido com “responsabilidade social para cooperativas” na medida em que se entenda responsabilidade social como ferramenta estratégica de resultados. A preocupação com a comunidade é diferente, na medida em que possui um âmbito (a comunidade), e possui uma lógica mais próxima da Teoria da Dádiva<sup>13</sup> do que das ferramentas de marketing. A prática deste princípio é dificultada pelos poucos recursos da maioria das cooperativas para gerir estas ações (MACHADO, 2006, 42).

As cooperativas preocupam-se com a sociedade e o ambiente. Alves (2007, p.249) relata, em seu livro “Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Auto-Gestão”, que a responsabilidade social está de certa forma, associada aos próprios princípios cooperativistas, já que o sétimo dentre estes é chamado de “interesse pela comunidade”.

---

<sup>12</sup> Dia de Cooperar é uma iniciativa do Sistema Ocemg/Sescoop-MG que, com o apoio e a participação efetiva das cooperativas de Minas Gerais, tem o objetivo de promover e estimular a integração das ações voluntárias de todas as cooperativas, associados, colaboradores e familiares, em um grande movimento de solidariedade cooperativista (OCEMG, 2011).

<sup>13</sup> Teoria desenvolvida por Marcel Mauss (*Essai sur le don*), referida por Godbout (1999, p.29) como “[...] qualquer prestação de bem ou serviço sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar vínculos sociais entre as pessoas, podendo ser percebida como um ciclo composto por três momentos fundamentais: o dar, o receber e o retribuir. Nesta perspectiva, o dar e o retribuir são, muitas vezes, uma única coisa, estando, quase sempre, a dádiva, inserida em uma seqüência de dádiva.”

O Quadro 3, apresenta a relação dos valores com os princípios cooperativistas (MENEGÁRIO, 2000, p.50).

Quadro 3 – Relação dos valores com os princípios cooperativistas

<b>Valor</b>	<b>Princípios Cooperativistas</b>
Liberdade	Adesão livre e voluntária. Independência e autonomia das cooperativas.
Igualdade	Participação econômica dos sócios. Controle democrático pelos sócios.
Solidariedade	Intercooperação. Preocupação com a comunidade.
Fraternidade	Educação, treinamento e formação.

Fonte: Menegário, 2000, p.50

Segundo Machado (2006, p.43) na prática diária, observa-se que encontra algumas dificuldades para aplicação destes princípios sendo necessária reflexão, discussão, determinação, consciência da filosofia cooperativista, conhecimento administrativo dos gestores e envolvimento dos demais associados.

Esses princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. Para Oliveira (2001, p.319), os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, ampliando-os em seus significados originais, para que sejam contempladas as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas, confirmando a importância destes princípios no fortalecimento do cooperativismo.

### **2.3 Cooperativas**

Segundo Barros *et al* (2005, p. 2158), cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, visando satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Rech (2000, p.144-5) e Salanek Filho (2007, p.88) confirmam o conceito ao defender que as cooperativas são sociedades de pessoas, e não de capital, onde a

constituição e a adesão são espontâneas. Constituem-se por indivíduos que buscam uma atividade econômica que também atinja benefícios sociais.

As cooperativas brasileiras estão sujeitas, então, à obediência aos ditames das Leis 5.764/1971 e 4.595/1964 – e, em decorrência desta, às determinações do Banco Central, da Lei Complementar 130/2009, dos estatutos sociais próprios, dos regimentos internos e dos normativos das cooperativas centrais e do Sicoob Confederação. Aplicam-se também às cooperativas, no que couberem, as leis tributárias federais, estaduais e municipais (BRASIL, 1971).

A cooperativa<sup>14</sup> é considerada uma forma de aliança estratégica que as organizações podem adotar para alavancar seus desempenhos empresariais, como aumento de participação no mercado, eliminação da concorrência predatória entre cooperativas de mesma atividade econômica, melhor controle de preços e custos, geração de melhores resultados e sobras e aumento de chance de sobrevivência do negócio (OLIVEIRA, 2001). Segundo Marx, (1982, p.253) uma das poucas vantagens do capitalismo é as cooperativas.

Baseando-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, as cooperativas foram criadas com um propósito inicial de defender e proteger o sustento de comunidades das imperfeições do mercado, tendo membros que acreditam na honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (COOK; PLUNKETT, 2006 p. 421-428).

A formação e o estabelecimento de uma empresa cooperativa acontecem nas situações em que há uma escassez inicial do fator de produção de capital, em que os agentes econômicos escolhem as cooperativas para possibilitar a prestação de serviços e a melhora de renda (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 20).

Franco (2000, p.209) e Oliveira (2001, p.319) corroboram tal idéia ao afirmar que a formação de associações, estabelecimentos de ligações e cooperação é celebrada

---

<sup>14</sup> A cooperativa também resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia, podendo ser considerada uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil (MORATO; COSTA, 2001, p. 446).



em comunidades onde cada parceiro conhece as possibilidades e as necessidades dos outros parceiros, ou seja, as cooperativas melhoram a economia local em que se encontram instaladas, promovendo o desenvolvimento local, buscando agregar valor aos seus produtos e serviços.

Uma importante particularidade das cooperativas é o ato cooperativo<sup>15</sup>; somente através dele esses empreendimentos podem legitimar a relação cooperativista com o quadro social, com a finalidade única de tornar vantajosa a participação econômica dos associados em algo que eles não teriam fora de uma cooperativa, uma vez que elas eliminam atravessadores, reduzem custos, customizam produtos e serviços, oferecem suporte às operações financeiras, além da tributação ser reduzida para esses atos (ARAÚJO; SILVA, 2011, p.45).

O estatuto social das cooperativas brasileiras é o seu principal regulamento interno, obrigatoriamente em consonância com as disposições da Lei 5.764/1971 e da Lei Complementar 130/2009, ao qual se sujeitam todas as normas subjacentes. O estatuto social está, ainda, sujeito às injunções do Banco Central do Brasil, quanto a inserções relacionadas a assuntos da alçada desta autarquia. O estatuto social é aprovado em assembleias gerais<sup>16</sup> (BRASIL, 1971).

A cooperativa é administrada por uma diretoria ou conselho de administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, um terço do Conselho de Administração (BRASIL, 1971).

A administração da cooperativa é fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três suplentes, todos

---

<sup>15</sup> Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (BRASIL, 1971).

<sup>16</sup> A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes (BRASIL, 1971).

associados e eleitos pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de um terço dos seus componentes, por mandato máximo de três anos (BRASIL, 2009).

Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos, segundo os quais a cooperativa deve promover a defesa e a melhoria econômica dos associados, a partir de custos mais baixos dos bens e serviços prestados, e inserir-se no mercado a preços justos, cumprindo o seu papel de organização econômica estruturada em empresa cooperativa (PINHO, 1982, p.101).

O sucesso de uma cooperativa envolve também a definição de sua Missão, princípios, valores e visão de futuro, sem ferir as diretrizes da Lei que define o cooperativismo (MACHADO, 2006, p.15).

#### **2.4 Gestão das cooperativas**

A gestão pode ser compreendida como uma ciência humana. Sua verdadeira capacidade é testada através de seu exercício diário, que é cheio de criação e entrega de valor com a conseqüente geração de resultados alinhados com a missão organizacional, transformando complexidade e especialização em desempenho (CHIAVENATO, 2001).

Segundo Chiavenato (2001, p. 29), a organização pode ser entendida como “[...] uma entidade social composta de pessoas e de recursos, deliberadamente estruturada e orientada para alcançar um objetivo comum.” Para Chiavenato (2001, p. 28), a administração significa “[...] a maneira de governar organizações ou parte delas. É o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.”

A gestão é idealizada, programada e executada por pessoas. Deste modo, para alcançar seus objetivos, além de contar com suas diversas habilidades pessoais, o gestor tem que contar com a diversidade de valores e habilidades de outras pessoas, nos diversos níveis hierárquicos da organização (MACHADO, 2006, p.60).

Segundo os autores da área, Mintzberg e Quinn (2001, p.34 apud LIMA,2003, p.22, grifo nosso) dizem:

Tom Peters nos diz que bons gerentes são fazedores (Wall Street diz que eles “fazem negócios”). Michael Porter sugere que sejam pensadores. Não é o caso, argumentam Abraham Zaleznik e Warren Bennis: bons gerentes são, na realidade, líderes. No entanto, durante a maior parte deste século, os escritores clássicos – Henri Fayol e Lyndell Urwick, entre outros – insistem em nos dizer que bons gerentes são essencialmente controladores.

Segundo Machado (2006, p.63) o desempenho do gerenciamento ou gestão de uma organização pode ser mensurado e avaliado, através do uso de indicadores que dêem visibilidade à eficiência, eficácia e efetividade das ações administrativas. Estes termos são assim definidos por Tenório (2004, p.18-20): “Eficiência é a melhor forma de fazer algo com os recursos disponíveis [...] Eficácia é fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir o objetivo determinado [...] Efetividade é a capacidade de atender as expectativas da sociedade.” O autor sugere que as medidas de eficiência, eficácia e efetividade podem ser estabelecidas como metas baseadas não apenas na experiência prévia da organização, como também na experiência de outras organizações semelhantes.

Para fazer gestão de cooperativa é necessário ter conhecimento dos limites legais, da diversidade de definições, da evolução histórica e dos princípios cooperativistas. Dentre estes princípios, a gestão democrática pelos membros é diretamente ligada à forma de administrar uma cooperativa. Ou seja, dentro do sistema cooperativista prevalece a autogestão ou gestão participativa (MACHADO, 2006, p.72).

A autogestão<sup>17</sup> (*self-management*) das cooperativas do Brasil foi estabelecida com a publicação oficial da Constituição Federal de 1988 – CF/88, o que ocasionou uma nova dinâmica para as mesmas. Exceto as organizações que têm como objeto social o capital, o restante tornou-se livre da ingerência do Estado. Nas cooperativas a gerência é exercida pelos associados – que são os proprietários, ou seja, eles se organizam em um empreendimento coletivo sem um patrão, respeitando o princípio da autogestão. Lechat (2004) afirma que a autogestão foi importante para a projeção

---

<sup>17</sup> Segundo Singer (2003) a autogestão deve ter transparência para que todos tenham acesso às informações e o processo decisório seja eficiente.

de um cooperativismo e associativismo com uma nova visão de democracia e de cidadania (ARAÚJO; SILVA, 2010, p.3).

Segundo Crúzio (2002, p.74):

Autogestão, portanto, não significa que os associados devam exercer todas as atividades e/ou operações da cooperativa, ou seja, todas as funções operacionais técnicas e/ou administrativas especializadas, particularmente aquelas que exigem um grau mínimo de conhecimento técnico e/ou especialização. Além disso, os associados normalmente devem dedicar grande parcela de seu tempo a outras atividades, alheias à cooperativa.

Segundo os moldes do propósito da gestão participativa, o cooperativismo toma forma a partir da união de grupos que possuem objetivos comuns, espalhados em diversas áreas, que concentram esforços para atingir resultados positivos (COOK; PLUNKETT, 2006, p. 421).

A gestão da sociedade cooperativa é realizada pelos próprios associados, por meio de Assembléia-Geral, que é seu órgão máximo de poder decisório. Na própria Assembléia, os associados elegem os membros da Diretoria ou Conselhos Administrativo e Fiscal e, em alguns casos, outros Conselhos necessários ao seu desenvolvimento nos diversos ramos de atividade (MACHADO, 2006, p.72).

Segundo Valadares (2002a, p.33), a gestão de cooperativa apresenta dois aspectos: “[...] de um lado, o grupo cooperativo (a associação) e, de outro a atividade cooperativa (a empresa), destinada ao serviço das economias individuais associadas.”

O terceiro princípio do cooperativismo, relativo à participação econômica dos sócios, menciona que uma sociedade cooperativa, através de sua gestão, deve ter uma relação sadia e produtiva com seus associados e com o mercado (MACHADO, 2006, p.74).

Cabe aos associados, na condição de proprietários da cooperativa, assumir as decisões coletivas, bem como acompanhar sua execução e seus resultados. Em outras palavras, a participação e o controle democrático da gestão são elementos

que constituem o modelo econômico cooperativo, que é embasado no direito de propriedade, mas nem sempre é usufruído, por descaso do próprio associado (VALADARES, 2002a).

Segundo Goldratt (1991 apud OLIVEIRA, 2003, p.77), a moderna administração de empresas deve responder a três questões básicas, que se aplicam a qualquer atividade e cooperativas: “[...] o que mudar (o problema); para onde mudar (a solução); e como efetuar a mudança.” Isto porque, no caso das cooperativas, é preciso garantir a qualidade de seus produtos ou serviços. Para isto, devem utilizar técnicas de organização empresariais modernas e eficazes, utilizar e oferecer tecnologias, assim como apresentar vantagens para que a atividade cooperativista seja competitiva. Todas as vantagens produzidas pela cooperativa retornarão para os associados. Neste sentido, como diz Valadares (2002a, p.26): “[...] as cooperativas não estão em contradição com a economia competitiva” (MACHADO, 2006, p.75).

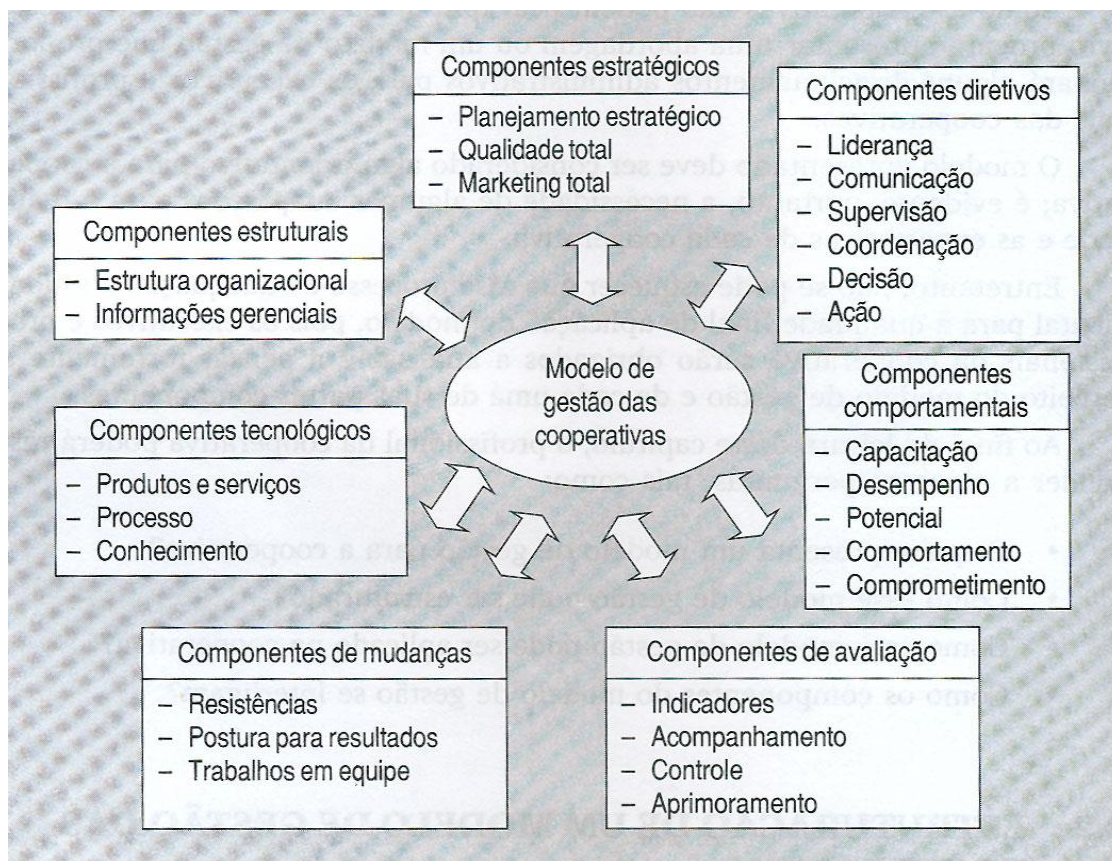
Segundo Machado (2006, p. 77), as dificuldades encontradas pelos gestores na administração de uma cooperativa têm, atualmente, gerado questionamentos em alguns pontos da Lei nº 5.764/71, por guardarem restrições que geram problemas em sua gestão. Segundo Rebouças de Oliveira (2003, p.79), alguns aspectos deveriam ser mudados, tais como:

- a) Dificuldade de capitalização eficiente e eficaz pelas cooperativas, que só podem realizar essa capitalização pela chamada de capital de seus sócios associados – geralmente descapitalizados –, pela alocação de eventuais resultados de sobras das atividades cooperativas – geralmente reduzidas ou nulas –, ou pelo acesso – problemático e caro – a empréstimos bancários.
- b) Dificuldade de realizar alianças estratégicas com empresas não cooperativistas, como decorrência da impossibilidade da distribuição, aos sócios associados ou não, dos resultados dessas alianças estratégicas.

Segundo Rebouças de Oliveira (2003, p.68), o modelo de gestão é “[...] o processo estruturado, interativo e consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação de resultados, visando ao crescimento e ao desenvolvimento da cooperativa.” O modelo de gestão sugerido pelo autor, conforme FIG.1 é constituído de sete componentes que se interligam e

interagem entre si: estratégicos, estruturais, diretivos, tecnológicos, de mudanças, comportamentais e de avaliação (MACHADO, 2006, p.78).

Figura 1 – Modelo de gestão das cooperativas e seus componentes



Fonte: Rebouças de Oliveira (2003, p.68)

Este modelo de gestão é amplo e complexo. Nele podemos observar que os componentes do sistema administrativo da sociedade auxiliam e recebem auxílio dos demais componentes. É nesse contexto interativo que a cooperativa pode chegar à boa qualidade dos serviços prestados. À medida que um setor está interagindo com outro, são identificados os pontos fortes e fracos da gestão, podendo, assim, ser aprimorado o que é bom e eliminado o que for negativo (MACHADO, 2006, p.78).

Segundo Araújo e Silva (2010, p.4), a governança das cooperativas<sup>18</sup> é importante porque estas constituem um empreendimento autogestionário de propriedade coletiva, sendo administradas por diretores e levando, às vezes, à necessidade de

<sup>18</sup> Sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva (IBGC, 2012).

contratar gestores qualificados e aptos a gerir as cooperativas, já que é comum não havê-los no quadro social. Ainda neste sentido, os autores Cornforth (2004) e Dow (2002) apontam para a necessidade de se trabalhar a governança das cooperativas, dado que esta não é tão bem desenvolvida quanto à governança corporativa (ARAÚJO; SILVA, 2010, p.4).

Segundo Machado (2006, p.43) Os gestores das cooperativas devem se empenhar para promover as condições necessárias para que os princípios do cooperativismo sejam divulgados, respeitados e aplicados.

#### **2.4.1 Associados**

Os associados, ou cooperados, são a base e a razão de existir de toda cooperativa, já que no sistema de governança corporativa o exercício do poder parte inicialmente destes, nas assembléias. Ou seja, o exercício do comando se dá de baixo para cima (MEINEN; DOMINGUES; DOMINGUES, 2002, p.28).

Os associados da cooperativa disponibilizam seu capital para a empresa que, em contrapartida, produz serviços de que esses donos necessitam (VALADARES, 2003, p.38). Polonio (1999, p.23) defende essa mesma perspectiva, ressaltando que as cooperativas de crédito permitem a partir da condição de seu proprietário ser também o usuário dos serviços prestados, que se eliminem os intermediários nas operações financeiras, fazendo do tomador de crédito e do investidor a mesma pessoa.

Ainda neste sentido, Leite e Senra (2005 p.221), afirma que as ações pessoais de cada associado de uma cooperativa de crédito<sup>19</sup> são as ações da cooperativa, pois estes são, ao mesmo tempo, proprietários e tomadores de serviços prestados. Tal fato possibilita a concessão de empréstimos através da captação de recursos dos

---

<sup>19</sup> Nas cooperativas, os indivíduos se associam para utilizar os serviços da sociedade e não para obtenção de um dividendo de capital. Evidentemente, o que ocorre em uma cooperativa é que o cooperado ganha economicamente, mas não se apropria do capital de um terceiro (BIALOSKORSKI NETO, 1997).

próprios associados; enquanto uns contribuem com a aplicação de recursos, outros os tomam, com existência de cooperação entre as partes.

O Quadro 4, a seguir, apresenta os direitos e deveres dos associados, de acordo com a OCB.

Quadro 4 - Direitos e deveres dos associados

Direitos	Deveres
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Votar e ser votado;</li> <li>• Participar de todas as operações da cooperativa;</li> <li>• Receber retorno de sobras apuradas no fim do ano;</li> <li>• Examinar livros e documentos;</li> <li>• Convocar assembleia, caso seja necessário;</li> <li>• Pedir esclarecimento aos conselhos de administração e fiscal;</li> <li>• Opinar e defender suas idéias;</li> <li>• Propor ao conselho de administração, ou à assembleia Geral, medidas de interesse da cooperativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operar com a cooperativa;</li> <li>• Participar das assembléias gerais;</li> <li>• Pagar suas quotas-parte em dia;</li> <li>• Acatar as decisões da assembleia geral;</li> <li>• Votar nas eleições da cooperativa;</li> <li>• Cumprir seus compromissos com a cooperativa;</li> <li>• Zelar pela imagem da cooperativa;</li> <li>• Participar do rateio das perdas, se ocorrerem e das despesas da cooperativa.</li> </ul>

Fonte: OCB, 2009, p.150

Ao se associar à cooperativa de crédito passa-se a ser um dos proprietários da Instituição, assim entendido como associado ou cooperado, tendo direito a voto e a ser votado e participar das sobras anuais da cooperativa, além de outras vantagens. Outra situação que demonstra que o associado torna-se dono do negócio refere-se à assembleia geral, onde cada um possui poder de um voto, independente do valor de seu capital social e de sua movimentação financeira (BIALOSKORSKI NETO, 1997).

A resolução 3.859/2000 define critérios de admissão em seu art. 12, segundo o qual a cooperativa singular de crédito deve estabelecer, em seu estatuto, condições de admissão de associados em observância ao estabelecido no mesmo, conforme Quadro 5.



Quadro 5 - Critérios de admissão de associados

	Descrição:
I	Empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico;
II	Profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades, definidas no estatuto, cujos objetos sejam afins, complementares ou correlatos;
III	Pessoas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado;
IV	Pequenos empresários, microempresários ou micro empreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural objeto do inciso III, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido pelo Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;
V	Empresários participantes de empresas vinculadas direta ou indiretamente a sindicatos patronais ou associações patronais, de qualquer nível, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa;
VI	Livre admissão de associados.

Fonte: Resolução 3859/2000

Segundo Crúzio (2002), os associados devem discutir os critérios de adesão em assembléia e deliberar, de maneira clara, no estatuto, para evitar problemas futuros na entrada de novos associados. Estas restrições não ferem o princípio, apenas protege a cooperativa e, conseqüentemente, seus associados.

Em relação à movimentação financeira do associado com a cooperativa, de acordo com Requejo (1997), quanto maior esta, menor a probabilidade de a organização ter resultados insatisfatórios.

Valadares (2003, p.38) afirma que a participação dos associados na tomada de decisão e na administração do negócio é a essência da gestão das cooperativas, reforçando a prática do segundo princípio cooperativo, referente à gestão democrática e livre.

## 2.5 Ramos do cooperativismo

O modelo cooperativo tem sido usado para viabilizar negócios em vários campos de atuação. Para efeito de organização do sistema cooperativo estes são divididos por

ramos, conforme a área em que atuam. Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2012), as cooperativas do Brasil são classificadas em treze ramos distintos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte e turismo e lazer.

Na TAB. 3 está demonstrada a distribuição de cooperativas, associados e empregados, de acordo com seus ramos, nos estados brasileiros no ano 2010, segundo a Ocemg (2011, p. 10).

Tabela 3 - Distribuição de cooperativas por ramo no ano de 2010

<b>Ramo</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Associados</b>	<b>Empregados</b>
Agropecuário	1.548	943.054	146.011
Consumo	123	2.297.218	9.892
Crédito	1.064	4.019.528	56.178
Educacional	302	57.547	3.349
Especial	12	397	14
Habitacional	242	101.071	1.676
Infraestrutura	141	778.813	5.775
Mineral	63	20.792	144
Produção	235	11.454	3.669
Saúde	852	246.265	56.776
Trabalho	1.024	217.127	3.879
Transporte	1.015	321.893	10.787
Turismo e Lazer	31	1.368	32
<b>TOTAL</b>	<b>6.652</b>	<b>9.016.527</b>	<b>298.182</b>

Fonte: OCEMG, 2011, p. 10

As Cooperativas Agropecuárias são formadas por produtores rurais, e têm como finalidade organizar a produção de seus associados em maior escala, garantindo melhor preço na comercialização dos produtos. Visam também integrar e orientar as atividades dos produtores, além de facilitar a utilização recíproca dos serviços (adquirir insumos, dividir custos de assistência técnica, ente outros) e a eliminação do atravessador, buscando levar a produção dos associados diretamente ao consumidor (OCB, 2012).

Já as Cooperativas de Consumo levam mercadorias de boa qualidade e a preços acessíveis aos associados. Auxiliam na compra em comum de bens de consumo como alimentos, roupas, medicamentos e material escolar, entre muitos outros itens. A primeira cooperativa do mundo desse ramo surgiu em Rochdale, na Inglaterra, no

ano de 1844. No Brasil este é o ramo cooperativo mais antigo, cujo primeiro registro é de 1889, em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto (OCB, 2012).

As Cooperativas Educacionais são formadas por cooperativas de alunos, pais de alunos ou professores de escolas agrícolas, que buscam viabilizar algumas das atividades desenvolvidas pelo próprio estabelecimento de ensino. Isto pode ser feito através da compra de insumos e materiais escolares, do acompanhamento do processo educacional dos alunos através da administração da escola/cooperativa, e da reunião de profissionais da área da educação para disponibilizar seus serviços no mercado. A primeira cooperativa deste ramo surgiu em 30 de julho de 1980, com o nome de Cooperativa Educacional de Resende (RJ) – COOPERE, e ainda encontra-se em funcionamento. Em dezembro de 1987 surgiu, em Itumbiara (GO), a primeira cooperativa de pais de alunos, fundada pela professora Sheila Paiva de Andrade, sob a denominação de Cooperativa de Ensino de Itumbiara (OCB, 2012).

As Cooperativas Especiais são constituídas por pessoas que precisam de auxílios especiais, sejam físicos, sensoriais, psíquicos ou mentais, enquadrando-se aí dependentes químicos, egressos de prisões, condenados a penas alternativas ou pessoas em situação familiar desajustada. As cooperativas deste ramo desenvolvem e executam programas especiais de treinamento, visando aumentar a produtividade e a independência econômica e social desse grupo. São cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999 (OCB, 2012).

As Cooperativas de Habitação viabilizam a compra ou a construção de casas próprias por um custo menor e dentro das possibilidades dos associados. O maior complexo de construções do ramo habitacional no Brasil fica em Águas Claras, no Distrito Federal (OCB, 2012).

As Cooperativas de Infraestrutura administram serviços dos quais os associados necessitam e não se encontram disponíveis ou são mais caros no mercado. As cooperativas mais conhecidas neste ramo são as de eletrificação e telefonia rural e

saneamento e limpeza pública. Podem comprar os insumos necessários e contratar terceiros para realizar os projetos (OCB, 2012).

As Cooperativas de Mineral são constituídas para viabilizar a extração, industrialização e comercialização de produtos minerais (OCB, 2012).

As Cooperativas de Produção são dedicadas à produção de bens e mercadorias, sendo os meios de produção de propriedade cooperativa e não de propriedade individual. Nesse ramo, os associados organizam a produção dos bens e participam de todo o processo administrativo, técnico e operacional da cooperativa (OCB, 2012).

As Cooperativas de Saúde são divididas em dois segmentos: cooperativas de profissionais de saúde, que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana, congregando profissionais das áreas de medicina, odontologia, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, enfermagem, terapia ocupacional, entre outros profissionais; e cooperativas de usuários, compostas por usuários de serviços de saúde que buscam qualidade e atendimento rápido e a preços mais acessíveis que os oferecidos no mercado (OCB, 2012).

As Cooperativas de Trabalho<sup>20</sup> dedicam-se à organização e administração dos interesses inerentes do grupo de profissionais associados e organizam esses trabalhadores, levando o serviço prestado por eles ao mercado (OCB, 2011, p.9). As Cooperativas de Transporte organizam e administram os interesses inerentes ao grupo de profissionais associados em atividades de transporte; proporcionam aos associados um maior volume de cargas e passageiros, garantindo mercado de trabalho (OCB, 2012).

As Cooperativas de Turismo e Lazer organizam as comunidades para que disponibilizem o seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes toda ordem de serviços (OCB, 2012).

---

<sup>20</sup> Piccinni (2004) defende que o aumento dessas cooperativas ocorre devido à reestruturação da economia, ao declínio do sistema fordista e à acumulação flexível (ARAÚJO; SILVA, 2010, p.1).

Pelo fato da pesquisa ter sido realizada em uma cooperativa de crédito, as informações sobre este ramo serão detalhadas na próxima subseção.

### **2.5.1 Ramo de crédito**

As Cooperativas de Crédito têm como objetivo principal prestar serviços de natureza financeira, assim como reunir a poupança de seus associados e lhes proporcionar empréstimos com taxas menores que as praticadas no mercado. A cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil segundo este modelo é a cooperativa de Nova Petrópolis Ltda - Sicredi Pioneira, sendo do tipo Raiffeisen<sup>21</sup>, fundada no Rio Grande do Sul, que completou, em 2002, cem anos de existência. A partir dessa iniciativa, outras organizações do mesmo tipo foram criadas no estado e, mais tarde, com a colonização do oeste catarinense, o cooperativismo de crédito ultrapassou as fronteiras gaúchas e implantou-se também lá (SCHRÖDER, 2005, p. 55).

As cooperativas de crédito devem observar as políticas de governança corporativa, aprovadas pela assembleia geral, que abordem os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle, e que contemplem a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas (BRASIL, 2010).

O órgão que regula e supervisiona as cooperativas de crédito no Brasil é o Banco Central, com base nos dispositivos da Lei 4.595/1964 e nas resoluções advindas do Conselho Monetário Nacional (CMN). O dirigente de cooperativa de crédito está sujeito também a responder, perante o Banco Central, por atos praticados durante a gestão, caso atue em desacordo com as normas aplicáveis às instituições financeiras, em especial às cooperativas de crédito (BRASIL, 1964).

---

<sup>21</sup> As cooperativas criadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje, esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha (PINHEIRO, 2008, p.23).

A cooperativa singular de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados (BACEN, 2011).

As cooperativas centrais objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (BRASIL, 1971).

As confederações constituídas de cooperativas centrais de crédito têm por objetivo orientar, coordenar e executar as atividades destas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos e a natureza das atividades transcenderem o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das associadas. As confederações não são consideradas instituição financeira pela Lei 4.595/1964 (BRASIL, 2009).

De acordo com o SEBRAE (2011), os principais objetivos das cooperativas de crédito são: estabelecer instrumentos que possibilitem o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros pelos associados; despertar nos associados o sentido de poupança; conceder empréstimos a juros abaixo do mercado; promover maior integração entre os empregados de uma mesma empresa, entre profissionais de uma mesma categoria e entre micro e pequenos empresários, desenvolvendo espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua.

Segundo a Ocemg (2011, p.10), o Brasil apresentou, no ano de 2010, um total de 1.064 cooperativas de crédito, com 4.019.528 associados e 56.178 empregados, e a movimentação econômica nestas cresceu 17,13% no ano de 2010 em relação ao ano anterior (OCEMG, 2011, p.14).

A TAB. 4 apresenta os números das cooperativas do ramo crédito no estado de Minas Gerais em 2010.

Tabela 4 - Número das cooperativas de crédito em Minas Gerais em 2010

<b>Dados</b>	<b>Números</b>
Cooperativas	204
Associados	672.974
Funcionários	5.965
Presença nos Municípios	54%
Depósitos	R\$ 4,0 Bilhões
Ativos Totais	R\$ 8,9 Bilhões
Operações de Crédito	R\$ 4,3 Bilhões
Operações de Crédito Rural	R\$ 0,9 Bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 1,7 Bilhões

Fonte: OCEMG, 2011, p. 11,17

Embora haja algumas semelhanças entre a figura jurídica, econômica e de constituição entre as cooperativas de crédito e os bancos como, por exemplo, o fato de ambas as instituições serem autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central e deter em comum o nome de alguns produtos e serviços, existem diferenças fundamentais entre essas duas instituições financeiras. Segundo Meinen (2002, p. 39) afirma que “enquanto as cooperativas de créditos socializam o crédito, os bancos promovem a industrialização do crédito”. Os bancos guardam características específicas em relação às cooperativas, porque embora ambos façam parte do sistema financeiro nacional, os bancos visam o lucro, enquanto as cooperativas preservam o associativismo, a cooperação mútua e distribuição das sobras entre seus associados (FRAINER; SOUZA, 2007, p.2).

Ao socializar o crédito as cooperativas promovem o corpo social e criam possibilidades de expansão sem geração de lucro, pois a sociedade de pessoas que compõem a cooperativa não têm objetivos próprios de lucro, mas sim de desenvolvimento coletivo. “As cooperativas de crédito reaplicam a poupança dos associados na própria região, contribuindo para estimular seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, corrigir desequilíbrios regionais” (PINHO, 2004, p.128).

Pelo contrário, o objetivo dos bancos é gerar lucros: as agências encaminham os lucros para suas matrizes, geralmente sediadas em áreas urbanas distantes dos locais onde possuem filiais. Conforme Meinen (2002) os bancos são sociedades de capital enquanto as cooperativas são sociedades formadas por pessoas (FRAINER; SOUZA, 2007, p.3).

Segundo Leite e Senra (2005, p. 174), as cooperativas de crédito apresentam diferenças com relação aos bancos, as quais são apresentadas no quadro 6.

Quadro 6 – Diferença entre bancos e cooperativas de crédito

<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
1. São sociedades de capital.	1. São sociedades de pessoas.
2. O poder é exercido na proporção do número de ações.	2. O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto).
3. As deliberações são concentradas.	3. As decisões são compartilhadas entre os associados.
4. O administrador é um terceiro (profissional de mercado).	4. O administrador é o associado.
5. O usuário das operações é mero cliente.	5. O usuário é o próprio dono (associado).
6. O usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos.	6. Toda política operacional é decidida pelos usuários/donos (associados).
7. Podem tratar distintamente cada usuário.	7. Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos.
8. Priorizam os grandes centros.	8. Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas.
9. Têm propósitos mercantilistas.	9. A mercancia não é cogitada.
10. A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite.	10. O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração).
11. Atendem em massa, priorizando o auto-serviço.	11. O relacionamento é personalizado ou individual, com o apoio da informática.
12. Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo.	12. Estão comprometidas com a comunidade e os usuários.
13. Avançam pela competição.	13. Desenvolvem-se pela cooperação.
14. Visam ao lucro por excelência.	14. O lucro está fora do seu objeto.
15. O resultado é de poucos donos/acionistas (nada é dividido com os clientes).	15. São reguladas pela Lei Cooperativista.
16. No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.	16. São reguladas pela Lei 5764/71.

Fonte: LEITE; SENRA, 2005, p.174.

O Quadro 6, evidência as muitas diferenças existentes entre as cooperativas de crédito e os bancos. Na prática, entretanto, a verdadeira cooperativa é aquela que, além de seguir as exigências legais, respeita os valores éticos e cumpre os princípios cooperativistas. As diferenças entre banco e cooperativas de crédito,



apresentadas no Quadro 6, deveriam proporcionar uma maior participação que segundo Rievers (2011), apenas 2% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil usufrui dos empréstimos das cooperativas de crédito. Isso retrata o baixo envolvimento da sociedade brasileira com essas organizações, que estão presentes no país há mais de um século, o que leva a considerar que um número bem maior de pessoas poderia beneficiar-se do microcrédito (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 121).

Neves (2002) confirma a afirmativa ao dizer que existem diferenças básicas entre bancos e cooperativas. Portanto, as pseudocooperativas são facilmente identificadas, pois apresentam algumas características de empresas capitalistas e podem ser facilmente reconhecidas em auditorias que avaliem o cumprimento dos princípios cooperativistas.

A cooperativa, enquanto organização é orientada por princípios cooperativistas, que servem para estabelecer a forma de relacionamento entre a cooperativa e seus associados. Estes princípios compõem o grande diferencial entre cooperativa e outro tipo de organização. Segundo Valadares (2002a, p.20): “[...] as diferenças são encontradas na finalidade da cooperativa, a forma de propriedade e de controle, e como são distribuídos os benefícios.”

Bialoskorski Neto (2002) argumenta que, apesar de a maioria das cooperativas afirmar que foca seu trabalho na dimensão social, é a eficiência econômica que determina o bom desempenho social da cooperativa, o qual pode ser avaliado por variáveis econômico-financeiras, como nível de renda dos produtores associados, igualdade na posse da terra, entre outras variáveis. Desempenho econômico e de mercado é condição fundamental para o bom desempenho social das cooperativas.

Analisando a participação de mercado das cooperativas referentes aos ativos, através dos balanços enviados mensalmente por todas as instituições financeiras, o Banco Central do Brasil (BACEN) dispõe de informações consolidadas sobre as cooperativas de crédito, que apresentaram, em dezembro de 2010, R\$ 105 bilhões de ativos.

Tabela 5 - Participação de mercado das instituições financeiras

Ordem	Instituição Financeira	% em Jun/2011	% em Jun/2010	Ativos em Dez/2010
1º	Banco do Brasil	18,0%	18,2%	865 bilhões
2º	Itaú	16,0%	15,7%	769 bilhões
3º	Bradesco	12,7%	12,4%	608 bilhões
4º	BNDES	11,7%	11,5%	562 bilhões
5º	Caixa Econômica Federal	9,6%	9,5%	460 bilhões
6º	Santander	8,6%	9,1%	412 bilhões
7º	HSBC	3,0%	2,9%	145 bilhões
8º	Votorantim	2,5%	2,5%	122 bilhões
<b>9º</b>	<b>Cooperativas de Crédito + Bancos Coop.</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,0</b>	<b>105 bilhões</b>
10º	Safra	1,7%	1,9%	84 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011.

Ao comparar os dados da participação no mês de junho dos anos de 2010 e 2011, apresentados na TAB. 5, verifica-se que as cooperativas têm apresentado crescimento, ainda que a participação de mercado seja inferior ao das outras instituições financeiras (BACEN, 2011).

O Banco Central do Brasil, através do balanço patrimonial consolidado, data-base jun/2011, divulgou o *ranking* por ativos totais das instituições do Sistema Financeiro Nacional, segundo o qual as cooperativas de crédito incluindo os bancos cooperativos, apresentaram juntos no ano de 2010, R\$ 105 bilhões de reais de ativos, ficando em nono lugar no ranking (BACEN, 2011).

### 2.5.2 Os principais sistemas cooperativos de crédito no Brasil

Os principais sistemas cooperativos de crédito no Brasil são Sicoob, Sicredi, Unicred, Cresol. O sistema de cooperativas de crédito do Brasil (Sicoob) é constituído por cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais e pela confederação Sicoob Brasil, que criaram o Banco Cooperativo do Brasil. O Sicoob é o maior sistema de crédito cooperativo do Brasil e ocupa atualmente posição de destaque no cenário financeiro. Trata-se de uma instituição que preserva os interesses de seus associados, gera desenvolvimento, distribui riquezas e trabalha sob os valores da união, igualdade, responsabilidade e ajuda mútua, visando à solidez e à fortificação dos processos operacionais e de controles (SICOOB, 2011).

Já o Sicredi é um sistema de crédito cooperativo brasileiro voltado para o agro negócio, com ênfase no crédito rural. É composto pelas cooperativas de crédito singulares e centrais, a Confederação Sicredi, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a Fundação Sicredi e suas empresas controladas (Administradora de cartões, de consórcio e corretora de seguros) e a Sicredi Paricipações S. A. Em nível nacional, o Sicredi foi inicialmente representado pelo BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo (SICREDI, 2005).

A primeira cooperativa do sistema Sicredi originou-se da cooperativa constituída, em 1902, pelo padre Theodoro Armstad, no município de Nova Petrópolis, no distrito de Linha Imperial, Rio Grande do Sul, hoje conhecida como SICREDI Pioneira RS. O sistema Sicred apresentou no ano de 2010, um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil associados, atuando em onze estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Bahia) com mais de mil pontos de atendimento (BACEN, 2011).

O outro sistema é a Unicred, uma instituição financeira cooperativa formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza civil e jurídica próprias, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, normalizada pela legislação cooperativista. Seu objetivo é propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados, como, empréstimo financeiro a juros bem menores e com menos exigência do que os bancos (UNICRED, 2011).

Por fim o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, resultado da luta de famílias agricultoras pelo acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, em um projeto de desenvolvimento local sustentável. No final da década de 1980, as dificuldades de acesso ao crédito rural, a necessidade de financiar experiências alternativas da agricultura e a luta dos assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná levaram algumas organizações a estruturar um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (CRESOL, 2011). A TAB. 6 apresenta os números financeiros dos Sistemas SICOOB, Sicredi, Unicred e Cresol, com data base dezembro de 2010.

Tabela 6 – Números financeiros dos principais sistemas cooperativos de crédito do Brasil em 2010

Dados	SICOOB	SICREDI	Unicred	CRESOL
Centrais	14	5	9	1
Singulares	584	119	117	60
PAC	1884	1170	461	94
Associados	1.921.322	1.756.000	238.015	93.416
Funcionários	15.045	12.770	3177	608
Operações de crédito (bilhões)	14.033	11.865	3.774	784.379 milhões
Depósitos Totais (bilhões)	13738	6.517	4.878	281.860 milhões
PL (bilhões)	6.146	2.755	1.636	122.798 milhões
Ativos Totais (bilhões)	24.716	21.430	6.635	1.037

Fonte: Banco Central do Brasil, 2011

O SICOOB destaca-se atualmente como o maior e mais estruturado sistema de cooperativas de crédito do Brasil (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 125). A TAB. 6 comprova a afirmação, pois o sistema SICOOB apresenta, em todos os itens, os números mais elevados.

### 2.5.3 Bancos cooperativos

Com a fundação dos bancos cooperativos o Governo Federal, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), passou a regulamentar a atividade das cooperativas de crédito, conforme a resolução 2771, de 30/08/2000, cabendo ao Banco Central do Brasil a autorização do funcionamento e fiscalização de suas atividades. A partir desta resolução ficou proibida a autorização de criação de cooperativas Luzzati (bancos populares) no Brasil, mantendo-se, entretanto, as já existentes (OCB, 2009, p.150).

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) surgiu em 1934, quando o Ministério da Agricultura criou a Caixa de Crédito Cooperativo, que em 1966 seria transformada no BNCC – uma sociedade anônima com participação majoritária e administração do Governo Federal. A sua liquidação significou um revés forte para a maioria das cooperativas, fato que prejudicou o funcionamento das cooperativas de crédito (SICREDI, 2005).

O Banco Cooperativo Sicredi é a instituição financeira que representa as Cooperativas Singulares do SICREDI no sistema financeiro nacional. Através dele

são intermediadas negociações de recursos repassados de outras instituições financeiras a ser fornecido aos associados, buscando proporcionar as mesmas condições de desenvolver seu negócio, gerar emprego e renda, bem como promover o desenvolvimento da sociedade onde a cooperativa está inserida. Além disso, disponibilizam produtos e serviços semelhantes aos presentes em outras instituições do sistema financeiro nacional (públicas ou privadas) e proporcionam comodidade e praticidade aos que os utilizam (SICREDI, 2005).

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. é um banco cooperativo privado instalado no Brasil. Fundado em 1995, atua como instrumento das cooperativas de crédito no acesso ao mercado financeiro, disponibilizando programas especiais de financiamento, administrando em escala os recursos do Sistema e desenvolvendo produtos corporativos e políticas de comunicação e marketing. Neste sentido sua atuação é voltada ao atendimento das demandas do quadro social das cooperativas de crédito do Sicredi, e também daquelas com as quais mantém convênios específicos de prestação de serviços (SICREDI, 2005).

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob. Seu trabalho é orientado para a manutenção de um relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, satisfazendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos. Desde a sua constituição, em 1997, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, com a finalidade de estimular o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no país. Atualmente, o banco é sócio do Bancoob Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Bancoob DTVM) e da Cabal Brasil, processadora de cartões que possui uma bandeira própria (BANCOOB, 2012).

O BANCOOB surgiu no ano de 1997, resultado da articulação de um grupo de cooperativas singulares<sup>22</sup>, federações centrais<sup>23</sup> e uma confederação<sup>24</sup>. Este, ao

---

<sup>22</sup> Cooperativa singular de crédito é a entidade física que proporciona as condições para que seja atingido o objetivo almejado pelo cooperativismo de crédito. (BRASIL, 1971).

lado do fundo garantidor do Sicoob (ambas as entidades não-cooperativas), exerce função importante e complementar no que tange à operacionalização dos processos e à qualidade dos serviços financeiros necessários às atividades do cooperado (BANCOOB, 2011).

As atividades realizadas de modo complementar pelas cooperativas, singulares e centrais, pela confederação, pelo Bancoob e pelo FGS, todas as entidades jurídicas autônomas, têm como objetivo atender às necessidades financeiras e à proteção do patrimônio do cooperado (BANCOOB, 2011).

#### **2.5.4 Aglutinação, fusões, cisões e incorporações no cooperativismo de crédito**

A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos. Já a cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a cisão. Contudo, a incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. Na incorporação a sociedade incorporada deixa de existir, mas a empresa incorporadora continuará com a sua personalidade jurídica (BRASIL, 1976).

Em estudo sobre fusões e incorporações entre instituições bancárias na segunda metade da década de 1990, Sobek (2000, p. 29) afirmou que, entre os objetivos dos bancos ao realizar as fusões, estão: “[...] reduzir custos, estender a gama de produtos e serviços, aumentar a participação no mercado, participar dos processos de privatização (em economias emergentes), diversificar riscos e áreas de atuação e

---

<sup>23</sup> Cooperativas centrais objetivam organizar os serviços econômicos e assistenciais de interesse as cooperativas singulares (BRASIL, 1971).

<sup>24</sup> Confederações constituídas de cooperativas centrais de crédito (BRASIL, 1971).

recuperar a solvência”<sup>25</sup>. A fusão ou a incorporação podem ser alternativas significativas, mais favoráveis do que a falência ou a concordata.

A Lei Federal n. 5.764/1971, em seu Capítulo X, Artigos 57, 58 e 59, prevê a aglutinação de cooperativas através de fusões e incorporações, unificando seus quadros de associados, seus patrimônios, seus passivos e ativos. Particularmente, as cooperativas de crédito devem ter autorização do Banco Central do Brasil para executar tais processos (BRASIL, 1971). Verifica-se a cisão de uma cooperativa sempre que nesta se opere divisão dos seus membros e patrimônio, com a consequente criação de uma ou mais cooperativas novas (PORTUGAL, 1996).

Nos processos de aglutinação através de fusões e incorporações é visualizado o sexto princípio cooperativista, de intercooperação, segundo o qual as cooperativas fortalecem o movimento cooperativista quando trabalham em conjunto (OCEMG, 2011, p.6).

Assim como as empresas com fins mercantilistas, as cooperativas buscam incessantemente o crescimento e o fortalecimento de seus negócios e sua sobrevivência no mercado. Essas condições podem ser sustentadas principalmente pelo aprimoramento e pela modernização dos meios de produção e distribuição dos bens e serviços para os associados. Fusões e incorporações entre sociedades cooperativas seriam outras formas de se alcançar esses patamares, buscando a convergência de interesses dos associados de uma ou mais organizações cooperativistas (KRUEGER; MIRANDA, 2007).

Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade, onde cada cooperativa interessada indicará membro para compor uma comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros, além do projeto de estatuto. A fusão

---

<sup>25</sup> A busca de recuperação da solvência, outro fator citado por Sobek (2000, p.29) como motivador de fusões e aquisições entre bancos, ocorre quando a situação financeira de uma empresa é desfavorável e os riscos de liquidez e de continuidade são altos.

determina a extinção das sociedades anteriores, que se unem para formar uma nova sociedade que lhes sucederá nos direitos e obrigações. (BRASIL, 1971). Em outras palavras, a constituição de uma nova sociedade cooperativa se dá a partir da extinção das fusionadas (KRUEGER; MIRANDA, 2007).

Pela incorporação uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou de outras cooperativas (BRASIL, 1971). Os processos de incorporação de cooperativas implicam, portanto, na absorção, pela sociedade incorporadora, do patrimônio, dos direitos, das obrigações, dos associados e empregados das sociedades incorporadas (KRUEGER; MIRANDA, 2007).

O cooperativismo brasileiro registrou em 2010 uma queda de 8,4% no número de cooperativas, porém houve crescimento de 9,3% no número de associados e 8,8% no número de empregados em relação ao ano anterior, resultado do crescimento nos processos de aglutinação (OCEMG, 2011, p.10).

Neste capítulo de referencial teórico apresentou-se a literatura sobre o cooperativismo, seus princípios, conceituação sobre cooperativas e gestão das mesmas pelos associados, seus ramos, com foco nas cooperativas de crédito e seus principais sistemas cooperativos presentes no Brasil, além da definição dos bancos cooperativos. O capítulo foi finalizado com uma explicação sobre aglutinação, fusões, cisões e incorporações no cooperativismo de crédito.



### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo será apresentada a caracterização do caso, realizada na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda, identificada nesta dissertação pela sigla SICOOB União.

Com agilidade e tratamento personalizado, as cooperativas de crédito<sup>26</sup> oferecem todos os serviços e produtos financeiros de qualidade a preços competitivos, despontando como a solução financeira para seus associados. O objetivo de uma cooperativa de crédito é desenvolver programas de assistência financeira e de prestação de serviços aos associados, com a finalidade de oferecer atendimento adequado às suas necessidades de crédito, contribuindo para torná-los independentes de outras instituições financeiras, públicas e privadas. (VALADARES, 2003).

O Conselho de Administração do SICOOB União autorizou a realização da pesquisa na instituição, em reunião realizada no dia 14 de novembro do ano 2011 (SICOOB UNIÃO, 2011, p.162:163). As informações presentes nesta dissertação atendem à Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, que determina que a quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

O SICOOB União foi constituído em assembleia geral, no dia 04 de maio de 1995, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Raul Soares Ltda. – SICOOB Crediras, e iniciou suas atividades em 27 de fevereiro de 1996. Os vinte associados fundadores subscreveram, cada um, 200 quotas-partes no valor de um real cada, perfazendo um capital social inicial de R\$4.000,00 (CREDIRAS, 1995).

---

<sup>26</sup> Cooperativas de crédito são definidas como instituições financeiras, conforme disposto no art. 18, § 1º, da Lei 4.595, de 31/12/1964, que regulamentou o Sistema Financeiro Nacional. Em 17/4/2009 foi aprovada a Lei Complementar 130, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Esse diploma solucionou muitas dúvidas na gestão de cooperativas de crédito, a propósito de assuntos não abrangidos pela legislação até então existente.

Os vinte associados fundadores da cooperativa foram Hélio Pereira Santiago, Irani Felipe Batista, Waldyr Dias Vieira, Renato de Souza Machado, Jorge Luiz Stopa, José Samuel de Souza, Nagib Salim, Romero Pereira da Silva, Sebastião Rocha Raslan, Elzira Brandão Guimarães Pinto, Carlos Alves Mendes, José Maria Peixoto, Antonio José Felipe, Samaen Ventura Felipe, José Ribeiro Pinto, José Mauro Lana Rios, Wiron Francisco de Souza Xavier, Homero Ribeiro e José Constantino Gonçalves (CREDIRAS, 1995).

A transformação em cooperativa de livre admissão de associados ocorreu em assembleia geral extraordinária realizada no dia 31 de agosto do ano de 2005, adotando-se então a denominação social de Cooperativa de Crédito de Raul Soares Ltda – SICOOB Crediras (SICOOB CREDIRAS, 2005).

O SICOOB Crediras alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - SICOOB União, em assembleia geral extraordinária realizada em 08/10/2010, passando então por um processo de incorporação aprovado em assembleia geral realizada no dia 29/10/2010, no qual a cooperativa incorporadora - SICOOB Crediras-, constituída em assembleia geral no dia 04 de maio de 1995, incorporou uma cooperativa constituída no dia 16 de novembro de 1970. Não foi autorizada a divulgação de informações individuais da cooperativa de crédito incorporada. O diretor-presidente do SICOOB União é o sócio fundador sr. Hélio Pereira Santiago, no cargo desde sua constituição, em 1995. (SICOOB UNIÃO, 2012).

Os processos de incorporação entre cooperativas implicam a absorção, pela sociedade incorporadora, do patrimônio, dos direitos, das obrigações, dos associados e empregados das sociedades incorporadas (KRUEGER; MIRANDA, 2007).

A sede, o foro jurídico e a administração do SICOOB União situam-se na cidade de Raul Soares, Minas Gerais, mas a cooperativa possui ainda 14 postos de atendimento nas cidades mineiras de Vermelho Novo, São Pedro dos Ferros, Sericita, Abre Campo, Santo Antônio do Grama, Bom Jesus do Galho, São José do

Goiabal, Rio Casca, Ponte Nova, Porto Firme, Amparo do Serra, Urucânia e Jequeri (ANEXO D).

O SICOOB União tem como visão ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados, e como missão a geração de soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades. Seus valores são transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade (ANEXO C). Sua estrutura organizacional é apresentada no ANEXO A.

O Conselho de Administração da cooperativa, eleito em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 24/02/2012, com mandato de quatro anos, é composto por Hélio Pereira Santiago, Evanilson Danelon Grillo, Daniela Sabina Pinto Lopes, Alessandra Machado Vieira, José Claret Gomes e Aloisio Pereira Fialho (SICOOB, 2012). A Diretoria-executiva é composta pelo Presidente do conselho, Sr. Hélio Pereira Santiago, desde sua fundação, em 1995, e pelos diretores Evanilson Danelon Grillo e Edgar da Silva (SICOOB UNIÃO, 2012).

O Conselho Fiscal, eleito em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 24/02/2012, com mandato de três anos, de acordo com a Lei complementar 130<sup>27</sup>, é composto por Leopoldo Teixeira Rodrigues, Rodrigo Antônio Chaves da Silva e Aline Varoto de Almeida, tendo como conselheiros suplentes Geraldo Maria de Paula, João Batista Rodrigues e Joaquim Betânico (SICOOB UNIÃO, 2012).

Os números do SICOOB União apresentados na TAB. 7 referem-se ao mês de janeiro de 2012. A tabela apresenta também, dados da cooperativa incorporadora referentes ao mês de outubro de 2010, antes do processo de aglutinação.

---

<sup>27</sup> BRASIL. Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Tabela 7 - Números do SICOOB União

<b>Descrição</b>	<b>01/2012</b>	<b>10/2010</b>
Depósito	R\$ 52.331.238,00	R\$ 27.909.414,00
Patrimônio Líquido Ajustado	R\$ 10.901.718,00	R\$ 7.006.283,00
Disponibilidade	R\$ 25.763.851,00	R\$ 17.208.966,00
Operações de Crédito	R\$ 46.325.980,00	R\$ 24.185.462,00
Permanente	R\$ 5.051.598,00	R\$ 3.641.322,00
Renda de Serviços	R\$ 278.516,00	R\$ 168.176,00
Despesas Administrativas	R\$ 651.338,00	R\$ 332.098,00
Provisionamento de Crédito Liquidação	R\$ 216.060,00	R\$ 130.857,00
Recuperação de Crédito Liquidação	R\$ 106.646,00	R\$ 44.836,00
Valor dos Ativos Totais	R\$ 78.114.778,00	R\$ 45.764.748,00
Número de Funcionários	122	75
Postos de Atendimento Cooperativo	14	10
Número de Associados Mês Outubro/2011	11789	6807

Fonte: SIGNET. Relatório de indicadores de desempenho e Apuração de resultados. 01/2012

Ao analisar a TAB. 7 conclui-se que a cooperativa evoluiu após o processo de aglutinação, com aumento de 46,67% no valor dos depósitos; 35,73% no patrimônio líquido ajustado; 33,20% nas disponibilidades; 47,79% nas operações de crédito; 27,92% na conta permanente; e 39,62% nas rendas de serviços. A evolução no valor dos ativos totais foi de 41,41%.

As despesas administrativas aumentaram 49,01%, tendo como motivos principais o aumento do número de funcionários (em 38,52%) e o acréscimo de quatro postos de atendimento cooperativos. Ocorreu crescimento de 42,26% no número de associados. Houve, ainda, um aumento de 39,43% na disponibilização de crédito de liquidação, justificado pelo aumento nas operações de crédito, e um aumento de 57,96% na recuperação de crédito de liquidação.

O SICOOB União divulga os princípios cooperativistas através do ANEXO B e ANEXO C.

Após a contextualização do SICOOB União partiremos, agora, para o capítulo seguinte, no qual será descrita a metodologia.

## **4 METODOLOGIA**

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados na presente investigação. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 155), a pesquisa é um “[...] procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.”

De acordo com Richardson (1999, p.8), a metodologia compreende os procedimentos e técnicas empregadas para se chegar a um objetivo, e deve ser claramente estabelecida para a realização de uma pesquisa científica.

### **4.1 Abordagem da pesquisa**

Quanto à abordagem, a pesquisa teve caráter quantitativo. Segundo Michel (2005, p.23), nesta modalidade de investigação o pesquisador busca resultados que sejam precisos e comprovados por meio de variáveis previamente estabelecidas, verificando e explicando sua influência sobre outras variáveis de forma a analisá-las e correlacioná-las estatisticamente às frequências.

O uso de um método quantitativo confirma a intenção do pesquisador que, segundo Richardson (1999, p.8) e Roesch (2007), consistem em garantir a precisão dos resultados, verificarem as distorções de análise e interpretação e possibilitar uma margem de segurança quanto às inferências que serão feitas.

### **4.2 Tipos de pesquisa**

O tipo de pesquisa, quanto aos fins, foi descritivo. Conforme Oliveira (2004, p. 115), a pesquisa descritiva “[...] é certamente o tipo de pesquisa mais adequado quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos.”

Para Cooper e Schindler (2003, p.122), os estudos descritivos, ou pesquisa descritiva, são formais e estruturados, trabalham com hipóteses ou questões de pesquisa e atendem a diversos objetivos de pesquisa, tais como:

a) Descrições de fenômenos ou características associadas com a população-alvo (o que, quem, quando, onde, como); b) amostragem: Obtenção de uma amostra representativa com as características da população em estudo; c) identificação das variáveis mais importantes do estudo, e das associações entre diferentes variáveis; d) descoberta e mensuração das relações causais entre as variáveis.

Segundo Vergara (2005, p.50), a pesquisa é descritiva quando busca as características de uma população determinada.

Quanto aos meios, o tipo de pesquisa foi um *survey* que:

se refere a um tipo particular de pesquisa social empírica, mas há muitos tipos de *survey*. O termo pode incluir censos demográficos, pesquisas de opinião pública, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, estudos acadêmicos sobre preconceito, estudos epidemiológicos etc. *surveys* podem diferir em termos de objetivos, custos, tempo e escopo (BABBIE, 1999, p. 519).

Yin (2005, p.24) afirma que a “[...] escolha de um método tem a ver com três critérios: o tipo de questão de pesquisa proposto, a extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais e o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos”.

### **4.3 População, amostra e sujeito**

A população total foi de 11789 indivíduos (todos associados), conforme demonstrado na TAB.7. Creswell (2007, p. 161) explica que “[...] um projeto de levantamento dá uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população ao estudar uma amostra dela.” O autor acrescenta que, “[...] a partir dos resultados de 50 amostragens, o pesquisador generaliza ou faz alegações acerca da população.”

Para Vergara a amostra é uma parte do universo (população), escolhida segundo alguns critérios de representatividade (VERGARA, 2005, p.50). A amostra da

presente pesquisa foi definida como não probabilística, selecionada por acessibilidade. Segundo o mesmo autor este tipo de amostra, longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles (VERGARA, 2005, p.51).

O sujeito da pesquisa foi o associado, pois esta diz respeito à opinião de pessoas que se relacionam com a cooperativa.

#### 4.3.1 Tamanho da amostra

O tamanho da amostra pesquisa foi de 373 associados. O cálculo amostral foi realizado utilizando-se a fórmula de dimensionamento conservador para populações de amostra de tamanho finito. Conforme Hair Júnior *et al.* (2005), este cálculo é realizado quando não se tem uma amostra piloto e deseja-se estimá-la de forma conservadora.

A fórmula para o dimensionamento conservador para populações de tamanho finito é:

$$n = \frac{\frac{1}{4} Z_0^2 N}{\frac{1}{4} Z_0^2 + (N - 1)e^2}$$

Onde: n= tamanho da amostra; Zo= coeficiente tabelado em função da certeza (intervalo de confiança); N= tamanho da população; e= erro estimado.

Assim, para o cálculo da amostra foram considerados os seguintes dados:

Universo (N) = 11789 associados.

Intervalo de 95% de confiança. Zo= 1,96.

Erro (e) = 0,05.

#### 4.4 Técnicas de coleta de dados

A técnica de coleta utilizada na pesquisa foi o questionário (APÊNDICE A), aplicado no período de 23 a 30 de novembro do ano de 2011. Segundo Malhotra (2006,

p.494), o questionário, caracteriza-se como a modalidade de coleta de dados mais adequada para investigações descritivas, como foi o caso da presente investigação.

Para a realização deste estudo foram aplicados, segundo o critério de acessibilidade, 410 questionários aos associados da SICCOOB União. Apenas os questionários preenchidos completamente, sem rasuras, foram considerados adequados à utilização para análise, tendo sido eliminados os demais. Sendo assim, foram considerados para análise, 373 questionários, levando a uma amostra que apresentou nível de significância de 5% e confiabilidade de 95% em relação ao universo da pesquisa.

A pesquisa contou com a coleta de dados primários: o questionário aplicado (APÊNDICE A) divide-se em duas partes, com a primeira sendo focada nos dados demográficos dos respondentes, através de 7 itens, com intenção de buscar informações sobre o perfil do associado, visando responder o primeiro objetivo específico.

A segunda parte contém 21 itens e tem como objetivo avaliar o grau de aderência dos associados do SICCOOB União no que diz respeito aos princípios cooperativistas. Tal seção possibilita alcançar, ao mesmo tempo, o segundo e o terceiro objetivo específico da pesquisa. O primeiro destes consiste em analisar, mediante os resultados apresentados, a compreensão dos associados quanto às doutrinas cooperativistas, e o segundo, abordado através dos itens 26 e 27 do questionário, pretende apurar a existência de ações adotadas pela cooperativa para divulgar os princípios cooperativistas. O questionário caminha para, enfim, alcançar o objetivo geral, e responder a questão problema desta dissertação.

A escala de avaliação utilizada no questionário foi a de likert<sup>28</sup>: composta por cinco opções, indo de um extremo a outro do conceito, para não confundir os respondentes, com graus de concordância, neutralidade e discordância relativas às assertivas listadas.

---

<sup>28</sup> Escala likert diz respeito a uma série de afirmações relacionadas ao objeto pesquisado, isto é, representam várias assertivas sobre um assunto Michel (2005, p.23).



De acordo com Michel (2005, p.23), obtém-se uma pontuação para cada item, sendo a soma desses valores o indicativo da atitude favorável ou desfavorável. Os pesquisados não apenas respondem se concordam ou não com as afirmações, mas também informam qual seu grau de concordância ou discordância. A somatória das pontuações obtidas para cada afirmação é dada pela pontuação total da atitude de cada respondente.

#### **4.4.1 Pré-teste**

Foi realizado um pré-teste, com aplicação do questionário (APÊNDICE A) para 10 associados, na sede da SICOOB União, no dia 10 de outubro de 2011. O critério de seleção dos associados não probabilística por acessibilidade.

O tempo médio gasto por cada associado para responder ao questionário foi de 10 minutos, sendo que os itens do questionário e os detalhes da experiência de respondê-lo foram avaliados e discutidos individualmente com cada associado participante do pré-teste. O questionário (APÊNDICE A) foi aprovado por unanimidade por todos os associados participantes, não sofrendo alterações.

##### **4.4.1.1 Resultados do pré-teste**

Após aplicação do questionário foi realizada a análise dos resultados, concluindo-se que seria possível alcançar os objetivos propostos desta dissertação, respondendo à questão problema do estudo, através dos resultados obtidos (APÊNDICE A).

O primeiro objetivo específico foi alcançado: os resultados obtidos possibilitaram identificar o perfil dos associados, cuja maioria é composta por homens, com idade acima de 26 anos, ensino fundamental completo, e com principal atividade econômica no meio urbano. A maioria frequenta a cooperativa diariamente e considera que seja esta a melhor opção para associar-se como correntista.

O segundo objetivo específico foi alcançado: foi possível analisar a compreensão quanto às doutrinas cooperativistas, pois a maioria das respostas apresentadas são as adequadas e alinhadas às políticas cooperativistas.

O terceiro objetivo específico foi alcançado: foi possível apurar a existência de ações adotadas pela organização com vista a divulgar os princípios cooperativistas aos associados, porém tais ações precisam ser melhoradas para que se tornem eficientes e eficazes na divulgação de seus princípios. Com o alcance dos objetivos específicos, o pré-teste indica que será possível alcançar o objetivo geral e responder à questão problema.

A intenção da aplicação deste pré-teste foi eliminar possíveis falhas na aplicação do questionário real, evitando transtornos e permitindo que, ao final da pesquisa, os objetivos propostos neste estudo fossem alcançados. Seus resultados não deverão ser considerados pelo fato de ter-se obtido resposta de apenas dez associados, uma amostra pequena e sem representatividade em relação à população do SICOOB União.

No capítulo de apresentação e análise dos resultados será possível verificar se os resultados deste pré-teste são semelhantes aos resultados da pesquisa, colhidos posteriormente através dos questionários aprovados.

#### **4.5 Técnicas de análise dos dados**

Após a coleta, os dados foram tabulados e analisados. A análise ocorreu através dos *softwares* estatísticos Minitab 15 e SPSS 16 (*Statistical Package for the Social Sciences*), além do *Microsoft Excel*, que auxiliaram na tomada de decisões e conclusões a respeito das hipóteses de estudo para os grupos analisados.

Os métodos estatísticos utilizados na pesquisa consistiram nas análises univariada (análise descritiva das variáveis) e bivariada (análise comparativa entre possíveis associações entre variáveis), conforme desenvolvido por Babbie (1999, p.519). Foram realizadas, portanto, análises de ambas as ordens através do estudo das

médias, incluindo variáveis das duas seções do questionário, com construções de gráficos e tabelas para auxiliar na interpretação e compreensão dos resultados, assim como testes mais específicos, que possibilitaram a obtenção de resultados mais técnicos e contundentes a respeito dos objetivos traçados.

Durante a análise foram adotadas técnicas estatísticas específicas, de acordo com o tipo de dados obtidos, utilizando-se, na primeira fase, a estatística descritiva, ou seja, ferramentas estatísticas de descrição e apresentação de dados, como tabelas de distribuição de frequência, gráficos expositivos, medidas separatrizes e de tendência central (médias, desvio padrão, mediana e percentil 25 e 75) e coeficiente de correlação.

Foi necessário ainda realizar, primeiramente, uma avaliação da distribuição populacional à qual a amostra pertence. Tal avaliação tornou-se um fator importante, pois a escolha dos testes a serem aplicados ao longo de todo o estudo depende deste conhecimento sobre a distribuição estatística populacional para que os resultados apresentem consistência e confiabilidade e não possuam incoerência em relação às hipóteses levantadas.

Segundo Almeida (2011), se esta distribuição estatística populacional é conhecida *a priori*, então se opta pela utilização do que se conhece como testes paramétricos, que são específicos para cada distribuição e apresentam um poder de decisão bastante satisfatório. Estes testes, no entanto possuem uma restrição, usualmente observada na coleta de dados, pois é muito difícil que o pesquisador possua o conhecimento prévio da distribuição à qual a amostra coletada pertence.

Conseqüentemente, para estas situações e também para os casos onde a amostra coletada é muito pequena (geralmente menor que 30 indivíduos), o recomendado é a utilização de testes não paramétricos. Estes, apesar de possuírem um poder de decisão a respeito das hipóteses ligeiramente inferior aos obtidos pelos primeiros, possuem a vantagem da amplitude de aplicação e da maior simplicidade para a realização de seus cálculos (SIEGEL; CASTELLAN,2006).

Para determinar qual recurso seria utilizado no decorrer deste estudo realizou-se um teste de normalidade para os dados, composto pelas seguintes hipóteses: hipótese nula ( $H_0$ ): a variável provém de uma população com distribuição normal (gaussiana) ou hipótese alternativa ( $H_1$ ): a variável não provém de uma população com distribuição normal. (ALMEIDA, 2011).

Tem-se, assim, que se a hipótese nula fosse rejeitada a opção mais adequada para o presente estudo seria a efetuação de testes não paramétricos. Caso contrário, saberíamos que os dados pertencem à distribuição populacional normal (gaussiana), e assim os testes a serem aplicados seriam os paramétricos referentes a esta distribuição (SIEGEL; CASTELLAN,2006).

Através da realização dos testes a maioria expressiva das variáveis apresentou resultados que apontaram para a rejeição da hipótese nula. Portanto, concluiu-se que o procedimento a ser seguido durante todo o estudo seria a utilização de testes não paramétricos.

A primeira seção de testes realizados foi relativa ao estudo das médias dos valores fornecidos pelos respondentes nas variáveis relativas à seção de dimensões da justiça, em cruzamento com os dados de algumas variáveis demográficas destacadas. O objetivo destes testes foi a comparação entre os valores obtidos de acordo com as diferentes categorias de cada variável demográfica.

No caso do teste relativo à variável sexo, em que há apenas dois grupos de estudo a serem comparados (masculino e feminino), foi utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney (SIEGEL; CASTELLAN,2006). Para as outras variáveis (com mais de duas categorias) foi utilizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis (FERREIRA, 2008).

A seqüência de testes foi, então, novamente utilizada, desta vez com a intenção de realizar o cruzamento entre as variáveis demográficas e os aspectos da retaliação.

As hipóteses que compõem estes testes são as seguintes:

- a) Mann-Whitney: hipótese nula ( $H_0$ ) as amostras apresentam a mesma distribuição ( $\mu_1 = \mu_2$ ), ou hipótese alternativa ( $H_1$ ) – as duas amostras apresentam distribuições diferentes ( $\mu_1 \neq \mu_2$ ), com  $\mu_1$  e  $\mu_2$  representando as médias populacionais (SIEGER; CASTELLAN, 2006).
- b) Kruskal-Wallis: hipótese nula ( $H_0$ ): os grupos amostrais possuem a mesma distribuição populacional ( $\mu_1 = \mu_2 = \dots = \mu_n$ ) ou hipótese alternativa ( $H_1$ ) – pelo menos um dos grupos amostrais possui distribuição diferente dos demais, com  $\mu$  representando a média estimada de cada população (FERREIRA, 2008).

Sabe-se que, para ambas as situações, se as distribuições estatísticas populacionais forem as mesmas, estas tendem a gerar as mesmas médias. Portanto, se pelo menos uma destas distribuições for diferente das demais, teremos médias diferentes e poder-se-á rejeitar a hipótese nula dos testes acima (ALMEIDA, 2011).

O nível de significância adotado para a decisão e a conclusão sobre os resultados de todos os testes realizados foi de 5%. Tem-se, portanto, que a confiabilidade conferida às afirmações feitas dentro da análise é de 95%. Destarte, ao serem montados os testes com as hipóteses nulas e alternativas, optou-se pela rejeição do primeiro caso o p-valor obtido fosse menor ou igual a 0,05; caso contrário a hipótese seria considerada. As hipóteses estarão sempre listadas de acordo com o teste realizado e os p-valores serão exibidos nas tabelas, em conjunto com os demais resultados relevantes.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo procede-se à apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa, com base nos objetivos inicialmente propostos, quais sejam: o objetivo geral de avaliar o grau de aderência dos associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais, no que diz respeito aos princípios cooperativistas, e os objetivos específicos:

- a) identificar o perfil dos associados;
- b) analisar a compreensão dos associados quanto às doutrinas cooperativistas;
- c) apurar a existência de ações adotadas pela organização com vistas a divulgar os princípios cooperativistas aos associados.

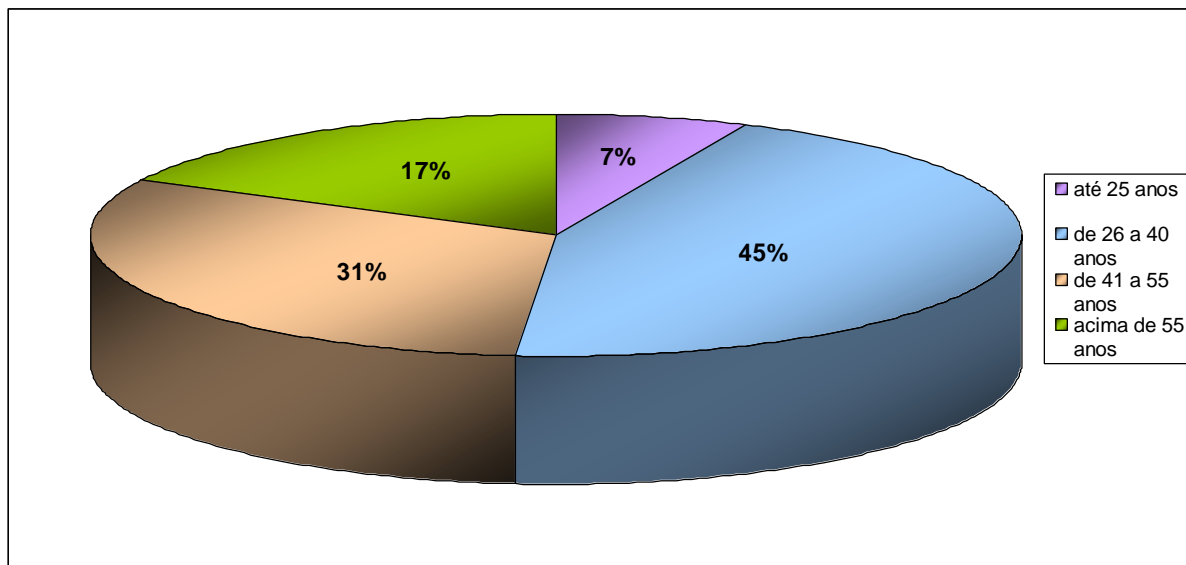
Conforme foi destacado no capítulo 4, foram analisados os dados de 373 questionários, aplicados aos associados do SICOOB União. Este capítulo contempla três seções, todas organizadas visando apresentar e analisar os resultados coletados, da seguinte forma: a primeira destinou-se ao estudo e descrição das variáveis demográficas e dos itens que avaliam o grau de aderência dos associados de acordo com os princípios cooperativistas; a segunda apresenta os resultados obtidos através da análise univariada dos dados relativos à segunda parte do questionário; a terceira expõe uma análise bivariada, através do estudo das médias, relacionando as variáveis demográficas com os 21 itens que avaliam o grau de aderência dos associados em relação aos princípios cooperativistas.

### 5.1 Dados demográficos

Primeiramente expõem-se os gráficos com as distribuições percentuais relativas às variáveis demográficas e às questões da seção seguinte do questionário, que avaliam a aderência do associado em relação aos princípios cooperativistas.

### 5.1.1 Análise dos dados da primeira parte do questionário

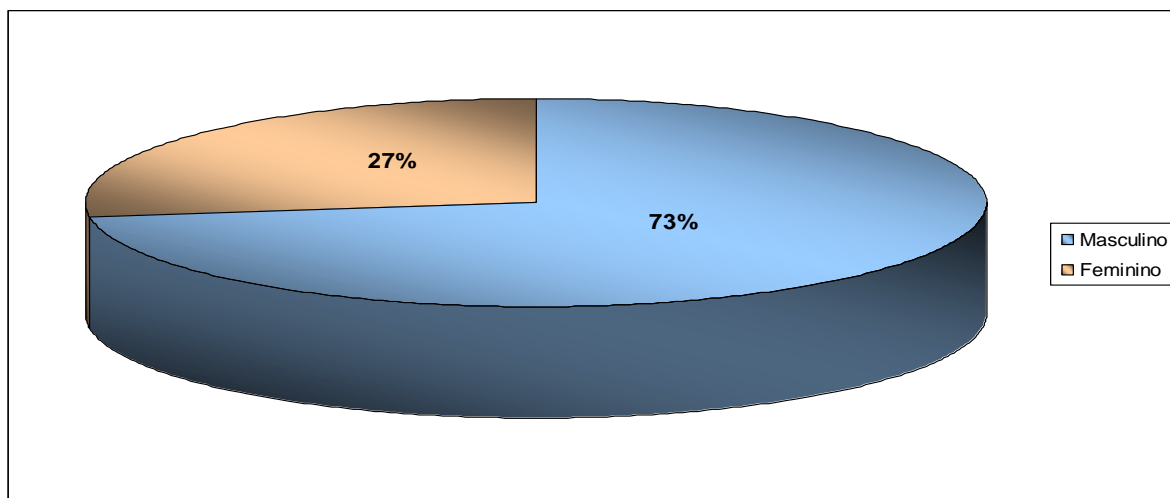
Gráfico 1 – Faixa etária dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados exibidos no GRAF.1 mostram que quase metade dos associados abordados encontra-se na faixa etária de 26 a 40 anos, enquanto outros 31% possuem idade de 41 a 55 anos. Comparando-se as faixas etárias mais extremas, verifica-se que a concentração de pessoas de idade elevada é bastante superior àquela encontrada para as camadas mais jovens (abaixo de 25 anos).

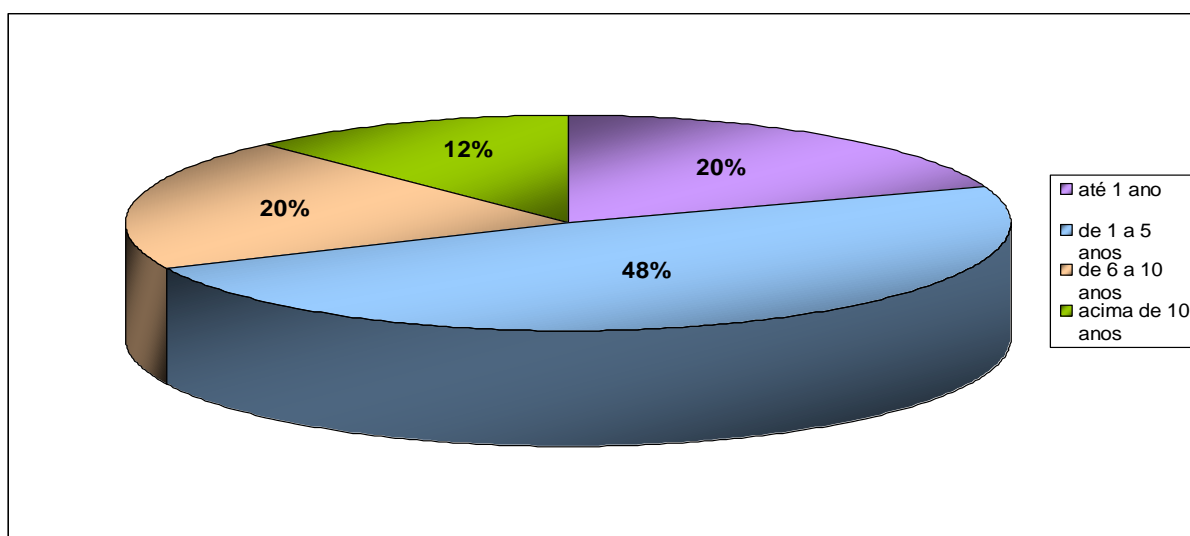
Gráfico 2 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição percentual relativa ao sexo mostra que a maioria expressiva dos respondentes é formada por homens, dado que a parcela relativa a estes é de 73%, índice mais do que duas vezes superior ao encontrado para as mulheres (27%). Este resultado demonstra a realidade da participação feminina no quadro social das cooperativas do Estado de Minas Gerais, que, segundo a Ocemg (2011, p.11), é de 15% no ano de 2010.

Gráfico 3 – Tempo dos respondentes como associados na cooperativa

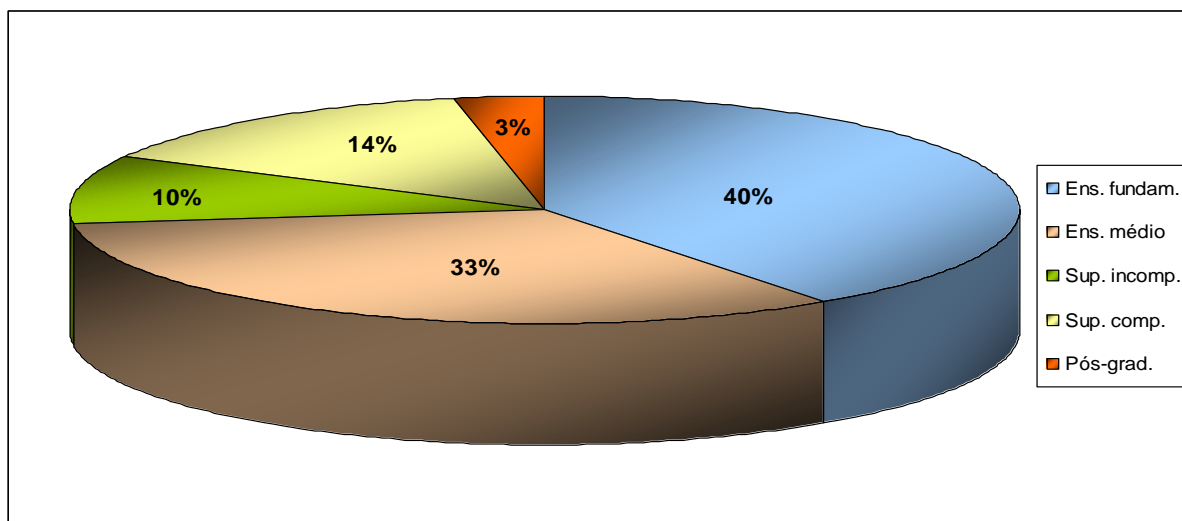


Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.3 permite verificar que a parcela de respondentes que se associaram ao SICOOB União há menos de 5 anos é de quase 70%, com 48% situando-se na faixa “1 a 5 anos” e 20% com um tempo de associação inferior a um ano. Por outro lado, nota-se que uma parcela de 12% do total de indivíduos pesquisados possui tempo como associados superior a dez anos.



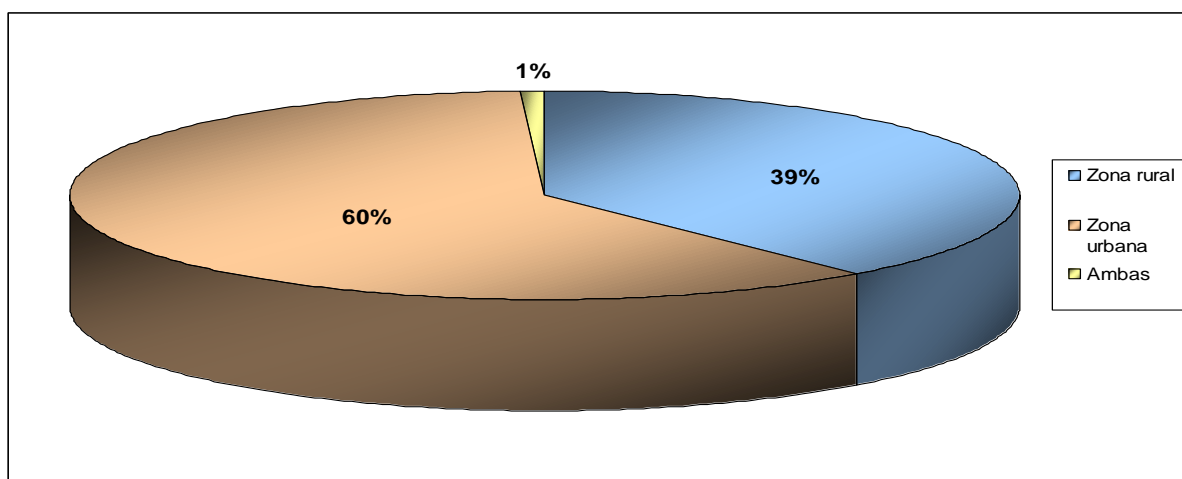
Gráfico 4 – Escolaridade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.4 apresenta o perfil dos associados com relação à escolaridade. Observa-se que a maioria expressiva destes (cerca de 73%) declara ter concluído apenas o ensino médio ou fundamental, com 40% das respostas para a última opção. Enquanto isso, a parcela de indivíduos que já possui pós-graduação é de apenas 3%; outros 24% possuem ensino superior completo ou ainda não concluído.

Gráfico 5 – Área da principal atividade econômica dos associados

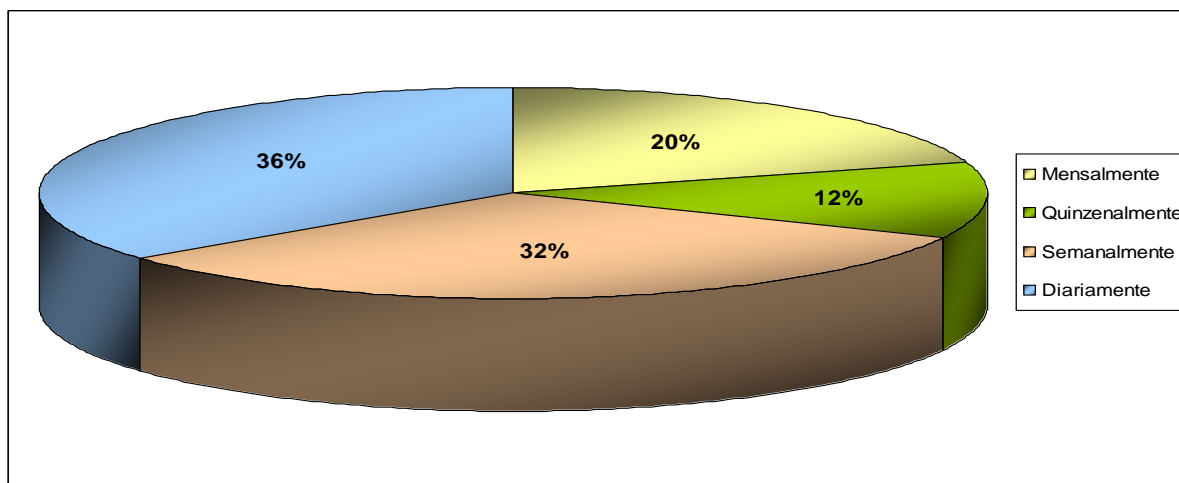


Fonte: Dados da pesquisa

Os dados relativos à distribuição percentual acerca do espaço de realização da principal atividade econômica dos associados apontam uma concentração de 60% destes na área urbana, enquanto a área rural aglomera 39%. Ressalta-se, ainda, uma pequena parcela de indivíduos que declarou não haver distinção entre as duas

áreas para suas atividades econômicas. O SICOOB União foi constituído para atender somente ao produtor rural, mas, após reforma estatutária, transformou-se em cooperativa de livre admissão, passando a atender diversos segmentos. Os resultados demonstram que a principal atividade econômica dos associados do SICOOB União ocorre na zona urbana.

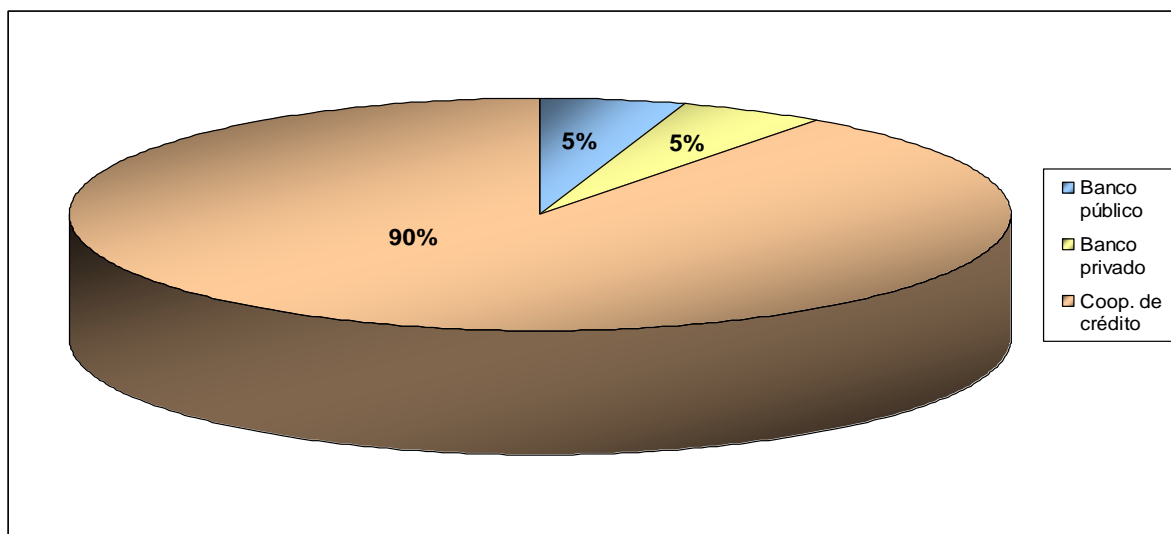
Gráfico 6 – Frequência com que o associado vai à cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa

Ao serem indagados a respeito da frequência com que vão ao SICOOB União, 36% dos associados declararam realizar esta atividade diariamente, enquanto 32% realizam-na uma vez por semana. Verifica-se que a parcela de respondentes que compõem as duas categorias de frequências mais espaçadas (mensalmente e quinzenalmente) é de apenas 32%, bastante inferior às duas primeiras frequências, que concentram 68% do total. Os resultados demonstram que a maioria dos associados frequenta o SICOOB União constantemente para realizar movimentações financeiras.

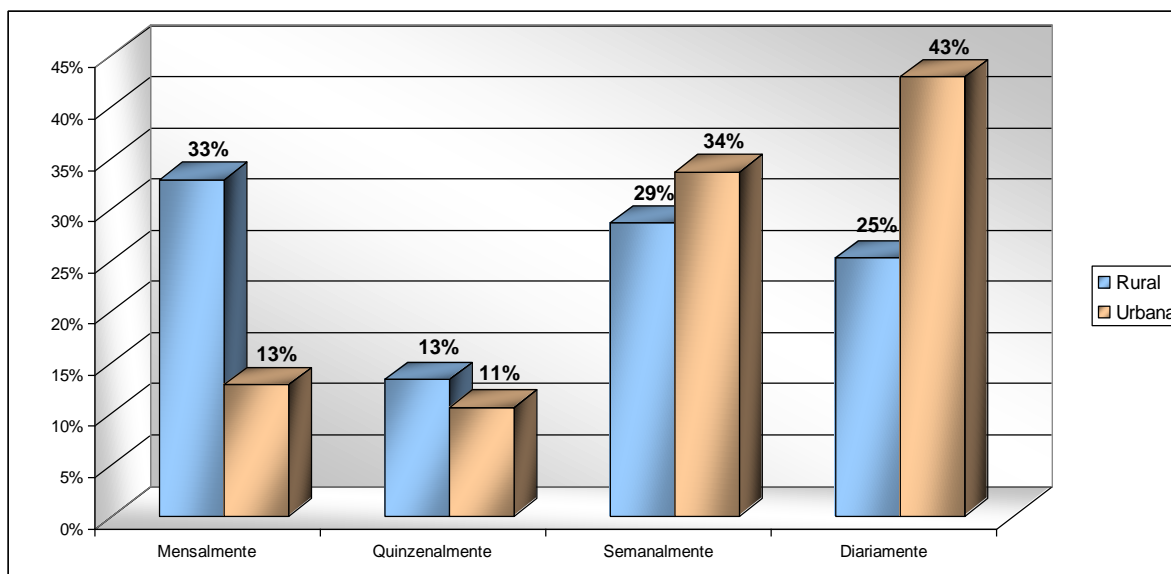
Gráfico 7 – Melhor opção para ser correntista, segundo os respondentes



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados exibidos no GRAF.7 demonstram a opinião dos associados com relação à preferência pelas cooperativas de crédito frente aos bancos. Nota-se que 90% dos indivíduos pesquisados consideram o SICOOB União a melhor opção para se associar como correntista, enquanto para aqueles que preferem bancos públicos ou privados o percentual é de apenas 10% (5% para cada opção).

Gráfico 8 – Frequência com que os respondentes vão à cooperativa de acordo com a principal área de atividade econômica dos mesmos



Fonte: Dados da pesquisa

No GRAF.8 são exibidas estatísticas referentes a dois itens já analisados, utilizando-se um como filtro para o outro. Assim, obtém-se a freqüência com que os respondentes vão ao SICOOB União em função da área em que realizam sua principal atividade econômica. Ressalta-se que foram levadas em conta apenas as áreas rurais e urbanas, sendo descartadas as respostas que incluíam ambas, visto que esses dados não trariam nenhum acréscimo relevante ao quadro comparativo estabelecido e apresentaram uma freqüência pouco expressiva.

A categoria de freqüência quinzenal é pouco expressiva para ambas as variáveis analisadas, enquanto é possível observar, para as três demais categorias, comportamentos opostos: para aqueles que possuem principal atividade econômica na área rural, a freqüência de ida à cooperativa é, em sua maioria, mensal, sofrendo leves decréscimos nas faixas de freqüências semanais e diárias.

Já para os associados com atividade econômica majoritária na área urbana o que se verifica é uma freqüência diária bastante elevada, com decréscimo na categoria semanal e um percentual bem menos expressivo na faixa de freqüência mensal.

Portanto, conclui-se que estes últimos apresentam uma rotina de ida ao SICOOB União bem mais freqüente se comparada à dos associados com principal atividade econômica na área rural. Isto se justifica, provavelmente, pelo fato de os associados com atividades na área rural residirem na zona rural, não necessitando realizar movimentações financeiras diárias ou semanais, enquanto os associados com atividades na área urbana, que em sua maioria residem na cidade, necessitam realizá-las com maior freqüência.

O primeiro objetivo específico, que é identificar o perfil dos associados, foi alcançado; diante dos resultados apresentados pode-se concluir que o perfil padrão dos associados do SICOOB União é de maioria expressiva do sexo masculino, com idade acima de 26 anos e tempo de associação menor que 5 anos, com ensino fundamental concluído, realizando sua principal atividade econômica na área urbana. Sua freqüência à cooperativa é diária ou semanal, e consideram esta como a melhor opção para ser correntista, se comparada às outras instituições financeiras.

### 5.1.2 Análise dos dados da segunda parte do questionário

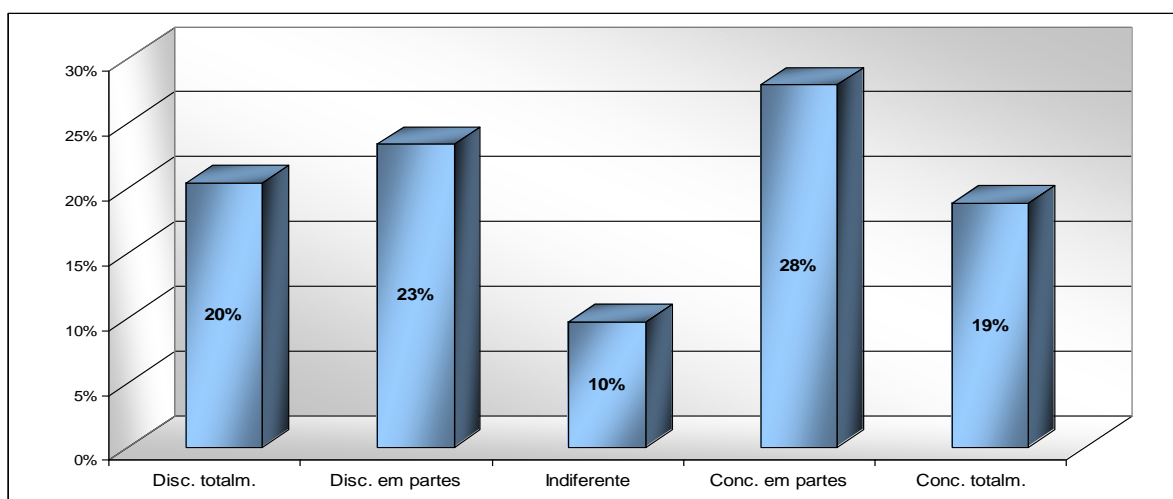
Nesta seção serão expostos os gráficos demonstrativos das distribuições percentuais relativas à seção do questionário que avalia o grau de aderência dos associados em relação aos princípios cooperativistas, pretendendo-se alcançar o segundo e o terceiro objetivo específico e o objetivo geral desta dissertação, e responder à questão problema.

Devido à extensão dos textos contidos em alguns itens, estes serão expostos antes dos seus respectivos gráficos, de modo a auxiliar na análise e permitir a condensação da interpretação dos dados.

A segunda parte do questionário é composta por 21 itens, ou questões, numerados de 8 a 28.

Item 8 - A cooperativa deve impor regras mais severas para a entrada de novos associados, e isso não significa ir contra o princípio da livre adesão.

Gráfico 9 – Distribuição percentual relativa à questão 8



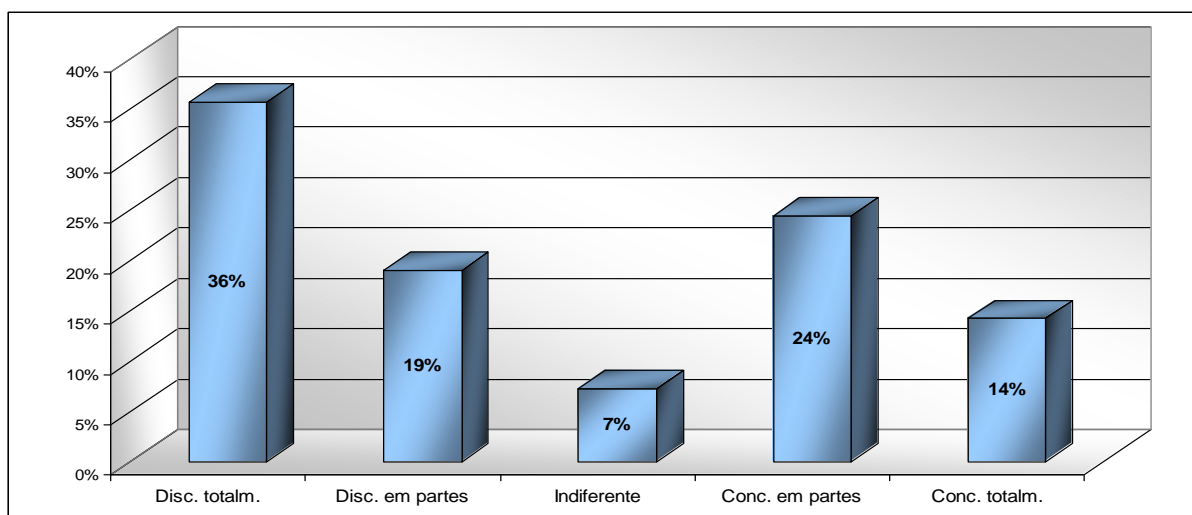
Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.9 apresenta a distribuição percentual relativa ao item 8, apresentado acima. Verifica-se, para tal item, um perfil razoavelmente equilibrado entre as duas categorias relativas à concordância e as duas relativas à discordância, com leve superioridade percentual para o primeiro grupo, ainda que a maior concentração se

situe na faixa de concordância parcial, com 28% do total. Diante dos resultados, é possível concluir que a maioria dos associados adere a idéia que a cooperativa deve impor regras mais severas para a entrada de novos associados, o que não significa ir contra o princípio “adesão voluntária e livre”. A imposição de regras tem por objetivo proteger a cooperativa, evitando a inclusão em seu quadro social, de pessoas não comprometidas com as políticas cooperativistas. Conforme Crúzio (2002) estas restrições não ferem o princípio, apenas protege a cooperativa e, conseqüentemente, seus associados.

Item 9 - Não é certo que os novos associados tenham direito de usufruir das mesmas coisas que os antigos ajudaram a construir.

Gráfico 10 – Distribuição percentual relativa à questão 9



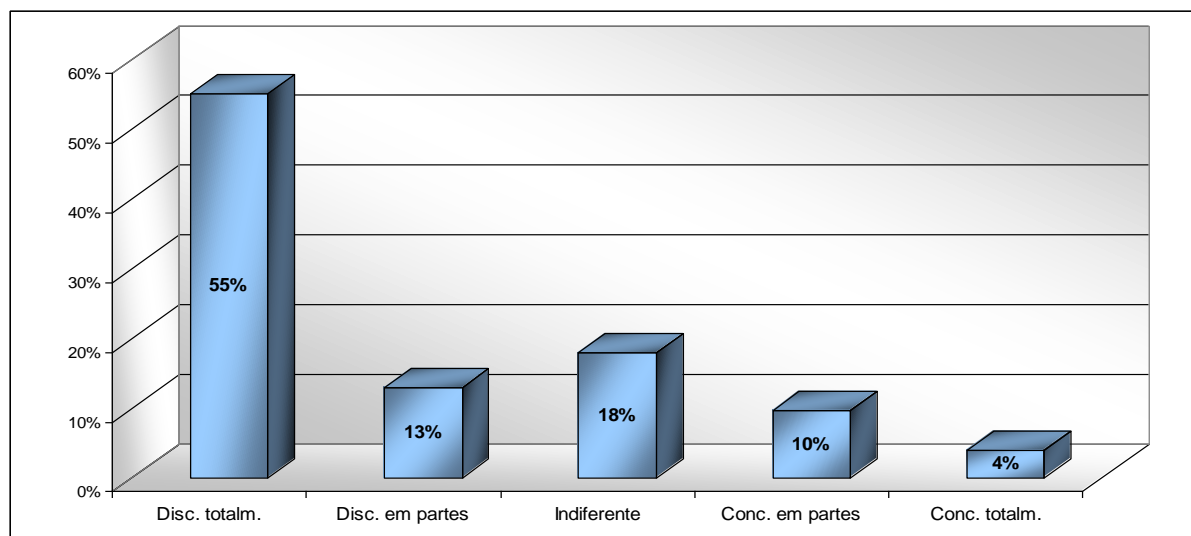
Fonte: Dados da pesquisa

Através dos dados exibidos no GRAF.10, 36% dos respondentes apresentam discordância total com relação à assertiva do item 9, enquanto a segunda categoria com maior representatividade percentual se refere à concordância parcial, com 24% do total. Ressalta-se, ainda, um percentual pouco expressivo para a categoria neutra (indiferente), e uma concentração bem mais elevada para a faixa de discordância em geral, se comparada ao grupo da concordância. Este último fato pode ser interpretado como um aspecto positivo no estudo em questão, visto que o item 9 possui escala de avaliação inversa, ou seja, a concentração de dados nas faixas de discordância representa uma boa aderência dos associados sobre o princípio de

adesão livre e voluntária, segundo o qual os associados têm direitos e deveres iguais, não podendo existir diferenciação.

Item 10 - Quanto mais a cooperativa cresce em número de associados, pior é para mim, pois diminui meu poder de voto.

Gráfico 11 – Distribuição percentual relativa à questão 10

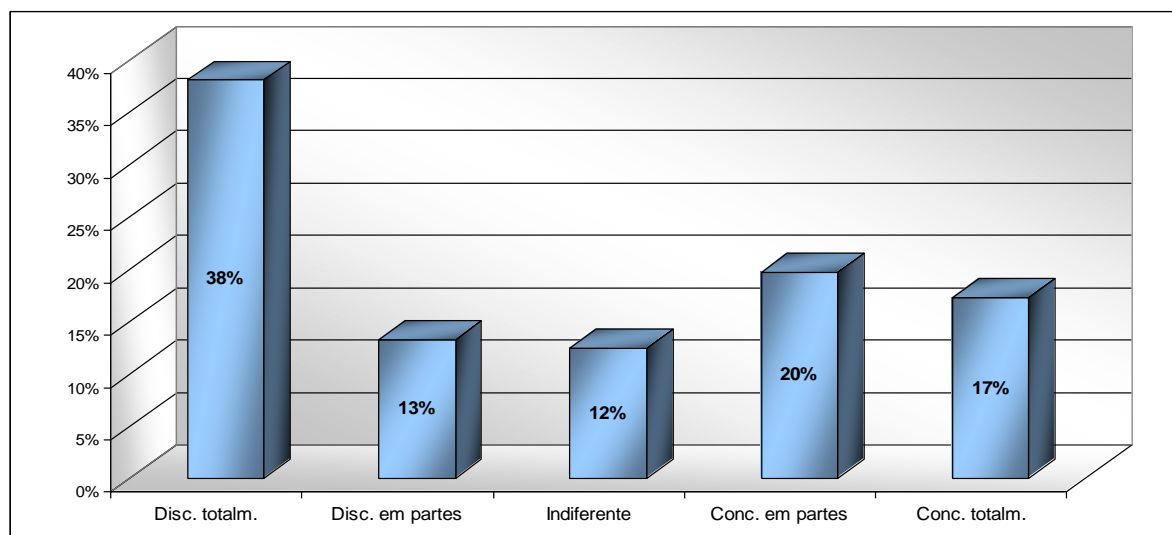


Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados exibidos no GRAF.11 dizem respeito ao item 10 listado no questionário. É possível observar que a maioria expressiva dos respondentes discorda totalmente da assertiva contida na variável em questão. A segunda parcela com maior representatividade está concentrada na categoria “indiferente”, e apenas 4% do total de respondentes afirma concordar totalmente com a afirmação. Todas estas características podem receber a mesma interpretação realizada na análise do item 9, visto que o item 10 também possui escala de avaliação inversa, e a discordância total representa uma resposta ideal, indicando aderência, por parte dos associados, do princípio de gestão democrática pelos associados, segundo o qual os membros possuem direito de voto idêntico, independente do crescimento de associados da cooperativa.

Item 11 - Os votos deveriam ser proporcionais à movimentação do associado na cooperativa.

Gráfico 12 – Distribuição percentual relativa à questão 11



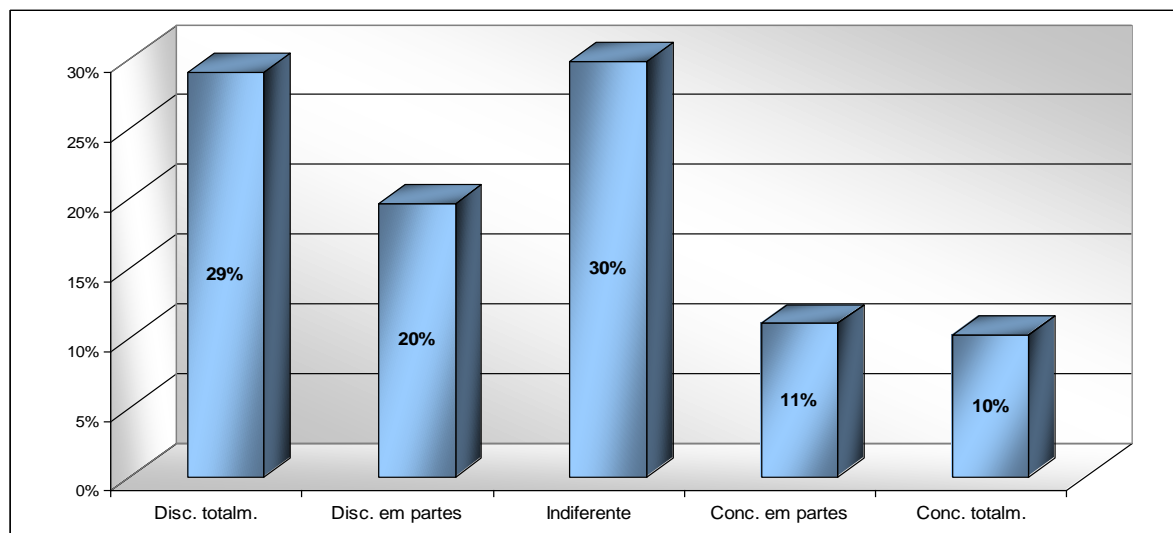
Fonte: Dados da pesquisa

No GRAF.12, relativo à assertiva exposta no item 11, observa-se novamente um perfil de maior concentração dos respondentes na faixa de discordância total (38%); o total contido no grupo de discordância ultrapassa metade da amostra. Tal fato pode ser considerado satisfatório, pois a escala de avaliação inversa está presente também neste item, que se refere à aderência ao princípio de gestão democrática pelos associados, demonstrando que os associados compreendem que os votos não são proporcionais à movimentação do associado na cooperativa, como é o caso dos bancos. No entanto ressalta-se, ainda, que os dados concernentes às duas faixas de concordância chegam a alcançar um nível percentual de 37%, parcela que não pode ser considerada pouco expressiva para a análise do item em geral.



Item 12 - Não gosto de ir às assembleias, pois elas não decidem nada efetivamente.

Gráfico 13 – Distribuição percentual relativa à questão 12



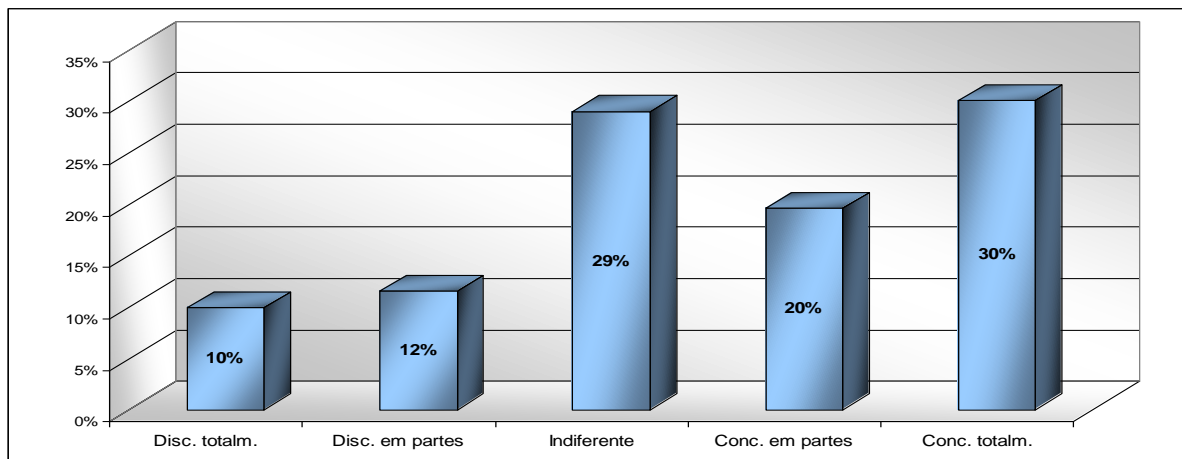
Fonte: Dados da pesquisa

O perfil exibido no GRAF.13 evidencia a concentração de uma faixa percentual elevada nos dois itens de discordância, somando pouco menos da metade amostral (49%), em contraposição aos 21% localizados nas categorias de concordância. Isto pode ser considerado um aspecto positivo, dado que no item 12 a escala de avaliação é inversa e a discordância total representa uma resposta ideal, que descreve a aderência dos associados com relação ao princípio de gestão democrática dos associados, confirmando que a assembléia é o órgão supremo da cooperativa, onde os associados recebem informações sobre a cooperativa, exercendo a governança corporativa na tomada de decisões, através do seu voto.

Não obstante destaca-se, ainda neste gráfico, alta concentração de associados que se declararam indiferentes à assertiva presente no item em questão, sendo esta a categoria mais representativa dentre as cinco listadas.

Item 13 - Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa.

Gráfico 14 – Distribuição percentual relativa à questão 13

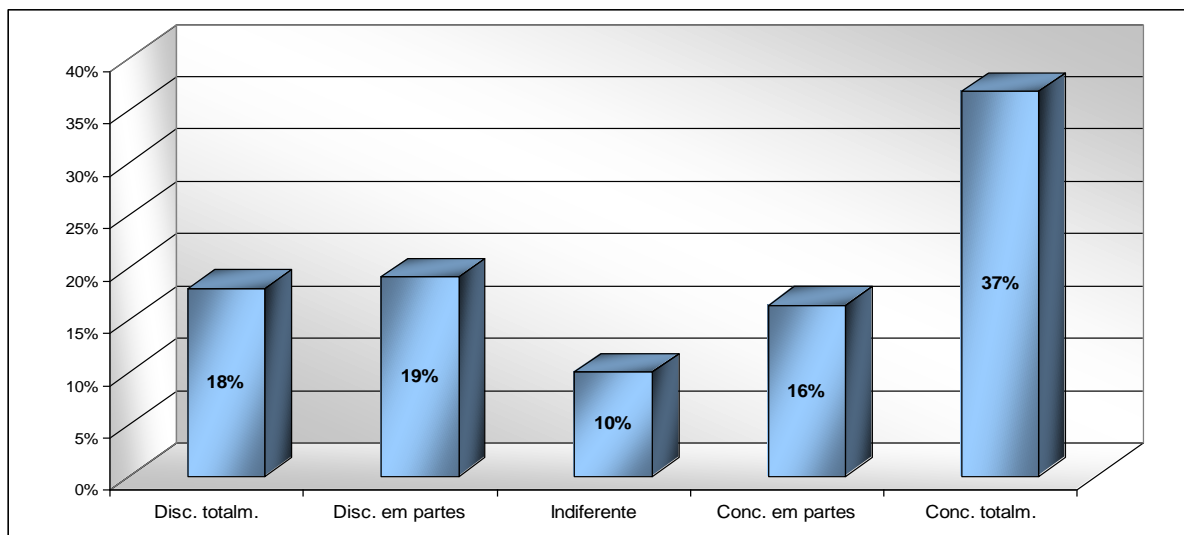


Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição percentual exibida no GRAF.14 mostra novamente uma concentração elevada de associados (29%) que se declaram indiferentes à assertiva, desta vez exposta no item 13. Dos 71% restantes, 50% localizam-se nas faixas de concordância, um percentual elevado e que indica um aspecto positivo, visto que, para tal item, a resposta considerada ideal, de acordo com o princípio de gestão democrática pelos associados, seria a concordância total, demonstrando aderência dos associados a afirmativa, de que o voto e a participação ativa na cooperativa são importantes.

Item 14 - As reservas legais criadas devem servir para gerar benefícios apenas aos associados.

Gráfico 15 – Distribuição percentual relativa à questão 14

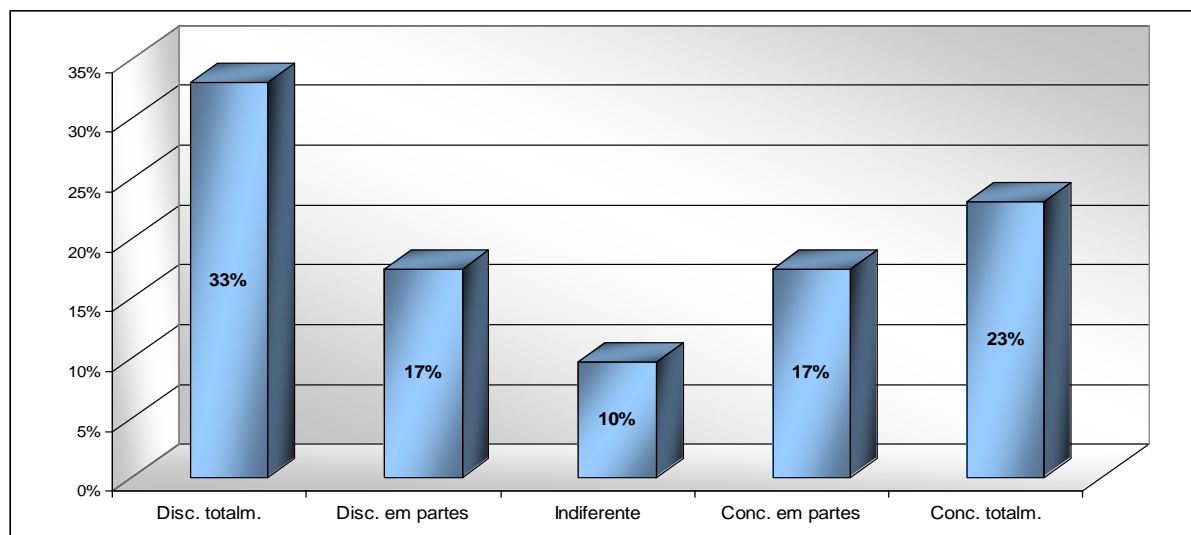


Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.15 ilustra os dados relativos ao item 14 e traz como destaque a concentração percentual obtida na faixa de concordância total, o que, neste caso, não representa uma característica positiva, visto que a escala de avaliação para este item é inversa, ou seja, a resposta considerada ideal para a avaliação da aderência do princípio de participação econômica dos membros seria a discordância total. Conclui-se que a maioria dos associados adota uma postura egoísta e coloca os próprios interesses acima dos interesses comuns da cooperativa, não aderindo a este princípio no que diz respeito às reservas legais, que devem gerar benefícios também para a cooperativa, não apenas para os associados. Verifica-se que as faixas de concordância aglomeram 53% do total amostral, enquanto nas faixas de discordância o percentual obtido chega a 37% apenas.

Item 15 - Os associados que não participam e não cumprem o seu papel deveriam sofrer punições, não recebendo as sobras e, em casos extremos, até serem excluídos do quadro social.

Gráfico 16 – Distribuição percentual relativa à questão 15



Fonte: Dados da pesquisa

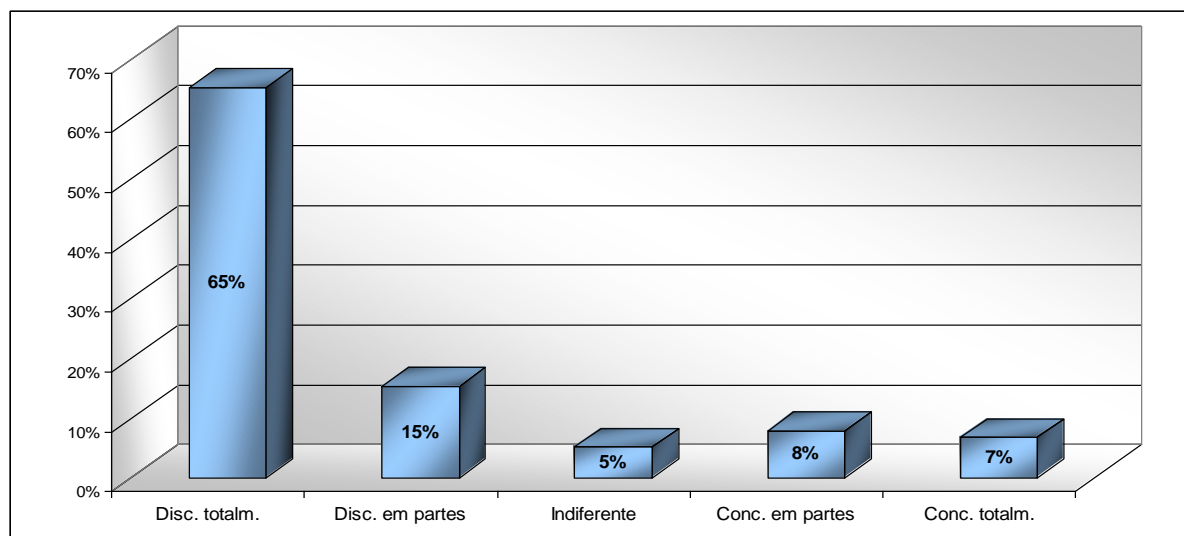
As respostas ao item 15 geraram um perfil de concentração dos dados nas categorias mais extremas de avaliação, em que a faixa de discordância total apresenta maior representatividade, com 33% do total amostral, contra 23% da categoria de concordância total. Nota-se, ainda, que entre estas duas categorias encontra-se a única assimetria presente no gráfico, visto que as demais faixas mostram distribuição equivalente. Este é, portanto, um item que apresenta razoável tendência dos associados no sentido da discordância, sendo um fator negativo, pois os associados, em sua maioria não apresentam adesão quanto o seu dever de participar da cooperativa, ainda que seja notável certo equilíbrio nas demais opiniões listadas.

Este item tem relação com o princípio de participação econômica dos associados. Algumas cooperativas registram em seu estatuto que o associado inativo, definido como aquele que não realiza transações com a cooperativa durante um determinado período de tempo, não tem direito a voto nem ser votado. É uma forma de estimular todos os associados a permanecerem produtivos e, portanto, colaborando com o

crescimento e manutenção da cooperativa, através de seus atos cooperativos. (MACHADO, 2006, p. 38)

Item 16 - A cooperativa deve atender primeiramente aos meus interesses, mesmo que isso lhe traga prejuízos.

Gráfico 17 – Distribuição percentual relativa à questão 16

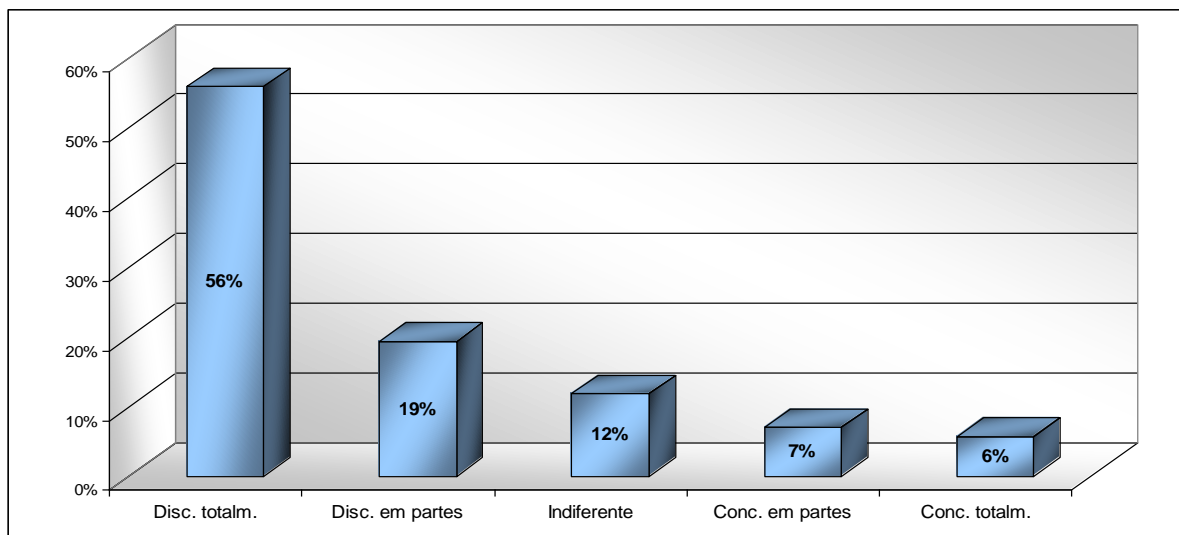


Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apresentados no GRAF.17 resumem um aspecto bastante positivo no que diz respeito à aderência dos associados do SICOOB União com relação aos princípios cooperativistas em face da concentração expressiva de respondentes em torno das categorias de discordância, especialmente na faixa de discordância total, que aglomera sozinha, 65% dos respondentes. Sabe-se que o item 16, em questão, possui escala de avaliação inversa, concluindo-se que a maioria dos associados coloca os interesses coletivos da cooperativa acima dos próprios interesses.

Item 17 - As cooperativas são autônomas e independentes, por isto não é importante existir cooperação entre cooperativas.

Gráfico 18 – Distribuição percentual relativa à questão 17

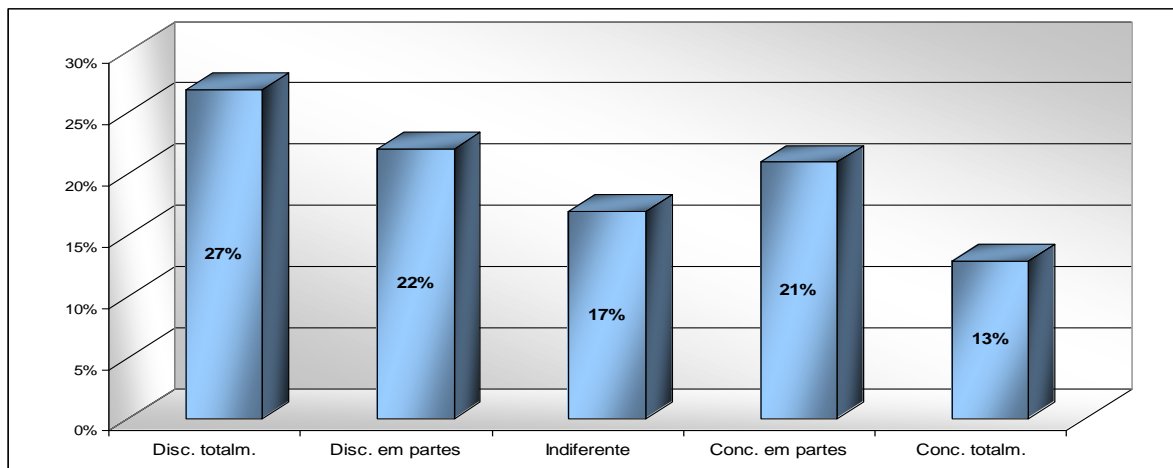


Fonte: Dados da pesquisa

A análise a ser feita para o GRAF.18 segue o mesmo padrão realizado no gráfico anterior: para o item 17 novamente a escala de avaliação é inversa, e observa-se concentração significativa de respondentes nas faixas de discordância, com destaque para a categoria “discordo totalmente”, o que indica uma posição favorável no qual os associados apresentam em sua maioria aderência aos princípios de autonomia e independência e intercooperação.

Item 18 - O fato das cooperativas não sofrerem influências governamentais as torna mais vulneráveis e pouco competitivas.

Gráfico 19 – Distribuição percentual relativa à questão 18

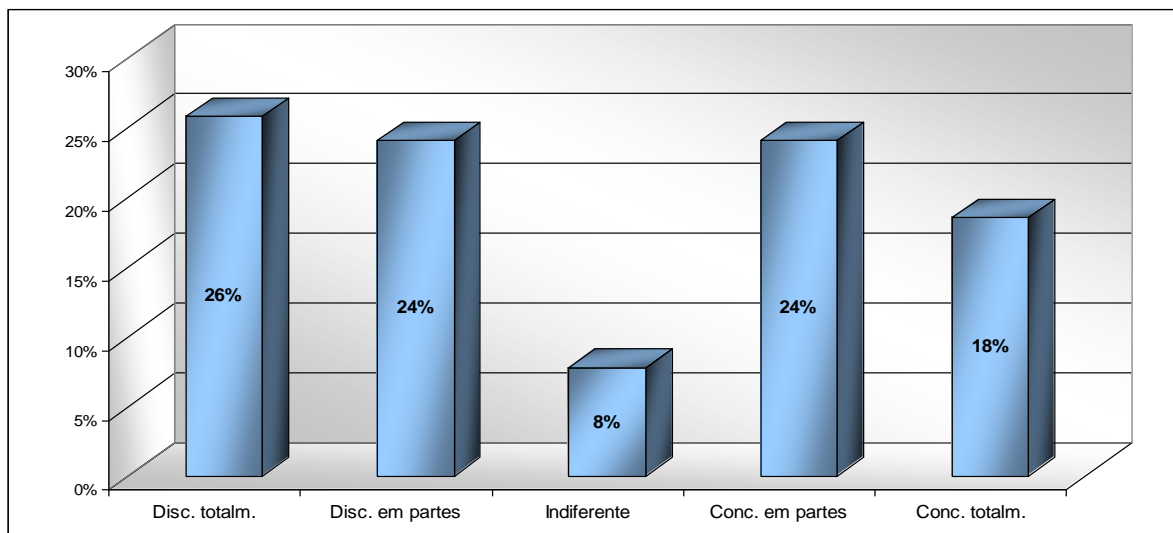


Fonte: Dados da pesquisa

No GRAF.19 não é possível observar grandes concentrações percentuais em apenas uma categoria; nota-se, ao contrário, uma distribuição razoavelmente equilibrada, com maior peso para as categorias de discordância. Este fato pode ser considerado positivo no que diz respeito à aderência do princípio de autonomia e independência, levando-se em conta a escala de avaliação inversa presente nessa questão. No entanto, cabe ressaltar que o percentual de associados inseridos nas categorias de concordância e neutralidade também deve ser levado em conta, por representar uma parcela razoavelmente significativa do total amostral.

Item 19 - As cooperativas não devem ser controladas pelos associados, pois eles não têm conhecimento para realização do controle democrático.

Gráfico 20 – Distribuição percentual relativa à questão 19



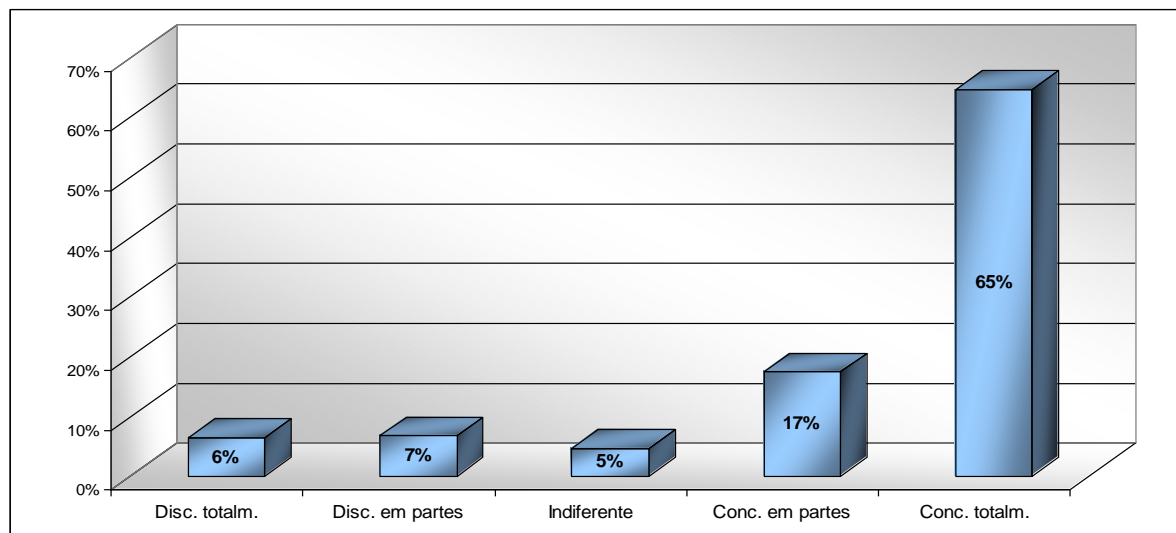
Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.20 traz uma distribuição percentual bastante equilibrada entre os grupos de concordância e discordância, com diferença de apenas 8% entre um e outro. Esta diferença deve-se às categorias mais extremas, com 26% dos associados declarando discordar totalmente da assertiva e 18% declarando concordar totalmente. Sabe-se que o item em questão possui escala de avaliação inversa, portanto é possível verificar um quadro positivo na aderência dos associados sobre o princípio de gestão democrática pelos associados.



Item 20 - As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas.

Gráfico 21 – Distribuição percentual relativa à questão 20

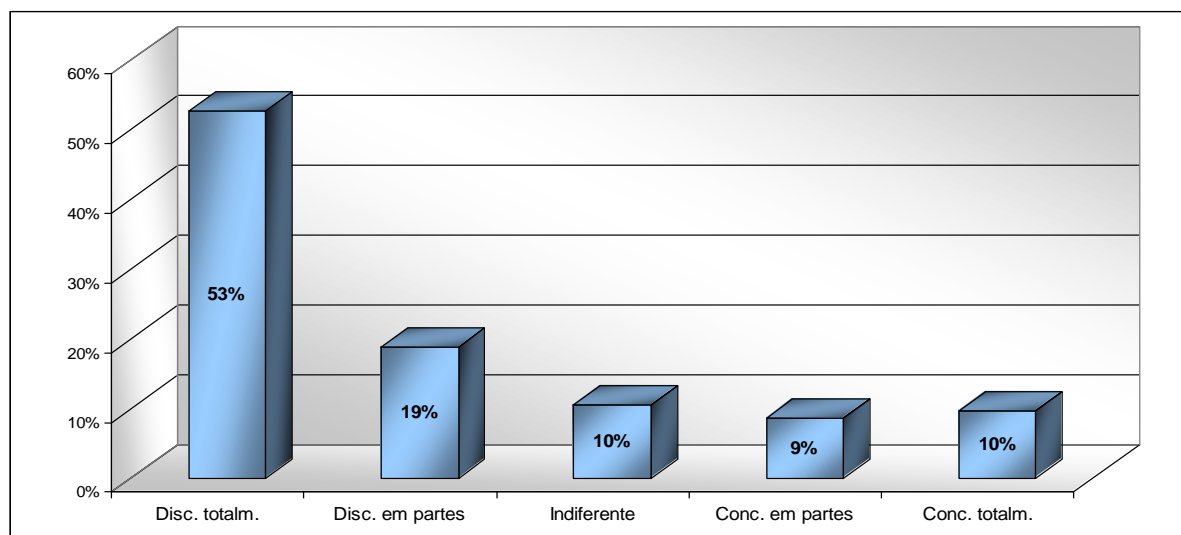


Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados apresentados no GRAF.21 evidenciam uma concentração extrema de respondentes nas categorias de concordância, especialmente na faixa de concordância total, que aglomera 65% das respostas. Este desnível pode ser interpretado como um fator bastante positivo, pois, para o item 20, a resposta considerada ideal dentro do princípio de educação, formação e informação é exatamente a categoria “concordo totalmente”, sendo assim, conclui-se que os associados apresentam elevada aderência ao princípio cooperativista em questão.

Item 21 - A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os associados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo.

Gráfico 22 – Distribuição percentual relativa à questão 21

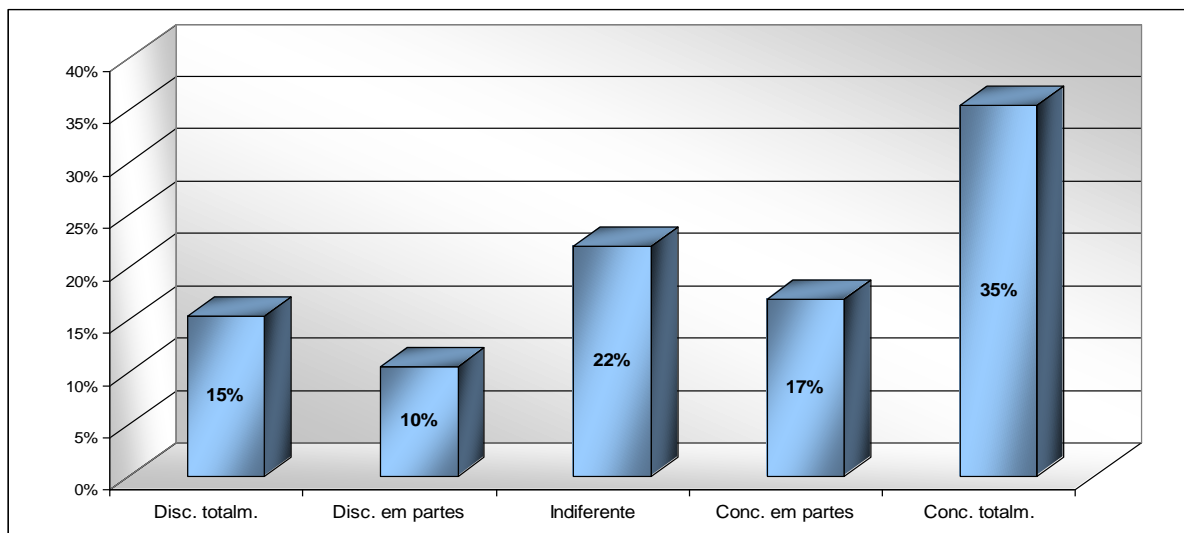


Fonte: Dados da pesquisa

A interpretação feita para os dados do GRAF.22 segue um perfil semelhante ao da realizada no gráfico anterior, visto que a escala de avaliação para o item 21 é inversa. Assim, observa-se novamente, uma boa aderência dos associados com relação ao princípio de educação, formação e informação, ao qual se refere este item, já que mais de 70% do total amostral está inserido nas faixas de discordância, com 53% na categoria de discordância total.

Item 22 - Tenho conhecimento do meu saldo em quotas e da distribuição das sobras que a cooperativa realiza anualmente.

Gráfico 23 – Distribuição percentual relativa à questão 22

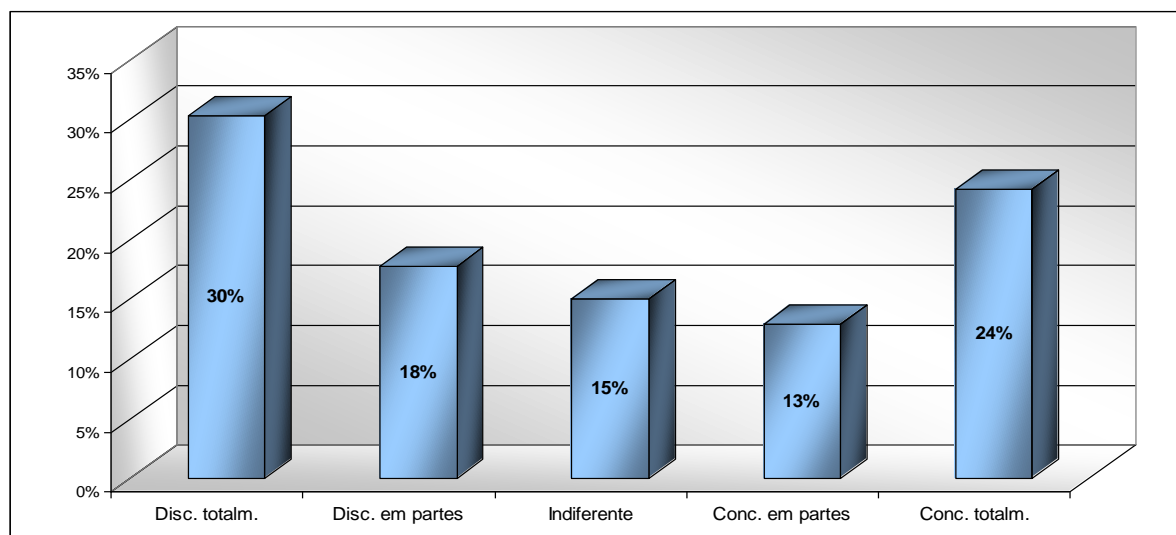


Fonte: Dados da pesquisa

O GRAF.23 apresenta a distribuição percentual relativa ao item 22. Evidencia-se uma concentração mais elevada em torno das categorias de concordância, o que pode ser considerado um aspecto positivo, visto que neste item a concordância total representa o indicador ideal de aderência dos associados sobre o princípio de participação econômica dos membros e o princípio de educação, formação e informação. No entanto, cabe ressaltar a parcela de 22% do total amostral situada na categoria de neutralidade (“indiferente”), que representa a categoria com segundo maior percentual dentre as cinco listadas.

Item 23 - A existência de mais de uma cooperativa na cidade enfraquece o cooperativismo.

Gráfico 24 – Distribuição percentual relativa à questão 23

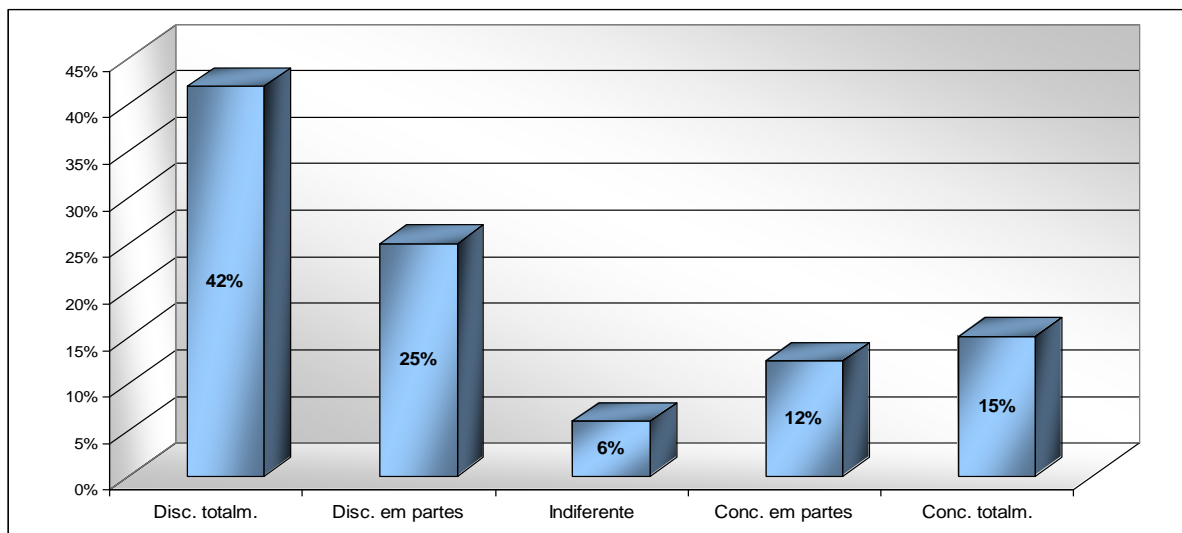


Fonte: Dados da pesquisa

As estatísticas apresentadas no GRAF.24 mostram os resultados relativos ao item 23, que possui escala de avaliação inversa. Nota-se que a maioria das respostas está situada nas faixas de discordância (48%), mas a parcela presente nas categorias de concordância também alcança um percentual razoavelmente significativo, de 37%. Destarte pode-se concluir que os resultados trazem um quadro positivo, relativo à aderência, por parte dos associados, do princípio de intercooperação, subentendido no item em questão, sem, no entanto serem descartáveis as parcelas de associados concentrados na categoria “indiferente” e no grupo relativo à concordância.

Item 24 - Investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa. Ela deve atender só as necessidades dos associados.

Gráfico 25 – Distribuição percentual relativa à questão 24

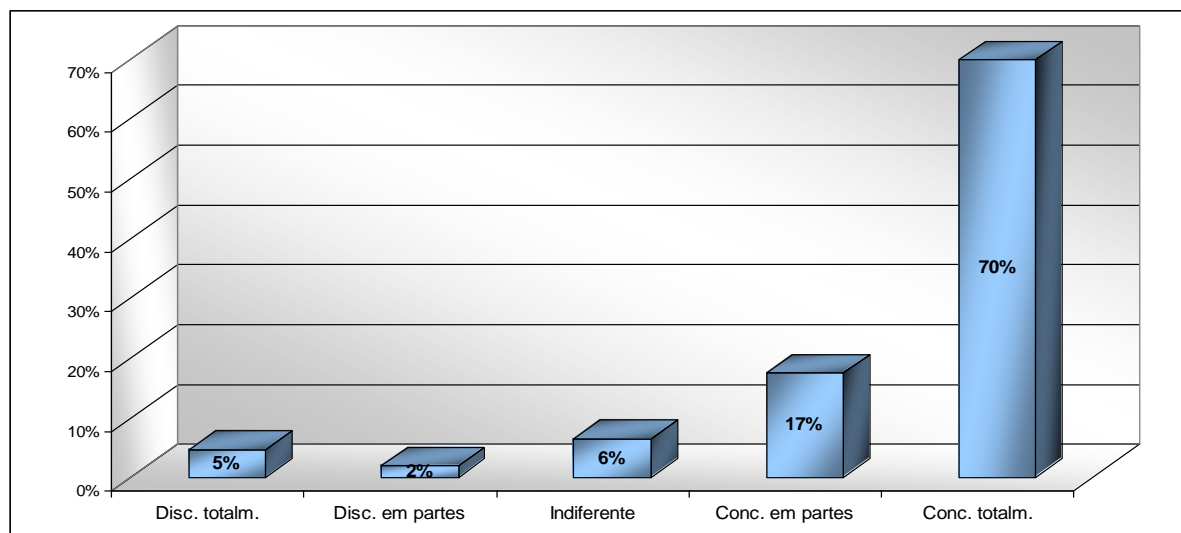


Fonte: Dados da pesquisa

Os dados exibidos no GRAF.25 mostram concentração expressiva dos associados em torno das faixas de discordância (67% do total amostral, com 42% destes na categoria “discordo totalmente”). Este é um resultado positivo, indicando aderência dos associados com relação ao princípio cooperativista de interesse pela comunidade, ao qual se refere o item 24, cuja escala de avaliação é inversa. A proporção de respondentes que atestaram neutralidade frente à assertiva presente na questão foi pouco expressiva.

Item 25 - As cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc.

Gráfico 26 – Distribuição percentual relativa à questão 25



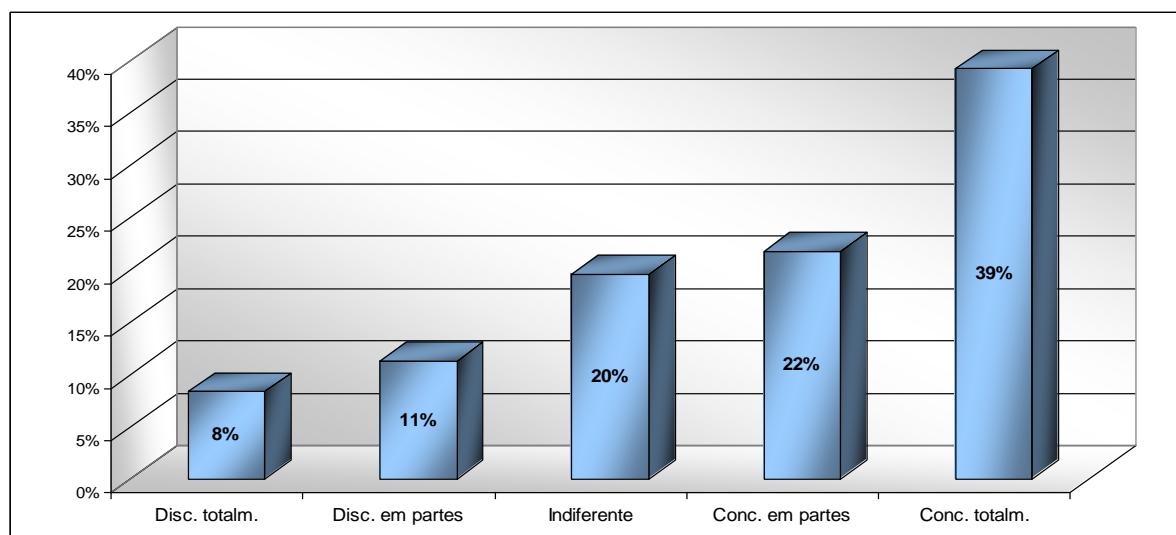
Fonte: Dados da pesquisa

Através do GRAF.26 é possível observar que a maioria absoluta dos associados (87%) declarou concordar parcial ou totalmente com a assertiva presente no item 25. Visto que este possui escala de avaliação direta, os resultados mostram-se bastante satisfatórios, indicando grande aderência dos respondentes ao princípio cooperativista de interesse pela comunidade, descrito no item em questão.

O segundo objetivo específico foi alcançado; através dos itens de 8 a 25 do questionário foi possível analisar a compreensão dos associados do SICOOB União em relação às doutrinas cooperativistas, apresentando respostas que se aproximaram dos ideais cooperativistas para todos os itens, com exceção do item 14 em que os associados apresentaram uma postura egoísta, não concordando que a cooperativa se beneficie das suas reservas legais e do item 15, onde os associados, em sua maioria não apresentam adesão quanto o seu dever de participar da cooperativa. Conclui-se que para se chegar a respostas positivas apresentando apenas duas exceções é necessário compreender a doutrina cooperativista, que tem, em seus princípios, as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

Item 26 - A cooperativa possui ações para divulgar os princípios cooperativistas.

Gráfico 27 – Distribuição percentual relativa à questão 26

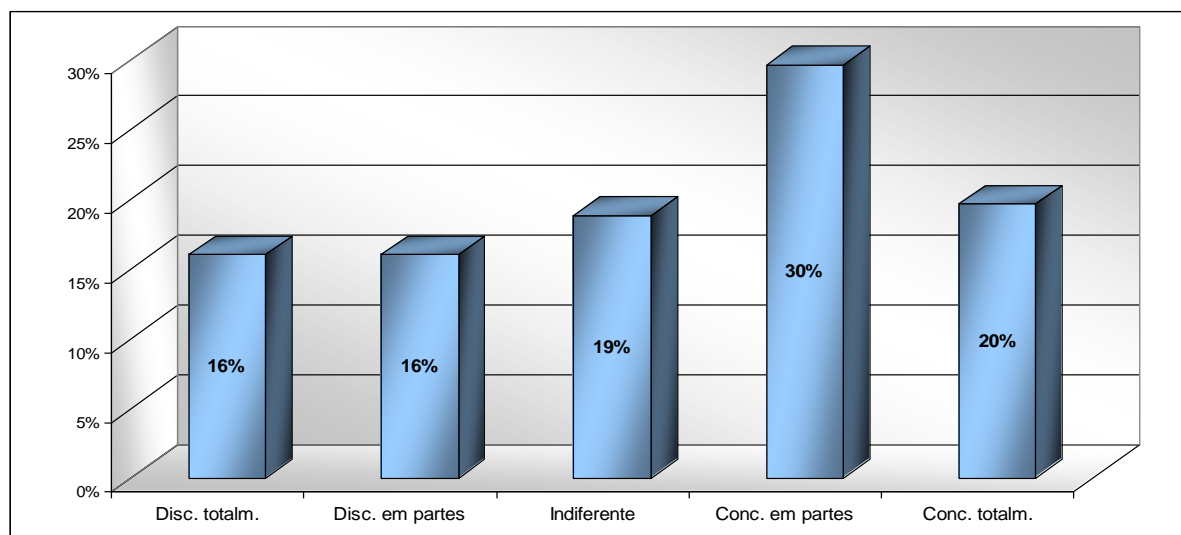


Fonte: Dados da pesquisa

No GRAF.27 observa-se um perfil crescente da distribuição dos dados de acordo com as categorias listadas, e nota-se que a parcela de respondentes situados nas categorias de concordância é bem superior àquela encontrada nas faixas de discordância. Sabe-se que o item 26 possui escala de avaliação direta, logo, conclui-se que boa parte dos associados reconhece que a cooperativa possui ações para divulgar os princípios cooperativistas. Não obstante, é importante destacar os 20% dos associados que se declararam indiferentes ou neutros diante da assertiva presente no item em questão.

Item 27 - As ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo não são eficientes e eficazes. Precisam ser melhoradas urgentemente.

Gráfico 28 – Distribuição percentual relativa à questão 27



Fonte: Dados da pesquisa

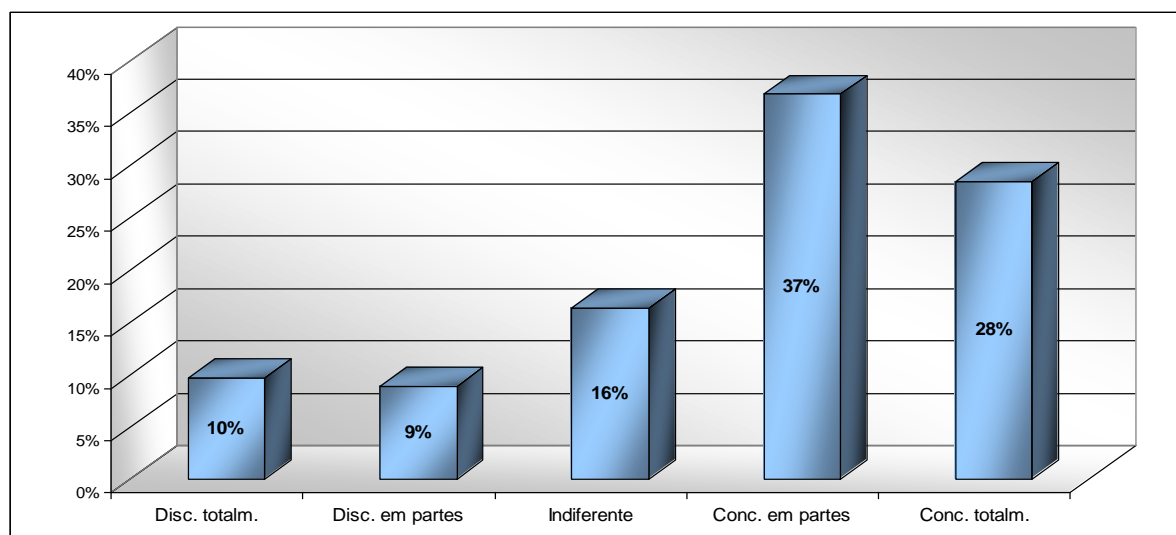
Os dados apresentados no GRAF.28 mostram que metade dos respondentes declara concordar em parte ou totalmente com a assertiva presente no item 27, enquanto outros 32% estão inseridos nas faixas de discordância. Levando-se em contas que este item possui escala de avaliação inversa, é possível concluir que a visão dos associados indica que as ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo não são eficientes e eficazes, precisando ser mais bem praticadas.

Com base nos resultados apresentados nos gráficos 27 e 28, o terceiro objetivo específico desta dissertação foi alcançado; foi apurado que os associados consideram que existem ações no SICOOB União para divulgar os princípios cooperativistas a eles, apesar de, dentre estes, ainda haver um percentual significativo situado na faixa de neutralidade (“indiferente”). Contextualizando as respostas, pode-se afirmar que, apesar de boa parte dos associados entender que a cooperativa possui ações para divulgar os princípios cooperativistas, as visões dos respondentes quanto à eficiência e eficácia dessas ações encontram-se bastante divididas, prevalecendo a opinião negativa, que atenta para a necessidade de melhores práticas nas ações adotadas para divulgar os princípios cooperativistas, objetivando torná-las mais eficientes e eficazes.



Item 28 - Considero-me um associado aderente aos princípios cooperativistas.

Gráfico 29 – Distribuição percentual relativa à questão 28



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apresentados no GRAF.29 dizem respeito à assertiva presente no item 28, que possui escala de avaliação direta. Evidencia-se uma concentração expressiva de respondentes situados nas faixas de concordância (65%), ratificando o resultado positivo de que os associados consideram-se aderentes aos princípios cooperativistas, ou seja, concordam com as políticas e regras geradas a partir destes. A afirmação é comprovada na apresentação dos resultados dos itens Q8 a Q25, cujas respostas foram favoráveis a estes princípios. Ressalta-se, ainda, que o percentual de associados que se declaram indiferentes é superior às parcelas encontradas para as categorias de discordância, separadamente. Este item contribuirá para o alcance do objetivo geral desta dissertação, exposto no último parágrafo deste capítulo.

## 5.2 Análise univariada

Apresentam-se, nas TAB. 8 e TAB. 9, os resultados encontrados para as principais estatísticas descritivas relativas aos itens de avaliação das relações entre associados e princípios cooperativistas presentes no questionário. Ressalta-se que, para efetuar a análise destes resultados, os 21 itens foram separados em dois grupos, de modo a facilitar a compreensão do estudo feito.

O primeiro grupo é composto apenas pelas questões em que a escala de avaliação crescente é positiva, ou seja, os graus de concordância mais elevados representam uma qualificação positiva relativa aos princípios cooperativistas.

No grupo 2 a escala é inversa, e valores menores (graus de discordância elevados) são considerados bons indicativos com relação aos princípios cooperativistas.

Tabela 8 – Estatísticas descritivas dos itens de avaliação da aderência dos associados sobre os princípios (Grupo 1)

Item	Média	Desvio-padrão	P25	Mediana	P75
<b>Q8</b>	3	1,44	2	3	4
<b>Q13</b>	3,5	1,3	3	3	5
<b>Q15</b>	2,8	1,59	1	3	4
<b>Q20</b>	4,3	1,21	4	5	5
<b>Q22</b>	3,5	1,45	2	4	5
<b>Q25</b>	4,5	1,02	4	5	5
<b>Q26</b>	3,7	1,31	3	4	5
<b>Q28</b>	3,7	1,25	3	4	5

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados exibidos na TAB. 8 mostram duas variáveis que se destacam pela alta concentração de dados nos graus de concordância mais elevados: Q20 e Q25. Nota-se, para estes dois itens, que as médias são elevadas, os desvios-padrão são razoavelmente baixos e os valores para a mediana e o percentis são também os maiores dentre as oito variáveis listadas.

Contextualizando tais resultados com a descrição contida no questionário, pode-se afirmar que a maioria dos associados apresenta grande concordância com as assertivas de que as cooperativas devem atuar na educação de seus associados, de

forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas, e de que as cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade, com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc.

Analisando-se as demais variáveis observa-se, para os itens Q8 e Q15, valores médios mais baixos, com variabilidade um pouco mais elevada e medianas e percentis 25 dentre os menores encontrados. Destarte, observa-se que a posição dos associados quanto à assertiva presente nessas duas variáveis situa-se próxima à neutralidade (indiferença), ainda que estes sejam os itens que apresentam maior frequência de respondentes que declaram discordar dos princípios descritos. Tais fatos podem ser explicados pela menção de punições, fazendo com que o associado prefira manifestar neutralidade.

Os resultados obtidos para as demais variáveis (Q13, Q22, Q26 e Q28) apresentam um perfil razoavelmente similar, com a maioria dos dados concentrados em torno do grau de concordância parcial.

A TAB. 9 traz os resultados relativos aos 13 itens que possuem escala de avaliação inversa, em que graus de discordância elevados representam um aspecto positivo, de modo a descrever o princípio cooperativista em questão.

Tabela 9 – Estatísticas descritivas dos itens de avaliação da aderência dos associados sobre os princípios (Grupo 2)

Item	Média	Desvio-padrão	P25	Mediana	P75
Q9	2,6	1,51	1	2	4
Q10	2	1,24	1	1	3
Q11	2,7	1,56	1	2	4
Q12	2,5	1,29	1	3	3
Q14	3,3	1,56	2	4	5
Q16	1,8	1,25	1	1	2
Q17	1,9	1,21	1	1	2
Q18	2,7	1,39	1	3	4
Q19	2,8	1,49	1	2	4
Q21	2	1,36	1	1	3
Q23	2,8	1,57	1	3	4
Q24	2,3	1,49	1	2	4
Q27	3,2	1,35	2	3	4

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, através da TAB. 9, que, de modo geral, a avaliação feita pelos respondentes apresenta um perfil positivo, visto que as médias encontram-se, em sua maioria, abaixo do valor 3, e os percentis e medianas também apresentam tendência deslocada para os valores menos elevados.

É possível notar duas variáveis que apresentam resultados razoavelmente diferentes do perfil citado: Q14 e Q27. Estes dois casos são os únicos em que as médias ultrapassam levemente o valor 3 e os percentis 25 equivalem a 2. Além disso, o item Q14 apresenta valor 5 para o percentil 75. Dessa forma, é possível concluir que as assertivas presentes na Q14 apresentaram maior grau de concordância, distanciando-se do resultado ideal de aderência aos princípios cooperativistas por parte dos associados.

Na contramão desta situação pode-se destacar quatro itens cujos resultados apresentam concentrações de concordância bem próximas do ideal: Q10, Q16, Q17 e Q21. Nestes casos verifica-se que as médias são as menores encontradas, e o deslocamento dos dados apontados pelos percentis e pelas medianas confirmam elevado grau de aderência dos associados com relação aos princípios.

### **5.3 Análise bivariada**

A TAB. 10 apresenta os resultados obtidos através dos testes não paramétricos de comparações de médias, já descritos anteriormente (*Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*). Foram realizados, no total, 147 testes, dos quais 13 apresentaram resultados significativos, indicados por p-valores inferiores ao nível de significância pré-estabelecido, de 5%. A análise destes casos será desenvolvida de acordo com a variável demográfica em que os mesmos ocorrem, ou seja, utilizando-se a mesma ordem das colunas da tabela.

Tabela 10 – Resultados dos testes de comparações de médias para os itens de avaliação da aderência dos associados com os princípios em função das variáveis demográficas

Item	Idade	Sexo	TACC	Esc	PAE	FIC	MSC
Q8	0,975	0,821	0,404	0,931	<b>0,019</b>	0,686	0,310
Q9	0,248	0,192	0,148	0,419	0,827	0,431	0,424
Q10	0,987	0,631	0,251	0,885	<b>0,008</b>	0,399	<b>0,023</b>
Q11	<b>0,006</b>	0,427	0,453	0,284	0,572	0,365	0,825
Q12	0,667	0,428	0,100	0,097	<b>0,017</b>	0,061	0,243
Q13	0,708	0,812	0,551	0,147	0,589	0,249	0,442
Q14	0,731	0,704	0,512	0,330	0,578	0,054	0,171
Q15	0,756	0,345	0,155	0,805	0,658	0,872	<b>0,005</b>
Q16	0,694	0,358	0,173	0,052	0,854	0,618	0,689
Q17	0,855	0,095	0,872	0,629	0,909	0,887	0,346
Q18	0,200	0,129	0,069	0,744	0,245	0,295	0,605
Q19	0,484	0,888	0,347	0,245	0,114	0,462	0,112
Q20	0,992	0,310	<b>0,005</b>	0,103	0,308	0,161	0,731
Q21	0,237	0,504	0,075	0,600	0,373	0,519	0,734
Q22	0,266	0,948	0,758	0,609	0,207	0,267	0,797
Q23	0,544	0,849	0,615	0,193	0,211	0,258	0,367
Q24	0,373	0,182	0,267	<b>0,027</b>	0,231	0,992	0,881
Q25	0,384	0,837	0,674	0,676	<b>0,012</b>	<b>0,012</b>	0,178
Q26	0,221	0,337	0,715	0,649	<b>0,014</b>	0,073	<b>0,014</b>
Q27	0,199	0,928	0,747	0,720	0,747	0,258	0,135
Q28	0,350	0,245	0,408	<b>0,025</b>	0,933	0,099	0,412

Fonte: Dados da pesquisa

Através da coluna relativa à faixa etária dos respondentes é possível observar que o único p-valor inferior a 0,05 é relativo ao item Q11. Observando o direcionamento do teste é possível verificar dois grupos distintos de avaliações, de acordo com a idade dos respondentes.

A faixa etária de 26 a 55 anos (formada pelas categorias “de 26 a 40 anos” e “de 41 a 55 anos”) apresenta uma faixa de valores bem mais elevados, enquanto os respondentes com idade inferior a 25 anos ou acima de 55 anos possuem quantidade bem inferior de dados.

Conclui-se, portanto, que o grupo de respondentes com idade entre 26 e 55 anos apresenta um grau de concordância expressivamente mais elevado para a assertiva de que os votos deveriam ser proporcionais à movimentação do associado na cooperativa, enquanto os associados mais jovens e os mais experientes possuem

um perfil de maior discordância, apresentando um grau de aderência do princípio de gestão democrática e livre, segundo o qual o voto é igual para todos.

A coluna de resultados relativos ao sexo dos respondentes não apresenta nenhum p-valor inferior ao nível de significância adotado, o que leva à conclusão de que não é possível detectar nenhuma diferença significativa de avaliação de concordância dos itens listados em decorrência do sexo do respondente.

A coluna TACC traz os resultados dos testes efetuados em função dos anos de associação do respondente à SICOOB União. Neste caso, é possível verificar apenas um p-valor significativo dentre os 21 listados, o qual se refere ao item Q20.

O direcionamento do teste relativo a este resultado aponta uma categoria, dentre as quatro da variável TACC, que se diferencia das demais por apresentar valores significativamente mais baixos. Verifica-se que os respondentes que possuem tempo de associação na cooperativa inferior a um ano são aqueles que mais discordam da assertiva de que as cooperativas devem atuar na educação de seus associados para desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas.

Os respondentes pertencentes as três demais categorias (que possuem mais de 1 ano de associação) geraram um perfil similar de opinião, todos em concordância com a assertiva feita no item 20. Estes associados possuem maior grau de aderência do princípio de educação, formação e informação. Acredita-se que, quanto mais tempo o associado possui na cooperativa, maior sua concordância com esta assertiva.

Na coluna Esc da TAB.10 é possível identificar dois p-valores significativos, referentes aos itens Q24 e Q28. O direcionamento do teste indica, na variável Q24, um perfil de concordância elevado, e praticamente similar para quase todos os níveis de escolaridade listados, concluindo-se um elevado grau de aderência do princípio de interesse pela comunidade por parte dos associados do SICOOB União.

A exceção refere-se aos dados obtidos pelos respondentes que possuem ensino superior completo, cujas respostas atribuídas possuem um grau de concordância significativamente mais baixo em relação à assertiva de que investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa, e que ela deve atender só às necessidades dos associados.

O direcionamento do teste relativo ao item Q28 também apresenta apenas uma categoria de escolaridade cujo grau de concordância é expressivamente inferior aos demais. Neste caso o que se observa é que os associados que possuem pós-graduação apresentam os valores mais baixos (grau de concordância menor) relativos à assertiva “considero-me um associado aderente aos princípios cooperativistas.”

Verifica-se, na “coluna PAE” da TAB.10, que a variável que identifica onde a principal atividade econômica dos associados está localizada é aquela que apresenta o maior número de itens com diferenças significativas entre as duas categorias analisadas.

A análise do direcionamento dos testes aponta o mesmo perfil de respostas para as cinco variáveis. Observa-se que, em todos os casos, os associados que possuem sua principal atividade econômica na zona urbana atribuíram valores de concordância significativamente superiores àqueles conferidos pelos respondentes que têm na zona rural sua principal atividade econômica.

No entanto, é importante ressaltar que, dentre as cinco variáveis em que os p-valores são significativos, os itens Q10 e Q12 apresentam escala de avaliação inversa, em que o grau de discordância total representa o que seriam as respostas ideais. Ou seja, para estes casos, o fato de haver maior concentração de dados deslocados para os níveis mais elevados de concordância não pode ser considerado um aspecto satisfatório, pois indica que os associados que realizam sua principal atividade econômica na zona urbana distanciam-se da aderência do princípio de gestão democrática e livre.

A coluna FIC traz os resultados referentes à variável que mensura a freqüência com que o associado vai à cooperativa, e apresenta apenas um p-valor inferior ao nível de significância de 5%.

Neste caso, portanto, o direcionamento do teste indica que os associados que declararam ir à cooperativa mensalmente apresentam os valores significativamente mais baixos, ou seja, possuem o menor grau de concordância quanto à assertiva de que as cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc. Conclui-se, então, que, quanto menor a freqüência do associado à cooperativa, menor é a aderência deste com relação ao princípio de interesse pela comunidade; pessoas mais freqüentes compreendem melhor os princípios cooperativistas.

A última coluna, MSC, exhibe os resultados concernentes à variável de identificação da opinião dos associados quanto à melhor opção para ser correntista.

Para o item Q10, o direcionamento do teste indica que os associados que consideram o banco privado como a melhor alternativa para ser correntista são aqueles que forneceram valores expressivamente maiores (maior grau de concordância) para a assertiva de que, quanto mais a cooperativa cresce em número de associados, mais diminui o poder de voto de cada associado. Esta afirmativa retrata a realidade dos bancos, o que não ocorre na cooperativa, em que o voto é igual para todos.

Já o direcionamento encontrado para as duas demais variáveis em que o p-valor foi significativo (Q15 e Q26) apresenta o mesmo padrão: destaca-se apenas o grupo de associados que considera a cooperativa de crédito a melhor opção para ser correntista, por obter valores significativamente maiores que os dois demais grupos. Logo, conclui-se que estes associados apresentam elevado grau de concordância com as assertivas relativas aos itens Q15 e Q26.

Através deste capítulo de apresentação e análise de resultados, dividido em três secções, foi possível alcançar o objetivo geral que é avaliar o grau de aderência dos



associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais no que diz respeito aos princípios cooperativistas, e alcançar os objetivos específicos de identificar o perfil dos associados; analisar a compreensão destes quanto às doutrinas cooperativistas e apurar a existência de ações adotadas pela organização com vistas a divulgar os princípios cooperativistas aos associados. Os resultados da pesquisa foram semelhantes aos obtidos através do pré-teste. No capítulo seguinte serão apresentadas as conclusões da pesquisa, com a devida resposta a questão problema.

## 6 CONCLUSÕES

Para a realização desta dissertação foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o cooperativismo, seus princípios e demais assuntos relacionados ao tema proposto.

Este trabalho foi realizado através de uma abordagem de caráter quantitativo descritivo, através de *survey*. Os sujeitos de pesquisa foram os associados do SICOOB União, com uma população total de 11789 indivíduos, pois a investigação direcionou-se à opinião de pessoas que se relacionam diretamente com a cooperativa. O tamanho da amostra foi de 373 associados, com nível de significância adotado para a análise dos resultados de todos os testes realizados de 5%, e confiabilidade conferida às afirmações feitas dentro da análise de 95%.

A técnica de coleta de dados escolhida foi a aplicação de questionário, utilizando a escala de avaliação likert, composta por cinco opções, indo de um extremo a outro do conceito, para não confundir os respondentes, com graus de concordância, neutralidade e discordância relativos às assertivas listadas.

A análise dos dados obtidos deu-se através dos *softwares* estatísticos Minitab 15 e SPSS 16, além do Microsoft Excel, no qual foram realizadas análises de ordem univariada e bivariada através do estudo das médias.

Constituiu-se como objetivo principal do trabalho avaliar o grau de aderência dos associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais, no que diz respeito aos princípios cooperativistas, e como objetivos específicos identificar o perfil dos associados; analisar a compreensão dos associados quanto às doutrinas cooperativistas; apurar a existência de ações adotadas pela organização com vistas a divulgar os princípios cooperativistas aos associados. A pergunta que orientou o trabalho foi: qual o grau de aderência dos associados com relação aos princípios cooperativistas?

O primeiro objetivo específico foi alcançado; os resultados obtidos possibilitaram identificar o perfil dos associados, a partir das seguintes categorias: idade, gênero,

tempo de associação à cooperativa, grau de escolaridade, principal atividade econômica, frequência à cooperativa e opinião sobre a melhor opção para ser correntista. Conclui-se que os associados do SICCOOB União são, em sua maioria, do sexo masculino, com idade acima de 26 anos e tempo de associação menor que 5 anos, com ensino fundamental completo, tendo sua principal atividade econômica na área urbana. Sua frequência ao SICCOOB União é diária ou semanal, considerando a cooperativa como a melhor opção para ser correntista.

Outras conclusões baseadas nas análises bivariadas são as seguintes:

- a) os associados com idade entre 26 e 55 anos acham que os votos deveriam ser proporcionais à movimentação do associado na cooperativa;
- b) os associados que possuem tempo de associação na cooperativa inferior a um ano são os que mais discordam da afirmativa de que as cooperativas devem atuar na educação de seus associados de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas;
- c) Os associados com maiores níveis de escolaridade (superior e pós-graduação) têm uma menor aderência ao princípios cooperativistas;
- d) os associados que declararam ir à cooperativa mensalmente são os que apresentam maior discordância da afirmativa de que as cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc;
- e) Os associados da zona urbana atribuíram valores de concordância significativamente superiores àqueles conferidos pelos respondentes que têm na zona rural sua principal atividade econômica.
- f) os associados que consideram o banco privado como a melhor alternativa para ser correntista são aqueles que mais concordam que o aumento no número de associados é prejudicial a eles, pois diminui o poder de cada voto individualmente. Esta afirmativa retrata a realidade dos bancos, mas não das cooperativas, onde o voto é igual para todos.

O segundo objetivo específico foi alcançado; através dos itens Q8 a Q25 foi possível analisar a compreensão dos associados do SICCOOB União quanto às doutrinas cooperativistas, com respostas que se aproximaram das políticas defendidas pelos princípios cooperativistas, com exceção da Q14 em que os associados apresentaram uma postura egoísta, não concordando que a cooperativa se beneficie das suas reservas legais e do Q15, onde os associados, em sua maioria não apresentam adesão quanto o seu dever de participar da cooperativa. Conclui-se que para se chegar a respostas positivas apresentando apenas duas exceções é necessário compreender a doutrina cooperativista, que tem, em seus princípios, as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

O terceiro objetivo específico foi alcançado; com base nos resultados apresentados nos GRAF. 27 e GRAF. 28 apurou-se que os associados reconhecem a existência de ações, no SICCOOB União, orientadas à divulgação dos princípios cooperativistas, apesar de o percentual de associados situados na faixa de neutralidade (“indiferente”) na resposta a este item ser considerado significativo. Conclui-se que, apesar de boa parte dos associados entender que o SICCOOB União possui ações para divulgar os princípios cooperativistas, as visões dos respondentes quanto à eficiência e eficácia dessas ações ficam bastante divididas, prevalecendo a opinião negativa, que atenta para a necessidade de melhores práticas neste sentido, objetivando torná-las mais eficientes e eficazes.

O aumento do saldo em quotas através da distribuição das sobras<sup>29</sup> que a cooperativa realiza anualmente trata-se de um diferencial que as cooperativas possuem em relação às outras instituições financeiras, sendo fundamental o conhecimento desta política por parte do associado, pois, quanto maior for o seu envolvimento com a cooperativa, mais esta se fortalece e maiores são os resultados financeiros do mesmo, pois parte destas sobras é distribuída entre os associados, de acordo com sua movimentação financeira na cooperativa. No entanto, 22% do

---

<sup>29</sup> A distribuição das sobras aos associados não pode ser proporcional ao número de quotas-partes ou de acordo com a sua posição ou cargos diretivos, mas apenas de acordo com a quantidade de produtos ou trabalho realizados dentro das finalidades de cooperativa. Os prejuízos devem ser assumidos como um problema coletivo dos associados (RECH, 2000, p.144-5).

total amostral situam-se, no que diz respeito a este item, na categoria de neutralidade (“indiferente”), que representa a categoria com segundo maior percentual dentre as cinco listadas, e 25% discordam da afirmativa. O ideal seria uma maior concentração nas categorias de concordância.

Através do princípio de educação, formação e informação, o SICOOB União poderá melhorar a compreensão e aderência dos associados com relação às doutrinas cooperativistas, além de aprimorar ações já tomadas, visando torná-las mais eficientes e eficazes na divulgação de seus princípios. Ou seja, os associados que apresentaram respostas contrárias aos princípios ou próximas à neutralidade (indiferença) passarão a aderir e compreendê-los melhor.

A maioria dos entrevistados apresentou grande concordância com as assertivas de que as cooperativas devem atuar na educação de seus associados, de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas, e de que as cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade, com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc., indicando elevada adesão ao princípio de educação, formação e informação.

O alcance dos objetivos específicos foi favorável ao atendimento do objetivo geral, o qual foi avaliar o grau de aderência dos associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais, no que diz respeito aos princípios cooperativistas.

Em resposta à questão que norteou esta dissertação, conclui-se que as distribuições percentuais relativas à seção do questionário que avalia o grau de aderência dos associados no que diz respeito aos princípios cooperativistas, através de 18 questões (Q8 a Q25 e Q28), indicam que 89% das questões obtiveram respostas positivas, evidenciando elevado grau de aderência dos associados aos princípios cooperativistas e suas práticas, com exceção apenas de duas questões (Q14 e Q15).

## 6.1 Limitações e sugestões

Diante dos resultados apontados e por tratar-se de um estudo quantitativo descritivo, através de *survey*, pôde-se perceber que a dissertação traz como limitação, a impossibilidade do levantamento da totalidade das pesquisas realizadas com relação aos princípios cooperativistas. Neste sentido, sugere-se:

- a) avaliar a percepção das pessoas não associadas à cooperativa em relação aos princípios cooperativistas;
- b) analisar a percepção dos associados de outros ramos de cooperativas em diferentes estados brasileiros e outros sistemas de cooperativas de crédito;
- c) verificar a percepção dos associados sobre a necessidade de reformulação e inclusão de novos princípios, pelo fato de terem sido criados há quase 170 anos: as últimas modificações foram realizadas no XXXI Congresso da ACI, em novembro de 1995, na cidade de Manchester, Inglaterra.

Outra pesquisa também poderia ser realizada, desta vez de forma qualitativa, por meio de entrevista com os diretores, conselheiros e funcionários do SICOOB União, com vistas a ampliar as análises dos resultados desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Definição de Cooperativa**. Disponível em: <<http://www.coop.org>> Acesso em: 10 abr. 2011.

ACI. Aliança Cooperativa Internacional. **ICA Activities**: descreve atividades da ACI. Disponível em: <<http://www.ica.coop/activities/un/index.html>>. Acesso em: 1º mai. 2011.

ALMEIDA, Francis Ângelo Marques. **Estudo de compreensão sobre os princípios por parte dos associados em uma cooperativa de crédito**. Belo Horizonte, 2011, 34p.

ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. **Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, 37p.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Loyola, 2007, 249p.

ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. Empreendedorismo e Autogestão: **Constituição de cooperativas de trabalho** INGEPRO <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/212.pdf> – Inovação, Gestão e Produção. Julho de 2010, vol. 02, n. 15.

ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. **Sociedades Cooperativas e sua Importância para o Brasil**. Revista Alcance - Eletrônica, v. 18 - n. 1 - p. 43-58 / jan-mar 2011. Disponível em: <http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/610/1845>

ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. **Cooperativas de crédito**: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. CONTEXTUS. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. v. 09 - Nº 1 - jan/jun 2011. Disponível em: <http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/viewDownloadInterstitial/145/110>

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa Survey**. Trad. Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 519 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br). Brasília: BACEN. Acesso em: 13 agosto de 2011.

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL-BANCOOB. Disponível em: < <http://www.bancoob.com.br/conheca-o-bancoob>>. Acesso em: 05 de março 2012.

BARROS, Lousanne Cavalcanti; SILVA, Silvana Pereira; AMARAL, Hudson; MELO, Alfredo Alves de Oliveira. **Análise de Crédito: um estudo empírico em uma**

**Cooperativa de Crédito.** ENEGEP 2005 ABEPRO 2156. XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de Nov. de 2005.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **A Economia da cooperação.** Apostila Ensaios em Cooperativismo. Piracicaba: USP, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Gestão agroindustrial.** GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1997.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Estratégias e cooperativas agropecuárias:** um ensaio analítico. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

BRASIL. **Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932.** Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas.

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 abril. 2011.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm)>. Acesso em: 3 abril. 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5764-16-dezembro-1971-357788-norma-pl.html>>. Acesso em: 3 abril, 2011.

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em:

<[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404\\_1976.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm)>. Acesso em 8 de abril, 2012.

BRASIL. **Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9867.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm)>. Acesso em: 3 abril. 2011.

BRASIL. **Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001.** Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp105.htm)>. Acesso em: 3 abril. 2011.

BRASIL. **Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp130.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm)>. Acesso em: 3 abril. 2011.



BRASIL. **Resolução 2.771, de 30 de agosto de 2000.** Aprova regulamento das atividades das cooperativas de crédito. Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res\\_2771.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2771.pdf)>. Acesso em: 3 abril. 2011.

BRASIL. **Resolução 3859, de 27 de maio de 2000.** Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res\\_3859.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859.pdf)>. Acesso em: 01 de março. 2012.

BRAGA, C. F. **Cooperativismo:** noções. 4. ed. [S.l.], [s.n.], 2001.

CANÇADO, Airton Cardoso. **As Cooperativas de Trabalho e a Prática dos Princípios Cooperativistas:** Um estudo de caso na cidade de Salvador. Projeto de Pesquisa apresentado ao Prêmio Guerreiro Ramos de Apoio ao Desenvolvimento Científico em Administração. Salvador, jun. 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração.** 6. ed. rev. atual. 2 v. Rio de Janeiro:Campus, 2001.

COOK, Michael L; PLUNKETT, Brad. **Collective Entrepreneurship:** an emerging phenomenon in producer- owned organizations. Journal of Agricultural and Applied Economics, Griffin, v. 38, p. 421-428. 2006.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em Administração.** 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. p.122.

Cooperativa de Crédito Rural de Raul Soares Ltda.-CREDIRAS. **Ata de Constituição.** 4 de maio 1995.

Cooperativa de Crédito de Raul Soares Ltda – SICCOB Crediras. **Assembleia Geral Extraordinária 2005.** 31 de agosto de 2005.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. SICCOB União. **17ª Reunião do Conselho de Administração 2011.** 14 de novembro do ano 2011, p.162:163.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. SICCOB União. **Ata Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2012.** 24 de fevereiro de 2012.

COOPERATIVISMO de Crédito: o que é, como funciona e como aproveitar os benefícios desse sistema. SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em:<<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/frportal1?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=%2Fbds%2Fbds.nsf%2Fsubarea%3FOpenForm%26AutoFramed%26jmm%3DTECNOLOGIA%2520DA%2520INFORMA%25C3%2587%25C3%2583O>>. Acesso em 10 abril. 2011.

CORNFORTH, C. **The governance of cooperatives and mutual associations: a paradox perspective.** Annals of Public & Cooperative Economics, v. 75, n. 1, p.11-32, 2004.

CORREIA, Ângela de Castro; MOURA, Kátia Regina Lima. **A apreensão da cultura e o não compartilhamento dos valores cooperativistas em uma cooperativa sediada em Natal/RN.** Caderno de Pesquisas de Administração, São Paulo, v. 8, n. 04, p. 5. out/dez. 2001.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Trad. Luciana de oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 161p.

CRESOL. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central>>. Acesso em: 17/06/2011.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no Mundo.** Rio de Janeiro: COP. 2000.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DOW, G. K. **Governing the firm.** workers' control in theory and practice. Cambridge(UK). Cambridge: University Press, 2002.

FRAINER, Rosemari Glatz; SOUZA, Jurema Inês Dallabona. **Bancos comerciais x cooperativas de crédito de Blumenau: uma análise comparativa das vantagens oferecidas a partir das valorações de produtos e serviços.** Edição Temática TCC's ISSN 1980-7031 **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.1, n.4, p.01-22, SemII. 2007.

FRANCO, Augusto. **Além da Renda.** Brasília: Instituto de Política, 2000, p.209.

FERREIRA, Armando M. **Métodos estatísticos e delineamento experimental: testes não paramétricos.** Escola Superior Agrária Castelo Branco. Lisboa, Portugal, 2008.

FREITAS, Valéria da Silva; LEITE, Nildes Raimunda Pitombo. **O processo de trabalho em grupo: um estudo de caso em uma organização cooperativa.** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 9, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: [s.n.]. 2006, p.11.

GAWLAK, A. RATZKE, F. A. **Cooperativismo: Filosofia de vida para um mundo melhor.** Curitiba: Sescop/PR-Ocepar, 2001.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabiane. **Cooperativismo: primeiras lições.** Brasília: SESCOOP, 2004.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva.** Em colaboração com Alain Caillé. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOLDRATT, Eliyahu. **A meta**. São Paulo: Imam, 1991. Apud OLIVEIRA, Lene Matos de. **Gestão das cooperativas de trabalho** – Um estudo de caso em uma cooperativa contábil da cidade de Salvador – Ba. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Contabilidade Gerencial da Fundação Visconde de Cairu. Salvador, 2003.

HAIR JÚNIOR, Joseph F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, 593 p.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão: gestão Cooperativa e Dilemas da Democracia**. São Carlos: UFSCar, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M. **Agribusiness e cooperativas no MERCOSUL**. São Leopoldo: Perspectiva Econômica, v.30, n.91, p. 13-32, out./dez. 1995.

KOSLOVSKI, João Paulo. **O cooperativismo paranaense: progresso e justiça social**. Curitiba: Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, 1987. Apud CANÇADO, Ailton Cardoso. **Profissionalização da Gestão de Cooperativa**. CD do MBA de Gestão de Cooperativa da UCSAL, 2005.

KRUEGER, Guilherme; MIRANDA, André Branco de. **Comentários à legislação das sociedades cooperativas** - Tomo I. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.

LEITE, Jacqueline Rosadine de Freitas; SENRA, Ricardo Belízio de Faria. **Aspectos Jurídicos das Cooperativas de Crédito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

LIMA, Edson Mendes de Araújo. **Gestão estratégica do desempenho com Balanced score card: Um estudo sobre avaliação de resultados nas agências do Banco do Brasil em Salvador**. 2003. 156 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional e Desenvolvimento Humano) - Fundação Visconde de Cairu, Faculdade de Ciências Contábeis, Salvador, 2003.

MACHADO, Sandra Mary Cohim Farias. **Gestão de Cooperativa: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Faculdade de Ciências Contábeis Fundação Visconde de Cairu., 2006, 167 p.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Trad. Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 494 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 155 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 253 p.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. **O cooperativismo frente às perspectivas econômicas**. INFOTEC: Informativo técnico do sistema OCB, n. 2, 2007. 9 p. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 01 março 2011.

MELONI, M. **Impulso ao microcrédito**. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao/artigos/artigo.asp?IdArtigo=101>>. Acesso em: 01 de março 2011.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000,50 p. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) – Escola Superior de Agricultura “Luz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba. 2000.

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos. **Cooperativas de crédito no Direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005, 23p.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. **O processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001. Apud LIMA, Edson Mendes de Araújo. **Gestão estratégica do desempenho com balanced score card: Um estudo sobre avaliação de resultados nas agências do Banco do Brasil em Salvador**. 2003. 156 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional e Desenvolvimento Humano) - Fundação Visconde de Cairu, Faculdade de Ciências Contábeis, Salvador, 2003.

MORATO, Adelvânio Francisco; COSTA, Alisson. Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativa. In: **Cooperativismo na era da globalização**, 2001, Goiânia. Anais... Goiânia: UCG/Terra, 2001, 446 p.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativa como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, 209 p.

NEVES, Fernando C.M. de Faria. **A expansão das cooperativas de trabalho na Região Metropolitana de Salvador**. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O Cooperativismo brasileiro: uma história**. Brasília: Versão Br. Comunicação e Marketing, 2009, 150 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Números por ramos**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>> . Acesso em 01 de abril de 2012.

ORGANIZAÇÃO E SINDICATO DAS COOPERATIVAS DE MINAS GERAIS. **Anuário do cooperativismo mineiro**. Belo Horizonte: Eficaz Comunicação & Marketing, 2010.

ORGANIZAÇÃO E SINDICATO DAS COOPERATIVAS DE MINAS GERAIS. **Informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro.** Belo Horizonte: Gerência Técnica do Sistema Ocemg/Sescoop-MG. 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2001, 319 p.

OLIVEIRA, Lene Matos de. **Gestão das cooperativas de trabalho – Um estudo de caso em uma cooperativa contábil da cidade de Salvador – Ba.** Monografia apresentada no curso de Especialização em Contabilidade Gerencial da Fundação Visconde de Cairu. Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p.115.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista, suas modificações e sua utilidade.** 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966. 161 p.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **Brasil: crédito cooperativo e sistema financeiro.** São Paulo: Esetec, 2006, 180 p.

PINHO, Diva Benevides. **Manual do Cooperativismo.** São Paulo: CNPq/BNCC, 1982, 101 p.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas.** São Paulo: Atlas, 1999.

PORTUGAL. **Lei 51, de 04 de julho de 1996.** Dispõe sobre o Código Cooperativo. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=560&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=560&tabela=leis)>. Acesso em 01 de abril, 2012.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REQUEJO, L. M. H. **Lack of monitoring of agricultural cooperatives in Brazil: evidence and prospects for improvement.** In: Brazilian Congress on Information Technology in Agriculture and Agribusiness, 1 – AGROSOFT 97, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s.n.], Sep, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEVERS, R. **Cooperativas de crédito podem facilitar financiamento a microempresas**. Disponível em:

<<http://www.empreendedor.com.br/content/cooperativas-de-cr%C3%A9dito-podem-facilitar-financiamento-microempresas>>. Acesso em: 11/11/2011.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol**. 2007, 88 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UNIFAE, Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino. São João da Boa Vista. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.11.

SCHNEIDER, José Odelso. (Org.). **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar - o sistema Cresol (1995-2003)**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p.55.

SICOOB. **Origem do SICOOB**.

Disponível em:<<http://www.sicoob.com.br/origem.htm>>. Acesso em: 17/02/2011.

SICREDI. **Porto Alegre**: Confederação SICREDI RS, <http://www.sicredi.com.br/> 2012.

SIGNET. **Relatório de indicadores de desempenho e apuração de resultados**. Sicoob Central Crediminas. Gerência de Tecnologia da Informação, janeiro 2012.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR., N. J. **Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SINGER, P. A. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116-124.

SOBEK, Otto. **Bank mergers and acquisitions**. Biatic. Eslováquia, 2000, 29p.

STEFANO, S.R. ZAMPIER, M. A.; GRZESZCZESZYN, G. **Cooperativas: características, gestão e relevância sócio-econômica para o Brasil**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 9, 2006, São Paulo. Anais... (São Paulo: [s.n.], 2006, 16p.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

UNICRED. **Quemsomos**. Disponível em: <<http://www.unicred.com.br/#>>. Acesso em: 17/06/2011.

VALADARES, José Horta. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte, maio 2002a. (Apostila FORMACOOOP – Mód.II - SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).

VALADARES, José Horta. **Estrutura e estratégia institucional**: formação de campo organizacional e isomorfismo no cooperativismo de crédito rural de Minas Gerais. 2003, 38 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Seropédica: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003, 131p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Organização de cooperativas**: desafios e tendências. Revista de Administração, São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, jul./set. 1994.

**APÊNDICE**

APÊNDICE A – Questionário.....	126
--------------------------------	-----



## APÊNDICE A - Questionário

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo geral avaliar o grau de aderência dos associados de uma cooperativa de crédito de livre admissão de Minas Gerais, no que diz respeito aos princípios cooperativistas.

**VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR.**

Não existe resposta certa, o objetivo é apenas verificar o perfil e grau de aderência do associado e não avaliá-lo.

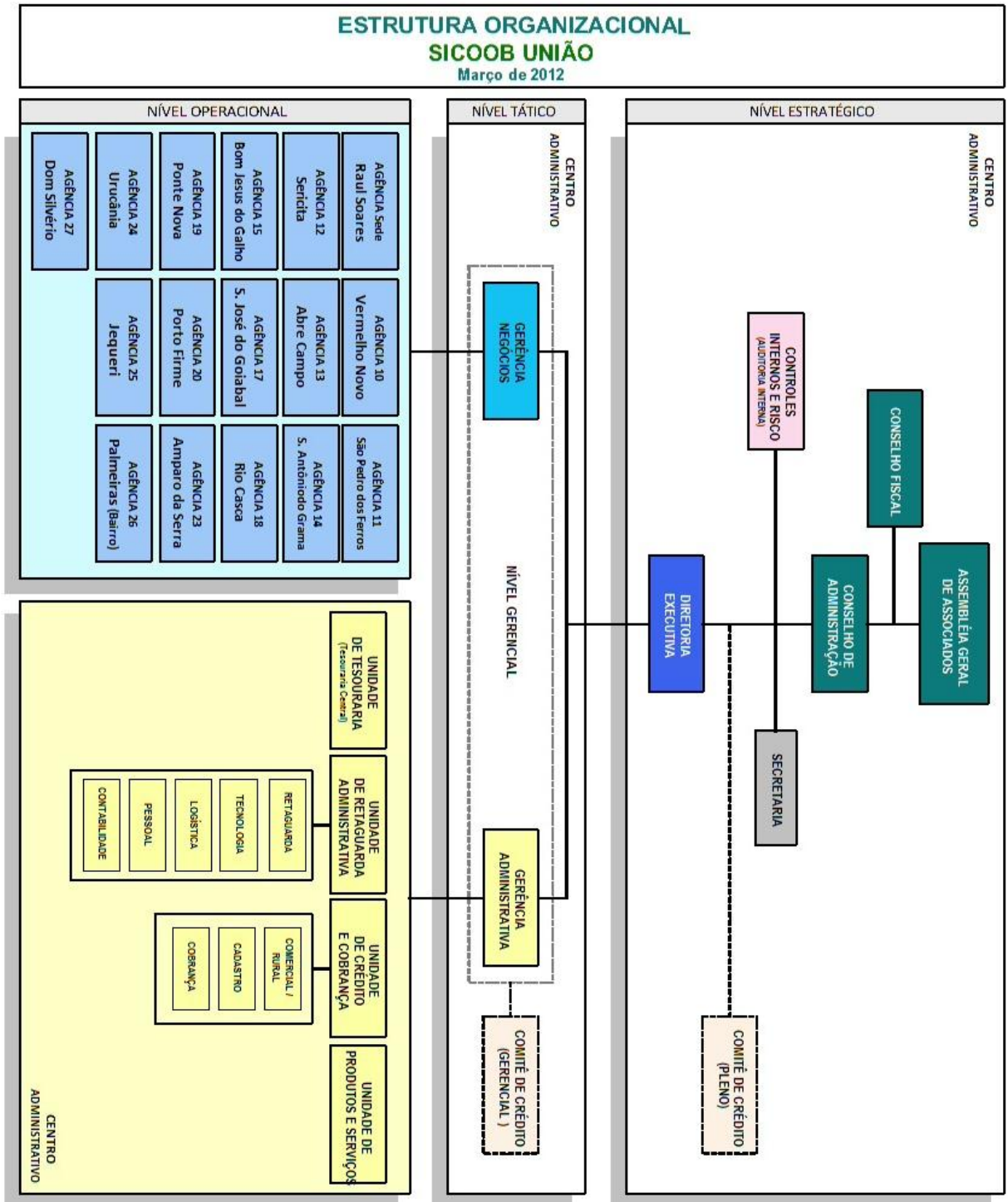
Antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Muito Obrigada!

1ª PARTE- Perfil do associado		Número da matrícula:				
1	Idade: ____ anos	2	Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino			
3	Há quanto tempo é associado da Cooperativa de Crédito: _____					
4	Grau de escolaridade: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio (científico) ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo ( ) Pós-graduação					
5	Minha principal atividade econômica está na: ( ) Zona Rural ( ) Zona Urbana					
6	Vou pessoalmente à cooperativa: ( ) Mensalmente ( ) Quinzenalmente ( ) Semanalmente ( ) Diariamente					
7	Na sua percepção é melhor ser correntista de um: ( ) Banco Público ( ) Banco Privado ( ) Cooperativa de Crédito					
2ª PARTE - Grau de aderência dos associados com os princípios cooperativistas						
Responda, assinalando com um "X" na afirmativa que expresse a sua opinião:						
1 – Discordo totalmente    2 – Discordo em partes    3 – Indiferente    4 – Concordo em partes    5 – Concordo totalmente						
8	A cooperativa deve impor regras mais severas para a entrada de novos associados, e isso não significa ir contra o princípio da livre adesão.	1	2	3	4	5
9	Não é certo que os novos associados tenham direito de usufruir das mesmas coisas que os antigos ajudaram a construir.	1	2	3	4	5
10	Quanto mais a cooperativa cresce em número de associados, PIOR é para mim, pois diminui meu poder de voto.	1	2	3	4	5
11	Os votos deveriam ser proporcionais à movimentação do associado na cooperativa.	1	2	3	4	5
12	Não gosto de ir às assembleias, pois elas não decidem nada efetivamente.	1	2	3	4	5
13	Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa.	1	2	3	4	5
14	As reservas legais criadas devem servir para gerar benefícios APENAS aos associados.	1	2	3	4	5
15	Os associados que não participam e não cumprem o seu papel deveriam sofrer punições, não recebendo as sobras e, em casos extremos, até serem excluídos do quadro social.	1	2	3	4	5
16	A cooperativa deve atender primeiramente aos meus interesses, mesmo que isso lhe traga prejuízos.	1	2	3	4	5
17	As cooperativas são autônomas e independentes, por isto NÃO é importante existir cooperação entre cooperativas.	1	2	3	4	5
18	O fato das cooperativas não sofrerem influências governamentais, se tornam mais vulneráveis e pouco competitivas.	1	2	3	4	5
19	As cooperativas não devem ser controladas pelos associados, pois eles NÃO terem conhecimento para realização do controle democrático.	1	2	3	4	5
20	As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas.	1	2	3	4	5
21	A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os associados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo.	1	2	3	4	5
22	Tenho conhecimento do meu saldo em quotas e da distribuição das sobras que a cooperativa realiza anualmente.	1	2	3	4	5
23	A existência de mais de uma cooperativa na cidade enfraquece o cooperativismo.	1	2	3	4	5
24	Investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa. Ela deve atender só as necessidades dos associados.	1	2	3	4	5
25	As cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc.	1	2	3	4	5
26	A cooperativa possui ações para divulgar os princípios cooperativistas.	1	2	3	4	5
27	As ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo NÃO são eficientes e eficazes. Precisam ser melhoradas urgentemente.	1	2	3	4	5
28	Considero-me um associado aderente aos princípios cooperativistas.	1	2	3	4	5

## ANEXOS

ANEXO A – Estrutura organizacional .....	128
ANEXO B – Cartaz divulgação visão, missão, valores, princípios .....	129
ANEXO C – Folder uma cooperativa aberta a todos .....	130
ANEXO D – Mapa da área de atuação do Sicoob União .....	131

## ANEXO A – Estrutura organizacional



## ANEXO B- Cartaz divulgação visão, missão, valores, princípios

### VISÃO

“Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.”

### MISSÃO

“Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades.”

### VALORES

Transparência - Comprometimento - Respeito  
Ética - Solidariedade - Responsabilidade

### PRINCÍPIOS

- 1º Princípio: Adesão Voluntária e livre
- 2º Princípio: Gestão Democrática Pelos Membros
- 3º Princípio: Participação Econômica dos Membros
- 4º Princípio: Autonomia e Independência
- 5º Princípio: Educação, formação e informação
- 6º Princípio: Intercooperação
- 7º Princípio: Interesse pela Comunidade



## ANEXO C - Folder uma cooperativa aberta a todos

### Veja as vantagens e o diferencial de ser um associado de uma cooperativa?

Em uma cooperativa o associado é dono;  
Em uma cooperativa você vota e pode ser votado;  
Na cooperativa o associado participa das decisões;  
O atendimento é personalizado;  
O associado tem participação nas sobras;  
Os recursos captados em cada município são investidos no próprio município.

#### Raio-X do Sistema Sicoob

- 1 Confederação
- 1 Banco
- 14 cooperativas centrais
- 584 cooperativas singulares
- 1.300 postos de atendimento cooperativo (PACs)
- 1.884 pontos de atendimento
- 1.921.322 associados
- 15.045 funcionários
- 7.382 dirigentes
- R\$ 14bi 033 milhões em operações de crédito
- R\$ 2bi 599 milhões em depósitos à vista
- R\$ 11bi 139 milhões em depósitos à prazo
- R\$ 13bi 738 milhões em depósitos totais
- R\$ 6bi 146 milhões em patrimônio líquido
- R\$ 667 milhões de resultado do semestre
- R\$ 24,716 milhões de ativos totais

\* Fonte: Sicoob Confederação - Dezembro/2010

#### Produtos e Serviços

No Sicoob, você tem mais comodidade, mais tempo, mais facilidade e o melhor: todos os produtos e serviços financeiros.

**"A importância do cooperativismo de crédito para o País concentra-se nos objetivos de prover e ampliar a oferta de serviços financeiros, fomentando, assim, a promoção da inclusão financeira e do desenvolvimento regional."**

**Alexandre Tomhini**  
(presidente do Banco Central do Brasil - Bacen)

Pronto - (33)8871-9118



**SICOOB**  
União

**Uma Cooperativa aberta a TODOS**

Conheça e associe-se!

#### O que é Cooperativa de Crédito

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira, de propriedade coletiva, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ela tem como finalidade captar recursos dos seus associados, conceder crédito e prestar serviços financeiros.

#### O que é Capital Social

Para se associar você integraliza um capital inicial conforme Estatuto Social da Cooperativa; essa é a sua cota. Ela, juntamente com as quotas dos demais associados, formam o capital social da cooperativa.

#### Princípios do Cooperativismo

Estes princípios fazem do cooperativismo um sistema diferenciado, capaz de gerar grandes transformações.

- Adesão voluntária e livre.
- Gestão democrática.
- Participação econômica dos membros.
- Autonomia e independência.
- Educação, formação e informação.
- Intercoperação.
- Interesse pela comunidade.

#### Valores do Cooperativismo

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda e responsabilidade próprias, são eles:

- Ajuda Mútua e Responsabilidade - Democracia
- Igualdade - Equidade - Solidariedade - Honestidade
- Transparência - Responsabilidade Social.



